

APRESENTAÇÃO

Ao longo desses seis anos de existência, a revista *Crítica e Sociedade* tem contribuído para ampliar a circulação de pesquisas e reflexões sobre a cultura política no mundo.

Os últimos anos, não foram um período qualquer na história mundial e o Brasil atravessa uma das mais prolongadas e aprofundadas erosões da governabilidade e dos direitos sociais. Esse atual pano de fundo conturbado, espelha o desmantelamento das políticas sociais no globo, mais profundamente sentido na América Latina. A agenda dominante assume, cada vez mais, configurações neoliberais e o campo das lutas sociais de esquerda, adensando-se com pautas que dão visibilidade ao universo de lutas, típicos da diversidade contemporânea.

Neste número, as questões ligadas aos embates socioculturais na globalização e a política contemporânea latino-americana, conduzem as análises dos artigos aqui apresentados.

As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes, artigo de Danilo Enrico Martuscelli, analisa a natureza da luta contra a corrupção nas três crises políticas brasileiras recentes: a crise do governo Collor, a crise do “mensalão” e a crise do governo Dilma. Em termos gerais, a crítica à corrupção sempre se vincula a um posicionamento sobre a política de Estado, podendo assumir o caráter de um estatismo regressivo ou progressista. Nos casos analisados pelo autor, o discurso contra a corrupção apresentou-se como

estatismo progressista apenas na conjuntura do governo Collor. Nas demais, predominou o estatismo regressivo.

O artigo intitulado De Arcigola a Slow Food: o empreendedorismo politizado como prática alimentar militante, de autoria Manuela Alvarenga Nascimento, analisa aspectos do contexto sociopolítico e cultural de emergência do Slow Food, movimento que, apesar de ter nascido em um contexto específico do interior italiano, conseguiu se organizar ao redor de questões alimentares globais, como a condição de produção do pequeno produtor, a recuperação de hábitos tradicionais e os debates sobre os organismos geneticamente modificados. Uma das dimensões que o artigo discute, é a possibilidade de refletirmos sobre o recente interesse e busca por terras em todo o mundo, especialmente em razão da demanda por alimentos. Em estudo de 2010, o Banco Mundial aponta para uma crescente presença do capital financeiro na compra de terras no mundo. Em consequência desses investimentos produtivos e especulativos de grande escala, os embates com os pequenos produtores e com movimentos que defendem a produção e comercialização de produtos seguindo valores éticos, locais e gastronômicos, tornam-se uma constante na globalização como bem destaca o artigo ao refletir o movimento global Slow Food.

A experiência política chilena é o ponto de partida do artigo Democracia e crise política no Chile de Allende, de Gustavo Casasanta Firmino, remetendo-nos ao campo das lutas sociais latino-americanas que refletem as tensões provocadas pelas erosões da governabilidade da esquerda. O artigo está dividido em duas partes principais. Na primeira, propõe-se uma leitura da crise política no Chile durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), a partir de uma abordagem centrada nas lutas de classes. Na sequência, traça um breve panorama do período, no qual se procura captar e problematizar alguns aspectos centrais daquela experiência, sobretudo de ordem econômica e política. Já na segunda parte, trata da temática da democracia liberal e seus limites, da relação entre regime político e Estado capitalista, também a partir de um olhar sobre a experiência chilena e seu trágico desfecho.

No artigo, Comportamento político violento e o avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro, os autores Jonas Modesto Abreu e Giovanni Allegreti apresentam aos leitores dessa revista, a crescente global das correntes políticas de direita. Segundo o autor, na América Latina, o caso brasileiro vem

inquietando os observadores da histórica instabilidade ibero-americana, desde que o poder de organização da direita nacional desencadeou uma série de contestações públicas que acabaram servindo de sustentáculo para um golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da presidência do país. Trata-se de um processo que teve início no momento subsequente às manifestações de junho de 2013, quando um discurso violento de direita passou a dominar as redes sociais no Brasil, favorecendo a ascensão de personagens e movimentos conservadores que se posicionaram contrariamente tanto aos direitos humanos, quanto aos valores liberais democráticos, provocando o bloqueio das ações governamentais de promoção de equidade, o retrocesso da legislação de proteção às minorias sociais, a instabilidade das instituições do poder nacional e o cerceamento das manifestações de liberdade.

A perspectiva social democrata, seus compromissos éticos e sua ideia de justiça, são temas do artigo Social-Democracia: proposta de agenda programática (da e para o Sul) de Rafael Gustavo Miranda Delgado. O objetivo do artigo é oferecer, a partir de uma abordagem normativa e explicativa, uma agenda programática contemporânea democrática social. Para tal apresenta três momentos analíticos: indivíduo e sociedade, a esfera política e a esfera econômica. Ressalta que uma agenda social democrática tem o poder de honrar compromissos éticos contemporâneos da humanidade e uma sociedade justa de indivíduos livres.

O presente número de *Crítica e Sociedade* encerra com a publicação de uma entrevista com a professora titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mônica Abdala, realizada por estudantes do Programa de Educação Tutorial PET Ciências Sociais da UFU. O assunto é a história de vida da docente que nasceu em Uberlândia, fez seus estudos universitários na Universidade de São Paulo e foi uma das incentivadoras da criação do curso de Ciências Sociais da UFU. Atualmente aposentada, mas vinculada à UFU, como docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em História, Mônica Chaves Abdala, nos brinda com sua instigante trajetória acadêmica.

Conselho Editorial
Revista Crítica e Sociedade

AS LUTAS CONTRA A CORRUPÇÃO NAS CRISES POLÍTICAS BRASILEIRAS RECENTES¹

Danilo Enrico Martuscelli²
daniloenrico@gmail.com

O tema da corrupção tem marcado o repertório de mobilização de diferentes agentes políticos em diversas conjunturas das formações sociais capitalistas. Isso quer dizer que a luta contra corrupção não pode ser caracterizada como um expediente tático utilizado apenas pelas forças políticas em conflito na fase atual do capitalismo. A presença do discurso contra a corrupção nas crises políticas brasileiras de 1930, 1954, 1964, 1992, 2005 e na crise atual, indica claramente que tal repertório de mobilização não é algo típico da conjuntura histórica recente. Já a ocorrência de escândalos de corrupção como, por exemplo, o caso *Watergate* nos Estados Unidos e a operação *Mani Pulite* na Itália, são evidências de que o tema da corrupção não seria uma questão

¹ Somos gratos a Eric Gil Dantas, Francisco Pereira de Farias, Renato Nucci Jr., aos colegas do Programa de Investigación del Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA) – Fabián Leonardo Fernandes, Nicolás Iñigo Carrera, María Celia Cotarelo, Ricardo Donaire, Patricio Rojze, Roberto Tarditi, Sebastián Polischuk e Stella Cavalleri e aos pareceristas anônimos pelas críticas e comentários feitos às primeiras versões deste artigo.

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Chapecó (SC) e editor do blog marxismo21.

crônica das formações sociais periféricas, como supõem as análises que tendem a explicar a existência do fenômeno de corrupção como decorrência do reduzido grau de modernização ou desenvolvimento político e econômico dos países dependentes.³

Sobre o uso do tema do combate à corrupção no debate político contemporâneo, vale observar, como faz Bratsis (2014), que, com a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990, o assunto passou a ocupar o centro das atenções das instituições internacionais, vindo a ser utilizado como justificativa para que o capital transnacional interviesse na política doméstica dos Estados menos poderosos com vistas a torná-los mais subservientes aos seus interesses. Ao valerem-se do argumento de que o combate à corrupção se transformaria num mecanismo que garantiria aos países dependentes certo nível de modernização econômica ou política, as instituições internacionais procuraram criar uma espécie de álibi para aprofundar a dependência dos Estados periféricos em relação aos interesses do capital transnacional na conjuntura mais recente.

A conjuntura latino-americana atual parece comprovar a tese de Bratsis. Todos os governos caracterizados como “populistas” pela mídia corporativa têm sido acusados de corruptos. Tudo o que não se ajusta perfeitamente ao capitalismo neoliberal e aos interesses do capital financeiro internacional, seja no sentido de reformá-lo, como são os casos dos governos petistas e kirchneristas, ou de tentar superá-lo, como são os exemplos dos governos boliviano e venezuelano, torna-se alvo de crítica de movimentos contra a corrupção, cuja base social é predominantemente de classe média e tem alinhavado a defesa do programa neoliberal como solução para o que chamam ora de “inchaço do Estado”, ora de “insegurança jurídica” para a realização de negócios, ou ainda, de falta de “eficiência e transparência” dos governos ditos “populistas”.

No caso brasileiro, se tomarmos como base de análise apenas as crises de 1992, 2005 e 2015-2016, é possível notar que a luta contra a corrupção emergiu como tática política utilizada por certos grupos e classes sociais interessados em desgastar forças sociais influentes no processo político para fazer valer seus interesses particulares. Isso significa que tal crítica nunca aparece dissociada de

³ Para um balanço crítico dessas análises, ver: Bratsis (2014).

uma posição acerca da política econômica e social executada por um determinado governo, ou ainda, pelo fato de se apresentar sob um véu universalista – afinal, quem pode ser abertamente a favor da corrupção? –, as lutas contra a corrupção estão profundamente vinculadas aos interesses de classe em disputa na conjuntura. É isso, aliás, que explica a sua seletividade, tão comentada na atual conjuntura brasileira, ou seja, a seletividade do alvo a ser combatido tem relação profunda com os interesses e a correlação das classes em conflito na cena política.

No entanto, cabe observar que a tática do desgaste empregada nessas conjunturas não tem assumido a característica de uma crítica popular à natureza de classe do Estado burguês, não tem se transformado numa crítica radical ao fenômeno estrutural do parasitismo no capitalismo. O clamor pela substituição de políticos desonestos por políticos honestos e ílibados, presente nas manifestações contra a corrupção, não é simplesmente uma evidência de ingenuidade ou cinismo de seus porta-vozes, é principalmente um sintoma dos limites do conteúdo da própria luta contra a corrupção. Com isso, é possível considerar que tal luta aparece nessas conjunturas como um expediente tático seletivo inscrito na própria lógica de reprodução da dominação burguesa no Brasil e diz respeito, portanto, à dinâmica dos conflitos de classe funcionais a tal dominação.

Em termos gerais, em nenhuma dessas conjunturas, a crítica socialista à corrupção se fez presente como força política relevante, pois para lograr alcançar tal conteúdo e abrangência, a crítica à corrupção precisaria: a) levar em consideração que a corrupção é uma característica estrutural do próprio funcionamento do capitalismo – e não um desvio de conduta de certos agentes; b) atacar frontalmente os elementos que compõem a estrutura jurídico-política do Estado (a saber: a igualdade formal entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos e a abertura formal das instituições do Estado burguês a todas as classes) e c) reconhecer, portanto, que a igualdade jurídica existente apenas nas formações sociais capitalistas é deformada permanentemente pela desigualdade socioeconômica e que as instituições e recursos humanos e financeiros do Estado burguês estão a serviço dos interesses da classe dominante (embora esse Estado se apresente como defensor dos interesses públicos). Nesse sentido, empregada no terreno da dominação

burguesa, a ideia de combate à corrupção deve ser entendida como uma “noção ideológica”, ou mais precisamente, como parte da “ideologia política burguesa”, sendo como tal produzida pelo aparelho de Estado burguês.⁴

Diante do exposto, cabe a pergunta: se as lutas travadas contra a corrupção nas crises brasileiras de 1992, 2005 e 2015-2016 se limitaram a reproduzir o fetiche de Estado (ou estatismo),⁵ já que deixaram intocados os elementos estruturais constitutivos do Estado burguês, é possível concluir que, nestas essas conjunturas, essas lutas assumiram uma perspectiva essencialmente conservadora ou expressaram diretamente os interesses do capital transnacional/imperialista? A resposta para tal questão é negativa.

Para desenvolvê-la, gostaríamos de indicar, primeiramente, que o estatismo é um dos componentes da ideologia dominante, correspondendo, assim, à identificação de frações ou camadas das classes dominadas com a burocracia estatal. Tal identificação é resultante de certos dispositivos ideológicos como o culto do Estado ou o mito do Estado protetor. Contudo, o modo como o estatismo incide sobre as ideologias particulares de cada fração ou camada das classes dominadas é variável, podendo, a depender da conjuntura, o culto do Estado assumir a particularidade de: a) apego à pequena propriedade, a ser assegurada pelo Estado contra a revolução social (caso dos camponeses parcelares analisados por Marx n’O *18 do Brumário*) (MARX, 1977); b) apego à ideologia meritocrática combinado com posições refratárias à promoção de políticas de bem-estar social de amplo alcance (tendência observada no comportamento das classes médias nas crises políticas brasileiras de 2005 e 2015-2016); e c) apego à ideologia meritocrática combinado com inclinações favoráveis à promoção de políticas de bem-estar social desde que isso não implique a igualização socioeconômica plena dos trabalhadores (tendência

⁴ A caracterização da crítica socialista à corrupção, bem como a caracterização da ideia de corrupção como parte da ideologia política burguesa tomam como base a análise de Boito Jr. (2015).

⁵ A noção de “fetichismo de Estado” foi cunhada por Lênin para analisar o comportamento da pequena burguesia diante do Estado. Posteriormente, foi incorporada por Boito Jr. (1991) na análise do sindicalismo de Estado no Brasil.

observada no comportamento das classes médias na crise política brasileira de 1992).⁶

As duas primeiras formas de manifestação do estatismo podem ser consideradas como regressivas por expressarem, respectivamente, o medo da revolução social e o medo da proletarização. Trata-se de um estatismo regressivo, pois o mínimo denominador comum entre elas é o combate aos interesses do proletariado, seja pela via abertamente contrarrevolucionária nos processos de transição social ou pela via contrarreformista nos processos de reprodução social. A via contrarreformista pode assumir tanto a forma moderada e velada de manifestação contrária à ampliação de direitos ou políticas assistenciais às camadas populares, sintetizada muitas vezes na fórmula: “o importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar”; quanto à mais radicalizada e aberta de discurso de ódio ou de ação direta contra as classes populares, como se pode observar nos discursos em defesa da divisão do Brasil e do uso do aparato repressor contra os moradores das periferias, nos linchamentos, nos ataques diretos às organizações e movimentos populares etc.

Já o estatismo de tipo progressista tem marcado presença tendencialmente nas manifestações organizadas por setores de classes médias que têm conferido apoio às políticas de bem-estar social, mas sem que isso redunde na promoção de uma igualização socioeconômica entre os trabalhadores. Disso resulta o fato de que o medo da proletarização difundido no seio das classes médias não as levam necessariamente a sustentar uma linha de enfrentamento direto contra as classes populares, ou melhor, a depender da conjuntura, podem se inclinar muito mais a dar apoio às medidas que: a) visem a integrar o movimento operariado ao Estado, neutralizando, assim, a ocorrência de ações radicalizadas do operariado, como comprova a construção da chamada “cidadania regulada”⁷ no Brasil que conferiu direitos apenas às profissões reconhecidas pelo Estado e criou as bases para a constituição do chamado

⁶ Para tratar dos diferentes tipos de estatismo, de corte conservador ou progressista, inspiramo-nos no artigo de Boito Jr. (2005), mas empreendemos aqui uma análise que não coincide plenamente com essa formulação original, já que a preocupação central deste autor é a de distinguir o estatismo conservador (bonapartismo) do estatismo reformista (populismo).

⁷ Ideia empregada por Santos (1979).

sindicalismo de Estado e b) garantam a reprodução da ilusão de que a hierarquia do trabalho esteja fundada na competência e nos méritos individuais, permitindo, assim, a contínua desvalorização do trabalho manual.

A fixação da luta contra a corrupção nos limites do estatismo indica que as classes sociais – que se movem como força motriz ou base social desta luta – agem como classe-apoio de classes e frações de classe que integram o bloco no poder, não podendo, assim, assumir a posição de direção das lutas interclassistas no processo de reprodução capitalista. Portanto, se a ideia de estatismo designa que a luta se inscreve nos limites dos conflitos positivos à dominação burguesa, os tipos progressista ou regressivo indicam a possibilidade de segmentos das classes dominadas variarem o apoio que podem vir a dar a uma ou outra fração das classes dominantes. Na análise das crises políticas brasileiras recentes, é possível observar que as classes médias oscilaram entre o estatismo regressivo, vindo a se identificar com os interesses das frações da classe dominante ligadas à atividade improdutiva e ao campo político rentista, e o estatismo progressista, ao apoiarem políticas de interesse das frações da classe dominante ligadas à atividade produtiva.

Do que dissemos acima, conclui-se que, a depender da força motriz das mobilizações contra a corrupção e da correlação de forças na conjuntura, um tipo específico de estatismo poderá vir a predominar. Ora, quando comparamos os movimentos contra a corrupção nas conjunturas das crises brasileiras recentes, notamos que a luta contra a corrupção se realiza por meio de um estatismo de tipo progressista apenas no contexto das mobilizações favoráveis ao impedimento do presidente Collor, em 1992. Nas demais situações, é o estatismo de natureza regressiva que se pronuncia nas mobilizações contra a corrupção.

Tratemos de analisar a luta contra a corrupção em cada uma das crises para demonstrar a tese de que as classes médias podem oscilar entre o estatismo progressista e o estatismo regressivo e para indicar como tal oscilação vincula-se à dinâmica das contradições existentes no seio do bloco no poder. Nas duas primeiras seções, procuraremos retomar e aprofundar questões que discutimos em outro momento (MARTUSCELLI, 2015), o que nos poupará da demonstração mais exaustiva de fontes e dados. Na última seção, procuraremos

desenvolver reflexões sobre a conjuntura mais recente, particularmente sobre o processo de crise do governo Dilma.

1992: luta contra os efeitos do neoliberalismo e estatismo progressista

A crise do governo Collor é fruto das dores do parto do processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil e culminou no *impeachment* deste presidente em 1992. O início da década de 1990 marcou a implementação do neoliberalismo no país e a eleição de Collor no pleito presidencial de 1989 foi uma circunstância histórica decisiva para garantir a efetivação do neoliberalismo como política de governo.

A despeito de o Brasil assistir desde 1985 à ascensão de um forte movimento grevista, que começa a sentir os primeiros sinais de declínio em 1992, a contradição principal na conjuntura do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 se situou no seio das classes dominantes expressando sob a forma de conflito distributivo entre os interesses da burguesia associada ao capital financeiro internacional, empenhada em aplicar os eixos fundamentais da política neoliberal, que compreendia a redução de direitos sociais e trabalhistas, a privatização de empresas e serviços e a abertura econômica (comercial e financeira), e a burguesia interna, que procurava resistir pontual e seletivamente a essa política, apresentando, por exemplo, posições refratárias à abertura comercial.⁸ Tal crítica pontual e seletiva levada a cabo pelos porta-vozes da burguesia interna não a conduziram, assim, a assumir um posicionamento antiliberal. Na verdade, por estar acossada pelo movimento grevista e pelo imperialismo, a burguesia interna procurou salvaguardar seus interesses por meio da defesa de um neoliberalismo mais moderado, o que a conduziu a se

⁸ Empregamos os conceitos de burguesia associada e burguesia interna para designar, respectivamente, uma fração de classe que não possui contradições com o capital estrangeiro, vindo a se integrar a ele, e uma fração de classe que oscila entre a dependência e a contradição com o capital estrangeiro. Sobre tal caracterização, ver: Poulantzas (1974, 1975). Realizamos uma análise mais detalhada da burguesia interna no contexto do governo Collor em: Martuscelli (2015, ver capítulos 1 e 2). É aqui que apresentamos argumentos para pensá-la como força dirigente no Congresso Nacional.

aproximar do campo político dirigido pelo grande capital financeiro internacional.

É nesse conflito interburguês que reside a contradição principal que deságua na crise política que levou à deposição de Collor. Nessa conjuntura, os interesses da burguesia interna se organizaram principalmente no Congresso Nacional que foi decisivo para isolar progressiva e politicamente Collor, mas também para enquadrar constitucionalmente o processo de deposição deste presidente. Portanto, a crise política de 1992 não se apresenta como uma crise do neoliberalismo, nem muito menos uma crise do regime político democrático recém instaurado no país. Trata-se de uma crise que se inscreve no acúmulo de contradições típico do processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil e que possibilita certo protagonismo do Congresso Nacional perante o Executivo e a emergência de um forte movimento de massas contra a continuidade de Collor na presidência da República.

Diante desta breve caracterização, é possível analisar a natureza (da) e o lugar ocupado pela crítica à corrupção nessa conjuntura de crise, assim como entrever a força motriz ou base social das mobilizações contra a corrupção. A despeito de algumas lideranças políticas e sindicais apresentarem um discurso contra o neoliberalismo, na prática, o movimento “Fora Collor” se moveu no terreno da luta contra os efeitos da política neoliberal, posicionando-se contra a recessão econômica, o descontrole inflacionário, as demissões, o desemprego, o arrocho salarial etc., e não logrou se constituir, portanto, como uma alternativa programática ao neoliberalismo.

É justamente na esteira da luta contra os efeitos da política neoliberal que se inscreve a luta contra a corrupção no contexto mais agudo da crise, nos meses de agosto e setembro de 1992, quando foram realizadas em várias partes do Brasil grandes manifestações reivindicando a deposição do presidente eleito. O *Movimento pela Ética na Política* (MEP) formulou uma proposta política que combinava combate à corrupção e crítica aos efeitos da política governamental. Convocado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o MEP reuniu cerca de 260 entidades, entre as quais se destacavam: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁹ O MEP era formado principalmente por sindicatos, entidades ligadas à Igreja Católica, várias seções da OAB e poucas entidades estudantis. Embora o MEP tenha tido influência no movimento “Fora Collor”, foram os estudantes secundaristas, que constituíram a força motriz ou mobilizadora dos protestos.¹⁰

Assim sendo, é importante destacar três aspectos fundamentais do movimento “Fora Collor” no momento em que as mobilizações adquiriram um caráter massivo, nos meses (de agosto e setembro de 1992) que antecederam a votação do *impeachment* de Collor na Câmara dos Deputados: a) a predominância do discurso contra a corrupção e pela “ética na política” combinada com a luta contra os efeitos da política neoliberal; b) o enquadramento constitucional do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor e da defesa da posse de Itamar Franco e c) a composição de classe média das mobilizações.

A luta contra a corrupção ganhou impulso a partir das denúncias de Pedro Collor, publicadas pela revista *Veja*, no início de maio de 1992, quando este acusava o irmão, o então Presidente da República, de participar de negócios escusos com o “testa de ferro” do governo, Paulo César Farias (PC Farias). Essa bandeira fortaleceu-se, com a instalação da CPI do caso PC Farias, no dia 1º de junho de 1992. É nesse contexto que se constituiu o chamado *Movimento pela Ética na Política* (MEP), tendo como objetivo precípuo acompanhar e apoiar as investigações do caso PC Farias. Apesar de haver divergências táticas no interior do MEP, o discurso contra a corrupção e pela ética na política acabou sendo a tônica dominante desse movimento. Tal discurso conseguiu ganhar adeptos, especialmente porque convergiram nesse momento duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Como já observou Weyland (1993), nas situações

⁹ Ao menos uma entidade influente no MEP defendia, ainda que de maneira crítica, as políticas de privatização e de abertura comercial, e apresentava-se como contrária ao “autoritarismo do executivo”, o que significava exigir maior participação no processo de implementação da política governamental. Essa entidade era justamente o PNBE. Para uma análise do MEP e das principais entidades que o integravam nessa conjuntura, ver: Giannotti (1993); Bocchi (1996); Tatagiba (1998).

¹⁰ Utilizamos a ideia de *força motriz* para designar a força política que dirigiu as principais manifestações de rua. Não se trata, portanto, de um problema contábil do pertencimento de classe dos manifestantes, mas de representação de classe.

de agravamento do quadro econômico, a tolerância em relação à corrupção tende a se reduzir, o que implica considerar que o uso da bandeira do combate à corrupção numa crise econômica pode se configurar numa importante arma política para os grupos e classes sociais interessados em desgastar e derrotar politicamente as forças governantes do momento.

Mas, afinal, qual era o significado da crítica à corrupção na conjuntura em questão? O discurso contra a corrupção apresentado pelo movimento “Fora Collor” não pode ser caracterizado como uma crítica conservadora, tendo em vista que se vinculava à luta contra os efeitos da política neoliberal. O que significa dizer que, se considerarmos as disputas políticas desta conjuntura, a luta contra a corrupção se articulou com bandeiras progressistas de luta contra a recessão, contra as altas taxas de inflação, contra o desemprego, contra o arrocho salarial ou mesmo de oposição difusa ao neoliberalismo. Vale destacar também que essa crítica difusa ao neoliberalismo continha, em suas entrelinhas, o fetiche do Estado, que tendencialmente exerce forte atração, enquanto ideologia, sobre as classes médias. Isso pode ser observado no discurso contra a impunidade, difundido pelo movimento “Fora Collor”, que sugeriria que, retirando-se os políticos corruptos da administração pública, o Estado poderia recuperar seu bom funcionamento e atender os interesses da sociedade como um todo.

Em relação ao enquadramento constitucional do movimento “Fora Collor”, é possível dizer que ele se manifesta por meio da defesa da renúncia de Collor e da posse de Itamar Franco e do respeito à tramitação de todo o processo constitucional do *impeachment*. A defesa da posse do vice-presidente, Itamar Franco, presente no discurso hegemônico do movimento “Fora Collor”, indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura. Já o respeito ao tratamento constitucional do *impeachment* sugere a força do novo regime democrático constituído e, ao mesmo tempo, o predomínio da perspectiva criminalista e despolitizadora deste processo, tendo em vista que o Presidente da República só pode ser deposto se cometer ato de improbidade administrativa ou desrespeitar as leis ou decisões judiciais. Tal procedimento engendra uma despolitização na medida em que não coloca em discussão a política executada por determinado governo e, porque reforça o efeito ideológico de “dupla personificação do Estado” (cf. SAES, 1998), ao gerar, nas massas populares, a ideia de que o aparato estatal se resume num único indivíduo e ao estabelecer

uma relação líder/massa em termos de afinidade psicológica ou de conduta individual.

Por fim, no que se refere à composição de classe do movimento “Fora Collor”, constatamos que os estudantes secundaristas formaram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações massivas deste movimento e, com isso, roubaram a cena política nessa conjuntura. Isso nos leva a discutir a relação entre a participação estudantil e a condição de classe média dos manifestantes. Consideramos que a participação massiva dos estudantes secundaristas nos protestos de rua reivindicando o *impeachment* de Collor só pode ser explicada se se levarem em conta os fatores da política econômica e social que afetavam a situação de classe dos estudantes. Para além de considerar o movimento estudantil da época como uma mera massa de manobra da mídia, que apenas tardiamente posicionou-se favorável à saída de Collor da presidência da República, é preciso considerar que os estudantes resolveram ir às ruas, pois seus interesses vinham sendo atacados pela política governamental de Collor.

Na ausência de dados mais sistematizados sobre os estudantes participantes do movimento “Fora Collor”, sustentamos, de maneira aproximativa, que é de supor que a maioria deles, oriundos do ensino médio (na época, chamados de secundaristas) e do ensino superior, pertencia às famílias de classe média. Essa tese é reforçada se considerarmos que a grande maioria dos jovens de 16 a 25 anos, que conseguiu ingressar no sistema educacional naquele período, não possuía sequer ensino básico completo – quadro que viria a se alterar apenas a partir dos anos 2000 (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). Ou seja, os ensinos médio e superior não eram os *loci* de reprodução dos filhos dos trabalhadores manuais e dos próprios estudantes trabalhadores.

A falta de referência ao estudante trabalhador nos refrãos cantados nas manifestações, como se observa no bordão “Um, dois, três/ Quatro, cinco, mil/ O bolso do meu pai/ Não é o Banco do Brasil” e a organização de atos durante o expediente de trabalho podem ser indicadores de que os estudantes que ali estavam nas ruas protestando não pertenciam à classe operária. Ademais, as medidas adotadas pelo governo Collor criaram sérios prejuízos às classes médias, o que nos ajuda a entender a adscrição de classe dos estudantes presentes nas manifestações. Entre tais medidas, destacamos: o confisco da poupança numa conjuntura de hiperinflação, que reduziu a margem de manobra das classes

médias para enfrentar a inflação; os efeitos dos altos índices inflacionários sobre as mensalidades escolares, tornando as classes médias presas fáceis da inadimplência e do endividamento; os ataques do governo Collor contra o funcionalismo público, categoria que abrange predominantemente trabalhadores de classe média.

Somado a esses fatores que foram decisivos para ativar as insatisfações das classes médias contra o governo, vale a pena observar que o discurso hegemônico contra a corrupção, nessa conjuntura, possuía um forte atrativo para as classes médias, que recorreram à crítica da corrupção como tática de desgaste do governo. É possível sustentar que a crítica à corrupção no governo assume aqui um conteúdo progressista, vindo a se caracterizar como uma forma de manifestação do estatismo progressista, pois os estudantes mobilizados operavam numa conjuntura na qual o conjunto da classe trabalhadora tinha seus interesses preteridos, não se colocando em questão a existência de políticas governamentais que favorecem o operariado em detrimento da classe média. Se assim fosse, poderia engendrar-se certa inclinação conservadora entre os manifestantes, que passariam a verbalizar críticas a tais políticas governamentais por considerá-las negativas ao processo de diferenciação social das classes médias enquanto classe que agrega fundamentalmente trabalhadores não-manuais.

Ademais, observamos que as mobilizações dos estudantes de classe média contra o presidente corrupto estavam marcadas por um caráter político-corporativo, uma vez que eram oriundas de demandas específicas dos estudantes (luta contra o aumento das mensalidades, luta em defesa da educação pública, etc.), mas transcendiam esse universo ao se projetarem contra a execução e os efeitos da política governamental, a corrupção existente no governo, e exigirem a saída do Presidente da República.

Nesse sentido, a luta contra a corrupção tomou como alvo principal o presidente Collor e se articulou contra o caráter recessivo da política adotada por seu governo. Se as classes médias constituíram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações de massa, a força dirigente do movimento “Fora Collor” foi a burguesia interna, situada no Congresso Nacional, que levou às últimas conseqüências o dispositivo constitucional do *impeachment*. Embora as decisões dos congressistas em defesa do *impeachment* de

Collor tenham sido influenciadas pelas fortes mobilizações de massa realizadas principalmente pelos estudantes secundaristas, em nenhum momento, as prerrogativas institucionais dadas aos parlamentares para aprovar o pedido de *impeachment* foram colocadas em risco pelo movimento estudantil. Isso significa que o movimento estudantil foi dirigido pela frente parlamentar de oposição. Foi justamente o perfil regressivo da política executada por Collor o que impulsionou as classes médias a irem às ruas exigir a sua saída e, ao mesmo tempo, a formarem uma frente política com a burguesia interna para emplacar uma derrota política ao Presidente da República.

2005-2006: resistências às reformas do neoliberalismo e estatismo regressivo

Se a crise do governo Collor pode ser tratada como resultante do processo de transição ao neoliberalismo, a crise política ocorrida no primeiro mandato do governo Lula, que denominamos como crise do partido do governo, caracteriza-se como uma crise decorrente do processo de reformas do capitalismo neoliberal. A vitória eleitoral de Lula, em 2002, está diretamente associada ao desgaste do neoliberalismo em múltiplas dimensões econômica, política, social e ideológica. O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é marcado por um processo de vitórias eleitorais de candidatos que se apresentavam como alternativas ao neoliberalismo. No entanto, diferentemente de certas análises que caracterizam tais governos como pós-neoliberais,¹¹ consideramos que há diferenças marcantes entre eles, de modo que não faz sentido tratar os governos Lula/Dilma como pós-neoliberais, pois o que ocorreu de fato no país foi um processo de reformas do neoliberalismo que permitiu o fortalecimento dos interesses da grande burguesia interna na execução da política governamental, sem que isso redundasse na mudança de hegemonia política do capitalismo financeiro internacional¹².

Preferimos caracterizar tais governos como social-liberais porque promoveram mudanças nos limites do capitalismo neoliberal, fundaram suas

¹¹ Como, por exemplo, a análise de Sader (2013).

¹² Essa tese foi formulada originalmente por Boito Jr. (2007).

principais iniciativas na lógica não mais de “satanização” do Estado, como faziam os defensores da versão extremada do neoliberalismo, mas na perspectiva das parcerias público-privadas, que garantem ao Estado todo o ônus e ao capital privado todo o bônus; e preservaram a hegemonia do grande financeiro internacional, mas acomodando simultaneamente os interesses da grande burguesia interna nos pontos de menor tensão em relação aos interesses dessa fração hegemônica. Para que o social-liberalismo se tornasse realidade, foi preciso haver uma aproximação política entre o PT e a grande burguesia interna, resultando, portanto, num processo de crise do partido do governo que levou o PT a abandonar de vez o programa democrático-popular, alicerçado nas lutas antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista, e a aderir ao programa social-liberal de reformas dentro do modelo capitalista neoliberal.

Nesse sentido, a crise de 2005 ocorrida no país está ligada aos conflitos distributivistas entre o campo rentista, que resiste às reformas do neoliberalismo, e o campo político dirigido pela grande burguesia interna, que busca a implementação de uma versão mais moderada do neoliberalismo e consegue, com isso, apoio de setores do movimento popular e sindical. Portanto, a crise política de 2005 coloca em evidência como contradição principal os interesses da burguesia associada ao capital financeiro internacional (força descendente) e os interesses da grande burguesia interna (força ascendente).

Embora as forças de esquerda e de centro esquerda tenham encampado a luta contra a corrupção, tendo em vista as denúncias relacionadas ao financiamento ilícito de campanhas eleitorais e a compra de votos para aprovar algumas matérias de interesse do Executivo no Congresso Nacional, foram os setores da oposição de direita, representados principalmente pelos órgãos da grande imprensa, que procuraram articular o combate à corrupção com a luta contra o processo de reformas do neoliberalismo, inaugurado pelo governo Lula. Ocorre que as tentativas de resistir às reformas do neoliberalismo não foram bem-sucedidas, ou melhor, não produziram os resultados esperados. Um conjunto articulado de fatores explica o fracasso de tal empreitada, tais como:

a) *a inexistência de uma situação de crise ou recessão econômica*. A conjuntura era favorável para a retomada do crescimento econômico, e o governo Lula aproveitou-se desta situação para: iniciar uma política de valorização do salário mínimo; viabilizar a criação e ampliação do emprego formal; ampliar a destinação de

recursos para as políticas sociais de caráter assistencialista, como o Bolsa Família; facilitar o crédito para pessoas jurídicas e físicas; alterar a orientação da política do BNDES, oferecendo crédito e subsídios para as grandes empresas e fomentando a internacionalização das empresas brasileiras; ampliar a exportação especialmente dos produtos de baixo valor agregado; promover a redução da taxa de juros Selic, entre outras medidas (BOITO JR., 2012; SINGER, 2012; MARTUSCELLI, 2015). Portanto, não se visualiza nesta conjuntura política a combinação de uma crise política com uma crise econômica, como se pode observar na crise de 1992;

b) *a blindagem de Lula diante das denúncias e investigações de prática de corrupção envolvendo membros do governo e membros do partido do governo.* Nenhuma força política relevante foi capaz de tomar as ruas para exigir o *impeachment* de Lula. A reivindicação do *impeachment* não apareceu nem mesmo nas páginas dos principais editoriais dos jornais brasileiros. Na melhor das hipóteses, é possível dizer que as forças de oposição de direita ao governo trabalharam firme para desgastá-lo, constituindo um tipo de intervenção política marcado por insinuações de que Lula tinha conhecimento das práticas de corrupção cometidas por lideranças e políticos que eram próximos ao seu governo ou ao seu partido, o PT.

Tanto o presidente Lula quanto a Comissão Executiva Nacional do PT reconheceram que erros haviam sido cometidos por membros do partido, do governo e da base aliada. Enquanto Lula afirmou em rede nacional que havia sido traído por membros de sua base aliada que se envolveram com práticas de corrupção, a Executiva Nacional do PT aprovou resolução por meio da qual o partido pedia desculpas à nação pelos atos cometidos por seus dirigentes (financiamento paralelo de campanhas eleitorais) sem consentimento das instâncias partidárias. O recuo político presente nesses discursos feitos entre o final de julho e início de agosto de 2005 veio a ser substituído pela contraofensiva quando vieram à tona as denúncias contra Eduardo Azeredo, na época presidente nacional do PSDB, acusado de desviar verbas públicas para financiamento de sua campanha para governador do estado de Minas Gerais em 1998, o que abriu espaço para certo armistício entre o PT e o PSDB e inviabilizou a continuidade de Azeredo no cargo máximo de direção do PSDB.

c) *a tática da sangria da oposição de direita.* Dada a proximidade das eleições presidenciais de 2006 e as dificuldades de reivindicar o *impeachment* do presidente

da República, a tática adotada pela oposição de direita contra o governo Lula foi a tática de sangria do governo. Ou seja, a expectativa dessas forças oposicionistas era a de desgastar a imagem do governo e do presidente Lula até o pleito eleitoral, quando a vitória eleitoral estaria assegurada. No entanto, tal tática só foi bem-sucedida no tocante à desconstrução da imagem do PT como defensor da ética na política. A reeleição de Lula em 2006 com cerca de 61% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais é um indicador importante das dificuldades da oposição de direita se tornar viável eleitoralmente no âmbito da política nacional. Outros elementos marcantes desse processo eleitoral foram o apoio dado a Lula por parte de setores ligados à grande burguesia interna, em especial o setor da construção civil, e o discurso mais ofensivo de Lula contra a política de privatizações realizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso;

d) *o reduzido impacto das manifestações de rua contra o governo.* Tanto as forças de esquerda e centro-esquerda, ligadas ou não ao governo federal, como as forças de oposição de direita procuraram apresentar uma crítica à corrupção, mas as manifestações não adquiriram caráter massivo, estando muito distantes de alcançar o mesmo contingente dos protestos contra a reforma da Previdência, realizados no primeiro ano de mandato do governo Lula.

Nesta crise, as classes médias não lograram articular um movimento massivo de oposição de direita. Sua reação ao governo assumiu um caráter mais propriamente ideológico alicerçado numa crítica antipopular genérica. Algo distinto se passaria na conjuntura do governo Dilma, momento em que os contornos das políticas sociais e seus impactos distributivos se faziam mais nítidos, o que, somado à emergência de uma situação de crise econômica, permitiu engendrar as bases materiais para uma oposição mais ampla e contundente ao governo, como se pode observar nas críticas virulentas pronunciadas por segmentos das classes médias à política de cotas no ensino superior e no funcionalismo público; à execução e à ampliação de políticas de transferência de renda destinadas às camadas mais pobres da população; à presença de populares em aeroportos e shoppings centers; isso sem contar as insatisfações geradas pelo encarecimento de serviços prestados por trabalhadores manuais às camadas superiores da classe média, tais como:

empregada doméstica, faxineira, lavadeira, passadeira, babá, caseiro, motorista particular etc¹³.

A principal porta-voz da luta contra a corrupção foi a grande mídia nesse processo (Estadão, Folha, Veja, Organizações Globo, entre outros), que passou a ser caracterizada pelas forças políticas próximas ao governo federal como o “Partido da Imprensa Golpista (PIG)”. Tal posicionamento da mídia representava os interesses das frações que resistiam às reformas do neoliberalismo. Sem se manifestar abertamente favorável ao *impeachment* de Lula, a grande mídia procurou exercer relativa influência sobre setores da classe média que, no entanto, foram incapazes de se articular politicamente para organizar protestos massivos de rua contra o governo.

Das articulações políticas organizadas pelas forças de direita e centro-direita, ganhou destaque: o “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção”, encabeçado pela Força Sindical, pela seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que questionaram a prática de corrupção envolvendo autoridades governamentais e os excessos da Polícia Federal nas ações contra empresários e advogados que vinham sendo acusados de sonegação fiscal e, ao mesmo tempo, assumiram o compromisso com a legalidade, a Constituição Federal e o Estado democrático de direito, considerados elementos fundamentais para combater a corrupção no país.¹⁴ Depois de vacilar quanto à definição de realizar protestos de rua, o “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção” resolveu organizar uma passeata no dia 6 de setembro com o lema: “O grito do silêncio: queremos a verdade!”, em referência ao Grito dos Excluídos organizado pelos movimentos sociais e populares no dia 7 de setembro, questionando, com isso, a morosidade dos trabalhos da CPI e caracterizando a crise como a “maior crise política” da história do país. No entanto, é preciso observar a fraqueza política dessas manifestações contra a

¹³ Sobre a questão do encarecimento desses serviços, ver: Cavalcante (2015, p. 187-188).

¹⁴ Curioso notar que, nesse momento, as ações da Polícia Federal eram vistas de maneira negativa. Algo totalmente distinto se passa na conjuntura mais recente em que as arbitrariedades cometidas pela PF, a mando do Judiciário, foram aplaudidas pelas forças de oposição de direita ao governo Dilma.

corrupção, que tentaram se rearticular, em 2007, sob o lema *Cansei*, mas sem obter projeção política significativa. O fato de agregar reduzidos setores das camadas superiores da classe média explica em parte o fracasso dessas iniciativas de “moralização” do país. A isso se deve agregar dois aspectos fundamentais: a inexistência de um quadro de crise econômica e o reduzido impacto que as políticas sociais de caráter mais distributivista e inclusiva produziam neste momento, especialmente aquelas que se chocavam de alguma maneira com a ideologia meritocrática e com as condições socioeconômicas de reprodução das classes médias.

e) *a articulação do governo Lula com setores representativos da grande burguesia interna* que, em diversos momentos, clamaram para que a crise política não atingisse a economia e afetasse as mudanças que vinham sendo colocadas em prática. No momento mais agudo da crise, Lula não só se reuniu com grandes empresários, como recebeu de confederações patronais um documento que indicava uma agenda para a governabilidade e em nenhum momento apontava para o *impeachment* do presidente. A nomeação de Guido Mantega para o lugar de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e a reeleição de Lula com financiamento desses segmentos empresariais são indicadores incontestes da força desta articulação política.

Com base no que foi dito acima sobre a crise política de 2005, é possível caracterizá-la com uma crise de baixa intensidade, que provoca certo abalo sísmico no PT e no interior do governo, mas nada grave a ponto de causar uma crise de governo, de regime político ou mesmo uma crise do neoliberalismo. Trata-se de uma crise que se inscreve no processo de reformas do modelo neoliberal, que acomoda setores que vinham sendo alijados pelas políticas dos governos brasileiros anteriores, como é o caso da grande burguesia interna, e que resulta na derrota eleitoral e nas ruas das camadas superiores das classes médias e dos principais porta-vozes dos interesses do grande financeiro internacional, os grandes meios de comunicação, em suas tentativas de resistir a essas reformas e de dar sustentação a um estatismo de natureza regressiva e, portanto, refratário à ampliação do intervencionismo estatal e aos gastos com as políticas sociais implementadas pelo governo Lula. Nesta conjuntura, a crítica à corrupção combinou-se principalmente com a posição contrária às reformas do neoliberalismo.

2015-2016: antipetismo, neoliberalismo extremado e estatismo regressivo¹⁵

A crise do governo Dilma vincula-se, de certo modo, aos conflitos e contradições que emergiram no contexto da “crise do mensalão”, dividindo o grande capital em duas frações principais: a grande burguesia interna, ligada à construção civil, a segmentos do agronegócio e a vários outros setores da indústria interessados em realizar reformas no capitalismo neoliberal e a grande burguesia bancária-financeira, inclinada a resistir a tais reformas. Tais contradições produziram efeitos sobre o processo político.

Desde 2005, a grande burguesia interna vinha se fortalecendo politicamente, sem com isso conseguir deslocar a grande burguesia bancária-financeira do lugar de fração hegemônica do bloco no poder. A política dos governos Lula e Dilma permitiu à grande burguesia interna ter uma posição mais confortável no bloco no poder, quando comparada a que tinha nos anos 1990, acomodando, assim, seus interesses nas zonas de menor tensão com a hegemonia política da grande burguesia bancária-financeira.

A crise do neoliberalismo sob hegemonia dos EUA¹⁶ abriu brechas para a grande burguesia interna se fortalecer ainda mais politicamente, a partir de 2008, pois colocou em evidência a fragilidade de uma doutrina que pregava a defesa do livre jogo das forças do mercado como força geradora de desenvolvimento. Essa crise instaurada no coração do capitalismo possibilitou ao governo Dilma a adoção de uma política mais ousada de reformas do capitalismo neoliberal, quando comparada à executada pelos governos Lula.¹⁷

Ao longo dos primeiros anos de mandato (2011-2013), o governo Dilma adotou uma série de medidas que contrariavam mais diretamente os interesses dos banqueiros: a) aplicou sucessivamente a redução da taxa de juros Selic,

¹⁵ Retomaremos boa parte da caracterização da crise do governo Dilma esboçada aqui em outro trabalho: Martuscelli (s/d).

¹⁶ Para uma caracterização rigorosa da crise do neoliberalismo sob hegemonia dos EUA, ver: Duménil e Lévy (2014).

¹⁷ Singer (2015) caracteriza os dois primeiros anos do governo Dilma como “ensaio desenvolvimentista”.

chegando a aplicar a menor taxa de juros da política recente (7,25%), entre outubro de 2012 e março de 2013, quando os banqueiros e a mídia associada aos interesses rentistas lançaram a campanha contra a alta do preço do tomate para pressionar o governo pela queda da inflação e pelo aumento da taxa de juros¹⁸; b) desvalorizou a taxa de câmbio brasileira, com o objetivo de ampliar a competitividade dos produtos nacionais no exterior; c) promoveu uma redução dos *spreads* bancários dos bancos públicos (Banco Brasil e Caixa Econômica Federal), chegando até mesmo a fazer pronunciamento em rede nacional, durante as comemorações do dia do trabalhador em 2012, exigindo que os bancos privados seguissem a mesma política de redução dos juros cobrados pelos bancos públicos nos empréstimos, cartões, cheque especial e crédito consignado, com vistas a garantir a implementação do que ela chamou de uma política de “desenvolvimento do país” e de “desenvolvimento das pessoas”.¹⁹ Tal episódio gerou grande insatisfação entre os banqueiros que passaram a repudiar os aspectos excessivamente intervencionistas da política governamental; d) o governo Dilma ainda procurou elevar a taxa de retorno sobre as licitações públicas de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias; reduzir o preço da energia elétrica e desonerar a folha de pagamento das empresas, demonstrando clara inclinação a apoiar os interesses da grande burguesia interna.²⁰ Contra essas iniciativas emerge a ofensiva do campo político rentista - que é dirigido pela grande burguesia bancária-financeira, tem o apoio das camadas superiores da classe média e conta com um grande trunfo na luta de ideias e na disputa ideológica: a grande mídia. Não se pode ignorar aqui as investidas deste campo político, especialmente aquelas oriundas de setores das classes médias, contra as políticas e programas sociais implementados pelos governos petistas, tais como o Bolsa Família, a política de cotas, a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas etc., assim como aquelas sustentadas pelas representações das frações dominantes interessadas na

¹⁸ Sobre o uso da alta do preço do tomate como instrumento de pressão sobre o governo pelo aumento da taxa de juros, ver: Borges (2013a; 2013b)

¹⁹ Ver íntegra do discurso em: Folha de S. Paulo (2012).

²⁰ Uma caracterização ampla e sistemática do primeiro governo Dilma, encontra-se em: Singer (2015).

redução de direitos trabalhistas e no corte de despesas primárias, especialmente de educação e saúde.

São estas resistências às tentativas do governo Dilma de concretizar as reformas do capitalismo neoliberal que explicam a natureza da crise política que presenciamos no Brasil. Portanto, trata-se de uma nova ofensiva do campo político rentista contra as medidas mais avançadas de tentar reformar o neoliberalismo. Tal ofensiva se inicia ainda no contexto do primeiro governo Dilma e se aprofunda nos anos seguintes. O trabalho ideológico realizado pela mídia em prol do “neoliberalismo ortodoxo”, a “batalha do tomate” (utilizada como alibi para reduzir a inflação às custas do aumento da taxa de juros Selic), as manifestações organizadas por setores da direita radical contra o governo Dilma, a vitória apertada de Dilma sobre Aécio nas eleições de 2014 e a eleição de representantes mais conservadores no Congresso Nacional podem ser tratados como indícios dessa ofensiva do campo político rentista. Já a nomeação de um representante dos banqueiros para o Ministério da Fazenda, os ataques do governo Dilma aos direitos trabalhistas desde o final de 2014 e a sua adesão à política do ajuste fiscal, o aprofundamento da política neoliberal sob o governo Temer, erigido à tal condição graças a um golpe de Estado perpetrado pelo Congresso Nacional em coalizão com outras forças como veremos adiante, parecem ser evidências da consumação desta ofensiva rentista. Portanto, podemos caracterizar a atual crise como resultante do processo de ofensiva política contra as reformas do neoliberalismo que vinham sendo realizadas pelos governos Lula e Dilma. Trata-se, portanto, de uma crise do social-liberalismo no Brasil.

Não só a ofensiva do campo político rentista explica essa crise. É preciso observar também que este campo passou a atrair setores da grande burguesia interna que vinham sendo beneficiados pelos governos petistas, fazendo-se necessário observar que essa união de forças está longe de pôr fim às contradições existentes entre a grande burguesia bancário-financeira e a grande burguesia interna. Trata-se de uma unidade instável, cujo desfecho é difícil de prever, especialmente se o país passar por um processo de acirramento da crise política na conjuntura vindoura.

Além disso, observamos que não se pode entender a crise do social-liberalismo sem levar em consideração outro aspecto-chave: o

crescimento do número de greves, que passou do registro de 340 greves em 2003 para 2050 em 2013, ou seja, em uma década o número de greves mais do que sextuplicou (DIEESE, 2015). Tal como na conjuntura do final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, ocorreu um crescimento expressivo do número de greves e isso levou progressivamente a grande burguesia interna a se aproximar do campo rentista, em especial das medidas que restringiam direitos sociais e trabalhistas e impor resistências seletivas e pontuais ao programa neoliberal no campo econômico. Algo muito parecido vem ocorrendo na conjuntura atual, na qual se pode perceber que representantes da grande burguesia interna – que vinham se beneficiando e se fortalecendo com as políticas dos governos petistas (que abrangia incentivos para o crédito, redução dos juros, concessões para licitações, desonerações na folha de pagamento) – acabaram optando por migrar para a linha de ataque frontal ao governo Dilma.

Tal fenômeno tornou-se mais evidente no contexto das manifestações de junho de 2013, quando os representantes da burguesia interna paulista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), iluminaram de verde e amarelo o prédio desta entidade em apoio às manifestações num momento em que as pautas da direita vinham hegemonizando os protestos de rua.²¹ No período mais recente, a mesma Fiesp tornou a fazer uma série de ameaças ao governo. Da ideia de que o “remédio amargo” do ajuste fiscal deveria ser passageiro e vir acompanhado de medidas favoráveis aos industriais, tais como as terceirizações, a Fiesp passou a encampar a bandeira da renúncia de Dilma, até aderir finalmente à tese do *impeachment* da presidente, sob a alegação de que as pedaladas fiscais eram indicadores de que o governo teria cometido crime de responsabilidade, e também sob o argumento da paralisia decisória do Executivo. A Fiesp criou até mesmo uma campanha que tinha como lema “não vamos pagar o pato” em alusão à cobrança de impostos, pautou a linha política de que o ajuste fiscal deveria se orientar pelo corte de despesas primárias e participou ativamente manifestações contra o governo Dilma. A figura de seu presidente, Paulo Skaf, adquiriu protagonismo na conjuntura em questão. Embora outras federações e associações patronais tenham participado dessas

²¹ Para uma breve análise da mudança de posição da Fiesp diante do governo Dilma, ver: Castro (2016).

manifestações, na cena política, foi a Fiesp quem assumiu a direção das manifestações públicas de amplos setores da burguesia contra o governo Dilma.²²

Dito isso, cabe a pergunta: como se insere a luta contra a corrupção nesta crise? Observamos que esta luta tem seu nascedouro no contexto da segunda fase das manifestações de junho de 2013, quando a luta progressista pela redução das tarifas de ônibus e pela defesa da educação e saúde “padrão FIFA” cedeu lugar para o conservadorismo liberal que, em meio ao surgimento de um forte movimento espontâneo das massas, procurou direcionar tais manifestações para propósitos de caráter social regressivo. Se o nascedouro das recentes mobilizações contra a corrupção se dá em junho de 2013, seu aprofundamento e enraizamento políticos ocorre apenas no contexto do segundo mandato de Dilma.

Aqui, é preciso levar em consideração o fato de que se trata de uma luta que se insere num processo que combina duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Nesse sentido, a bandeira anticorrupção logra ter mais condições de ser acolhida pelos diferentes segmentos da sociedade, tendo em vista que, como já indicamos acima, a tolerância em relação à corrupção tende a diminuir nas conjunturas em que há uma piora no quadro econômico de determinada formação social. Essa é uma condição política importante para que a luta contra a corrupção ganhe força. Somada a ela, notamos que os efeitos das políticas distributivistas e inclusivas dos governos petistas, bem como o encarecimento da oferta de serviços realizados por trabalhadores manuais às camadas superiores das classes médias se faziam notáveis.

Embora seja possível dizer que a bandeira contra a corrupção possa ser mais agregadora, o perfil dos manifestantes que participaram dos massivos protestos rua durante os anos de 2015 (15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro) e 2016 (13 de março, 17 de abril e 31 de julho) contra o governo Dilma, ocorridos em várias partes do país, tem sido marcadamente de alta classe

²² Sobre a participação de outras federações industriais nas manifestações contra o governo Dilma, veja a matéria escrita por: Maciel (2016).

média (CAVALCANTE, 2015).²³ Com forte apoio da grande mídia corporativa na convocação dos atos, o “Movimento Brasil Livre”, os “Revoltados On Line” e o “Vem Pra Rua” se destacaram como as principais entidades organizadoras desses protestos de rua e adotado as seguintes palavras de ordem: “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos” (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015).

Para compreender como se estrutura a luta contra a corrupção nessa conjuntura, deve-se considerar o papel que tem cumprido a *Operação Lava Jato*, que visa apurar a existência de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e políticos de vários partidos. A partir desta *Operação*, a oposição de direita escolheu alvos muito precisos para denunciar: a Petrobrás que vinha se constituindo como empresa símbolo do processo de reformas do neoliberalismo e como alicerce fundamental para a ampliação de gastos com políticas sociais; os empresários da construção civil, que justamente vinham obtendo vários tipos de concessões do governo federal e se constituindo como principais financiadores das campanhas eleitorais do PT; e o próprio PT e as figuras de Dilma e Lula, que são a expressão de processo de reformas nos limites do capitalismo neoliberal, ainda que em seu segundo mandato tenha aplicado o ajuste fiscal e perdido progressivamente a base de apoio político que lhe havia garantido a reeleição em 2014. Se esses são os alvos prediletos da oposição de direita ao governo, é possível concluir que os realinhamentos políticos iniciados ainda no primeiro governo Dilma parecem ter restringido as possibilidades de concretização do “reformismo fraco”²⁴ que caracterizou até então as experiências de governo do PT. Trata-se de um realinhamento que aponta para a tentativa de implementar uma nova rodada de “reformas estruturais (sic)”, que preferimos chamar de contrarreformas neoliberais, que tem como eixo central a redução de direitos sociais e trabalhista e a redução dos gastos sociais, como podemos entrever nas iniciativas que procuram aprovar a lei de terceirizações, dar primazia do

²³ Cavalcante (2015) analisou os dados sobre o perfil dos manifestantes apenas dos três primeiros protestos mencionados acima, mas o que ele identifica como critério para atestar o perfil de alta classe média das mobilizações, não se alterou.

²⁴ Expressão cunhada por Singer (2012) para caracterizar os limites do reformismo dos governos petistas.

negociado sobre o legislativo, reduzir os impostos que recaem sobre as empresas, realizar cortes de despesas primárias como educação e saúde, aprofundar a privatização desses serviços etc. No entanto, é preciso observar que ao conservadorismo de matriz liberal tem se somado iniciativas de caráter fascista, tais como as tentativas de proibir por meio de dispositivos legais a discussão de gênero e sobre política (tal como o Escola Sem Partido) nas escolas; o uso arbitrário do aparato policial para coibir as manifestações contra o golpe de Estado e contra o governo Temer; o discurso anticomunista proferido principalmente contra o PT, que está distante de defender essa linha política, e estendido a todas organizações e a todos grupos que se associam ao ideário e à luta por justiça e igualdade social. O grito de ordem “a nossa bandeira jamais será vermelha”, ecoado nas manifestações de rua, indica que o alvo da crítica não é só o PT, mas tudo que se relaciona com as organizações populares e suas reivindicações históricas de ampliação de direitos sociais e trabalhistas.

Chama-nos a atenção o protagonismo que passa a ter nesse processo o consórcio grande mídia corporativa, Judiciário (STF), Ministério Público Federal e Polícias Federal e Militar combinado com uma lógica de espetacularização das denúncias e das investigações de corrupção. Antes mesmo de ser julgado, o denunciado sofre processo de linchamento midiático, tornando a denúncia quase a prova material ou mesmo a própria condenação do indiciado. Há um processo de ampliação considerável do ativismo judicial,²⁵ que, como se sabe, não possui a retaguarda do voto popular, daí a necessidade de recorrer à mídia para fabricar a opinião pública e conseguir dar legitimidade às suas ações. Na verdade, os entes que integram esse consórcio não são eleitos pelo voto popular, mas têm se apresentado como porta-vozes de certos grupos e classes sociais desejosos de imprimir uma derrota política definitiva aos partidos e forças sociais vitoriosos nas eleições presidenciais de 2014. Embora, o Congresso Nacional tenha tido participação ativa na deflagração do golpe de Estado, iniciado formalmente pela decisão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, e consumado, em 31 de agosto do mesmo, pelo Senado Federal, tal processo está longe de ser caracterizado apenas como um golpe parlamentar. O apoio da mídia corporativa, de setores do Judiciário, das Polícias Federal e

²⁵ Sobre o ativismo judicial na conjuntura mais recente, ver: Koerner e Schilling (2015)

Militar e de amplos segmentos empresariais e de alta classe média foram fundamentais para garantir a sua concretização. Nesse sentido, parece ser mais coerente falar em golpe de Estado em sentido amplo como golpe resultante de uma coalizão e indicar os agentes que lhe sustentação.²⁶

Entendemos que, nesta crise, a luta contra a corrupção insere-se na perspectiva do estatismo regressivo, na medida em que as forças que dão sustentação a ela têm se manifestado contrárias até mesmo ao “reformismo fraco” e se pronunciado favoravelmente ao uso arbitrário da lei e das divulgações das informações dos processos de investigação.²⁷ Da parte dos protestos de rua, ficou patente a ausência de bandeiras que elejam a defesa dos direitos sociais e trabalhistas como prioridade. Na verdade, o que os protestos demonstraram foi um claro descontentamento em relação às políticas sociais promovidas pelos governos petistas. Fazendo o uso do discurso contra a corrupção, as forças de oposição de direita procuraram imprimir uma derrota ou mesmo linchamento moral e político do governo Dilma, do PT e dos símbolos representativos das

²⁶ Quanto à definição de golpe, concordamos com Bianchi (2016), para quem “golpe de Estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”. Acrescentaríamos a essa definição duas observações complementares: a) não faz sentido pensar em golpes de direita e de esquerda. Revoluções sociais que visam a uma transformação do Estado em seu conjunto, não podem ser tratadas como sinônimo de golpe de Estado, pois este pode denotar uma alteração da hierarquia dos ramos do aparelho de Estado, uma mudança de regime político, uma mudança da forma de Estado etc., sem que isso coloque em risco a manutenção do Estado burguês; b) ainda que possa ser dirigido por uma fração ou categoria do aparelho de Estado, um golpe de Estado pode assumir um caráter compósito no sentido de que um conjunto de ramos do aparelho de Estado, representantes de certos interesses classistas, tomam a iniciativa de deflagrar o golpe (p. ex., uma ação conjunta entre Judiciário e Parlamento), assim como parece ser imprescindível para a consolidação deste processo o apoio de representações de classes e frações de classe externas ao aparelho de Estado (p. ex., associações patronais, mídia etc.), ou seja, um golpe de Estado jamais é deflagrado por uma iniciativa isolada de certas categorias ou ramos do aparelho de Estado.

²⁷ No dia 4 de dezembro de 2016, o MBL e o Vem Pra Rua realizaram, um novo ato contra a corrupção. O espírito geral da convocatória em nada se distanciou da ideia de estatismo regressivo que vimos definindo aqui.

esquerdas em geral,²⁸ inclinando-se a dar sustentação a iniciativas voltadas para o aprofundamento das contrarreformas neoliberais no país.

A seletividade e o conteúdo da crítica à corrupção feita pelos setores apoiadores do golpe de Estado são flagrantes. As denúncias de corrupção envolvendo deputados e senadores que votaram favoravelmente ao *impeachment* e ministros do governo Temer, assim como as gravações de Sérgio Machado indicando que os objetivos de depor a presidente Dilma estavam associados à necessidade de paralisar ou suspender as investigações dos casos de corrupção, são evidências importantes de que a luta contra a corrupção neste caso só pode ser compreendida se levarmos em consideração as suas profundas ligações com o antipetismo e com a defesa do programa neoliberal. Não se trata de falta de coerência ética desses grupos e agentes, mas de profunda coerência política com seus interesses. Não é, por acaso, que os setores progressistas e de esquerda optaram por não assumir a crítica à corrupção como uma de suas bandeiras centrais de suas mobilizações, pois reconheceram que esta bandeira estava profundamente marcada pelo discurso do adversário. Notamos aqui uma diferença importante com a conjuntura de 2005, quando até mesmo os grupos e organizações próximos ao governo Lula deram mais evidência à luta contra a corrupção em seus pronunciamentos públicos.²⁹

Considerações finais

Do que analisamos até aqui, é possível levantar algumas reflexões sobre a natureza e o lugar ocupado pela luta contra a corrupção nos conflitos emergentes nas crises políticas brasileiras recentes. Em primeiro lugar,

²⁸ Ainda que sejam vistos até mesmo como *comunistas* pela oposição de direita, não operamos com a tese de que os governos petistas possam ser caracterizados como governos de esquerda. Preferimos compreendê-los como governos social-liberais e, na melhor das hipóteses, como governos de centro-esquerda, dada a relação que possuem com setores organizados dos trabalhadores e o compromisso que possuem com uma política social mais ampla quando comparada ao neoliberalismo ortodoxo.

²⁹ Uma questão importante a ser analisada seria a crítica à corrupção existente nos partidos social-democratas e comunistas feita pelas organizações e classes populares. No entanto, o tratamento deste tema fugiria aos propósitos deste artigo.

observamos que são lutas que foram mobilizadas principalmente pelas classes médias, que têm atuado como classe-apoio de uma ou outra fração burguesa que integra o bloco no poder. São lutas, portanto, que se inscrevem na própria dinâmica de reprodução da dominação burguesa no Brasil e traduzem a linguagem da dominação burguesa, não logrando assim assumir um caráter socialista. Em segundo lugar, consideramos ser importante destacar que tais lutas podem se manifestar sob a lógica de um estatismo regressivo ou progressista, a depender das frações de classe do bloco no poder que a amparam e as posições acerca da política econômica e social com as quais se combinam. Ou seja, as lutas contra a corrupção nunca se apresentam de maneira isolada, mas sempre vêm acompanhadas de outros ingredientes. Assim, na conjuntura de 1992, identificamos a presença de um estatismo de tipo progressista, e, nas crises mais recentes, notamos um estatismo de tipo regressivo. Na conjuntura da crise do governo Dilma, o discurso contra a corrupção transformou-se no grande alibi utilizado para amenizar a feição profundamente conservadora da política de Estado defendida pelos setores que apoiaram o golpe de Estado. Em terceiro lugar, salientamos que as lutas contra a corrupção não conseguiram se projetar sob a perspectiva de uma linha política abertamente antiliberal, o que indica a força do capitalismo neoliberal e os limites das tentativas de reformá-lo. Por fim, cabe salientar que embora a crítica à corrupção tenha um forte componente retórico universalista, na prática, ela assume uma feição seletiva e particularista. Por que isso ocorre? Porque como tentamos demonstrar as lutas contra a corrupção estão profundamente vinculadas aos conflitos distributivos existentes entre as classes no processo de reprodução do capitalismo. Assim sendo, a ideologia do combate à corrupção tal como evidenciada nas conjunturas aqui consideradas, distante de ser uma simples mentira, uma incoerência ou um cinismo de classe, tem produzido regularmente o efeito de neutralizar a crítica popular à política de Estado, constituindo-se assim como um elemento funcional à própria dominação burguesa.

Referências bibliográficas:

- BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado?. **Blog junho**, 25 mar. 2016.
Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/> Acesso: em: 12 dez. 2016.
- BOCCHI, Carmen Priscila. **Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment**: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 1996.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, Unicamp; São Paulo, Hucitec, 1991.
- BOITO JR., Armando. O populismo no Brasil: natureza, formas de manifestação e raízes sociais In: **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: IFCH, 2005.
- BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, 2007.
- BOITO JR., Armando. A burguesia nacional no poder In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOITO JR., Armando. Teoria política da corrupção. **O Comuneiro**, n. 21, set. 2015.
- BORGES, Altamiro. O tomate e os agiotas da mídia. **Blog do Miro**, 10 abr. 2013a.
Disponível em:
<http://altamiroborges.blogspot.com.ar/2013/04/o-tomate-e-os-agiotas-da-midia.html>
Acesso: 12 dez. 2016.
- BORGES, Altamiro. O colar de tomates da Ana Maria Braga. **Blog do Miro**, 11 abr. 2013b. Disponível em:
<http://altamiroborges.blogspot.com.ar/2013/04/o-colar-de-tomates-de-ana-maria-braga.html> Acesso: 12 dez. 2016.
- BRATSIK, Peter. Political corruption in the age of transnational capitalism: from the relative autonomy of the State to the White Man's Burden. **Historical Materialism**, n. 22.1, 2014.
- CASTRO, José Roberto. Das desonerações à “renúncia já”: como a Fiesp rompeu com Dilma. **Nexo**, 17 mar. 2016. Disponível em:
<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/03/17/Das-desonera%C3%A7%C3%B5es-%C3%A7%C3%A0-ren%C3%Bancia-j%C3%A1-com-Dilma>
- Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016

[%B5es-ao-%E2%80%98ren%C3%Bancia-j%C3%A1%E2%80%99-como-a-Fiesp-ro-mpeu-com-Dilma](#) Acesso em: 12 dez. 2016.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Estudos e pesquisas**, n. 79, 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Leia a íntegra do discurso de Dilma pelo dia do trabalho**. 30 abr. 2012. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pel-o-dia-do-trabalho.shtml> Acesso em: 12 dez. 2016.

GIANNOTTI, Vito. **Collor, a CUT e a pizza**. 2. ed. São Paulo, Página Aberta, 1993.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos políticos na crise do governo Dilma**, mimeo, s/d (texto a ser publicado em livro do Clacso).

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: **Textos** (vol. III). São Paulo, Edições Sociais, 1977.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

- SAES, Décio. A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês In: **Estado e democracia: ensaios teóricos** (2. ed.). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SINGER, André. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). **Novos estudos Cebrap**, n. 102, 2015.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. **Dos significados da “ética na política”**: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas: Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1998.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chavez. Protestos à direita no Brasil (2007-2015) In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- WEYLAND, Kurt. The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 35, n. 1, 1993.

Resumo:

As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recente

Este artigo analisa a natureza da luta contra a corrupção nas três crises políticas brasileiras recentes: a crise do governo Collor, a crise do “mensalão” e a crise do governo Dilma. Em termos gerais, a crítica à corrupção sempre se vincula a um posicionamento sobre a política de Estado, podendo assumir o caráter de um estatismo regressivo ou progressista. Nos casos aqui analisados, o discurso contra a corrupção apresentou-se como estatismo progressista apenas na conjuntura do governo Collor. Nas demais, predominou o estatismo regressivo.

Palavras-chave: Corrupção, estatismo, classes sociais.

Abstract:

The struggle against corruption in recent brazilian political crises

This paper analyzes the nature of the struggle against corruption in three recent Brazilian political crises: the Collor government crisis, the crisis of "mensalão" and the Dilma government crisis. In general, criticism of corruption always assume a position on the state policy, and may take the character of a regressive or progressive statism. In the cases analyzed, the struggle against corruption was presented as progressive statism only in the Collor government context. In the others, the regressive statism predominated.

Keywords: Corruption, estatism, social classes.

DE ARCIGOLA A SLOW FOOD: O EMPREENDEDORISMO POLITIZADO COMO PRÁTICA ALIMENTAR MILITANTE

Manuela Alvarenga do Nascimento¹
manuanascimento@hotmail.com

O fenômeno da globalização afeta as cadeias de produção e consumo alimentar, colocando em pauta uma série de discussões, como a sustentabilidade ambiental, a biodiversidade, a biogenética, a justiça social, etc., que mobilizam pessoas de diferentes países e posições sociais. As práticas alimentares dominantes estão influenciadas pela indústria, mas existem aquelas ao redor do mundo que desenvolvem estratégias de entrar no mercado com produtos que apelam para as questões sociais, culturais e ambientais. Entre elas, destaca-se o Slow Food (SF), um movimento global que defende a produção e comercialização de produtos seguindo valores éticos, locais e gastronômicos. O SF foi criado na Itália como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food* e ao estilo de vida e de alimentação que vêm se consolidando em várias partes do planeta, caracterizado pelo ritmo frenético atual; pelo desaparecimento das tradições culinárias regionais; e pelo decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos. Este movimento procura

¹ Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

enfocar que a escolha alimentar de cada indivíduo afeta outras pessoas e processos sociais, econômicos e culturais em várias partes do mundo.

É um movimento amplo que se insere em contextos sociais variados e não homogêneos. O SF intensifica a relação entre o global e o local. A compreensão das práticas alimentares num contexto de globalização implica o reconhecimento da complexidade dos processos sociais envolvidos. Neste artigo, analisamos alguns aspectos do contexto sóciopolítico e cultural de emergência do SF mostrando que a maneira como o movimento respondeu aos desafios sociais com que se deparou, consolidou um empreendedorismo singular o qual chamamos de empreendedorismo politizado. Atualmente, as práticas empreendedoras do movimento incorporam críticas sobre questões alimentares presentes em várias localidades do planeta, como a condição de produção do pequeno produtor, a recuperação de hábitos tradicionais e as discussões acerca dos organismos geneticamente modificados. O empreendedorismo articulado às questões políticas aparece no movimento como um caminho para resolver problemas materiais e efetuar críticas às ações de produção e consumo alimentar dominantes. Por tratar de questões globais, o modelo de ação empreendedor do SF se adequa a diferentes contextos, possibilitando sua expansão por diversos países. Atualmente, está presente em mais de 180 países.

A análise do presente artigo foi feita a partir de livros publicados pelo *Slow Food*, dados sobre os projetos e documentos oficiais, ambos disponíveis no *site* oficial do movimento. Além disto foram feitas visitas de campo tanto no Brasil como na Itália. No Brasil, a autora visitou o projeto Fortaleza do Barú e o Convívio *Slow Food* na cidade de Pirenópolis – GO, entre os anos 2011 e 2013. Na Itália, a pesquisa foi feita em dois momentos, primeiramente, foi feita uma visita ao evento internacional «Terra Madre e Salón del Gusto» em 2012. Posteriormente, em 2013 a autora permaneceu um período na região do Piemonte na Itália e fez várias visitas a diferentes projetos.² Nestas pesquisas de campo, os dados empíricos foram coletados pela observação e através de entrevistas abertas com diferentes atores considerados relevantes de acordo com seus papéis dentro do movimento. As leituras dos livros e documentos, assim

² A autora visitou a Fortaleza da Razza Piemontese, na região de Piemonte, e a Fortaleza da Botarga de Orbetello, na Província de Grosseto, na região da Toscana. A pesquisadora também visitou o supermercado *Eataly*, em Turim, o “Mercado da Terra”, de Alba, e o “Mercado da Terra”, de Bolonha. Além disto, visitou o Escritório Internacional em Bra.

como o conjunto de dados empíricos obtidos juntamente com as impressões das observações em campo, possibilitaram uma compreensão e a construção de um “olhar” sobre o SF através do qual a autora reconheceu na experiência anterior do Arcigola características importantes que definem o SF atualmente.

A emergência do Slow Food

O SF emerge de um intenso movimento cultural, o Arcigola, que primava pela cultura local, pelo convívio e pelo prazer. Foi a partir das atividades desse grupo que surgiram as ideias alimentares que dão sentido às práticas do SF até hoje. As ideias desenvolvidas nesse contexto são chamadas pelo movimento de “filosofia do Slow Food”, e a sua síntese expressada no *slogan* “bom, limpo e justo”, faz referência ao alimento de boa qualidade (bom), à sustentabilidade (limpo) e à justiça social no processo produtivo (justo). Esta filosofia é a expressão de aprendizados decorrentes da experiência e traz elementos que sustentam todo o movimento, desde sua estrutura organizacional à execução de seus projetos.

O livro “Slow Food revolution: do Arcigola ao Terra Madre, uma nova cultura da comida e da vida”, de Carlo Petrini e Gigi Padovani (2005), expõe de forma detalhada o surgimento do SF desde suas raízes, pelo qual podemos visualizar as origens e a consolidação das principais características do movimento atualmente, como a capacidade de iniciativa e articulação, os valores culturais e a proposta política.

De acordo com os autores, no início da década de 1980, jovens de cerca de trinta anos, habitantes da cidade de Bra³, pertencentes à associação nacional, chamada Associazione Ricreativa Culturale Italiana (Arci)⁴, formaram a associação Arci Langue. Politicamente, era uma região que se pretendia “branca e vermelha”: branca por um viés democrático cristão e vermelha pelas ideias comunistas e socialistas. Nessa época, é fundada a “Associação de Amigos do Barolo”, vinculada ao Arci Langue, que reivindica o direito ao prazer do convívio, composta por pessoas que compartilhavam as ideias político-culturais

³ Pequena cidade, situada no norte da Itália, próxima à Turim.

⁴ Associação popular italiana formada por homens e mulheres que decidiram promover sua emancipação através da auto organização e participação. Fonte: <<http://www.arci.it/chiamo/organismi-dirigenti-2-2/>> Acesso: março de 2013.

de 1968 e já tinham grande experiência de militância política por intermédio de canções populares, espaços recreativos, jornais e rádios livres. Após o intenso período de militância, o grupo se habituou a reunir-se em espaços recreativos, de convívio, desenvolvendo o gosto pela vida, discutindo sobre o vinho e as “osterias”⁵. Dessas reuniões participavam pessoas de atividade no cenário cultural, como Amilcare Rambaldi, um socialista eclético, idealizador do Club Tenco⁶ e do Festival Música de San Remo.

Esse contexto político e cultural, centrado no enológico, fez parte das origens do Arcigola, mas sua articulação é ainda anterior. Em Bra, em 1971, surgiu uma associação cultural de jovens de esquerda, o “Circolo Leonardo Cocito”. Os jovens membros pensavam que, em Bra, predominava o pensamento conformista e se dedicavam a fazer publicações que questionavam a ordem vigente. Gostavam de levantar discussões provocativas, com uma veia astuta e irônica. Em 1975, em Bra, é fundada a Unidade Popular, uma associação vinculada ao Arci. Esse grupo criou também uma rádio pirata a “Radio Bra Onde Rosse” (Rádio Bra Onda Vermelha), que se posicionava contra a ordem estabelecida local. Na foto vemos um dos momentos de degustação de vinho e discussões políticas. No centro em pé, está Carlo Petrini⁷.

⁵ Lugares públicos de alimentação e degustação de vinho.

⁶ Fundado com o objetivo de resgatar e valorizar a música, a poesia e o artista.

⁷ Fundador e presidente do SF.

Foto 1. Movimento de degustação de vinho e discussões políticas⁸



Fonte: Site de Clara Gigi Padovani⁹.

Em 1974, deu-se início a uma publicação mensal, “In Campo Rosso”. Na época, a publicação era dirigida pelo jornalista que, atualmente, faz parte da Editora Slow Food. O grupo se reunia na casa de Piero Sardo¹⁰, para decidir sobre os artigos. Em 1975, abriram, em Alba (uma cidade vizinha a Bra), uma livraria, a “Cooperativa Libreria La Torre”, que se consolidou também como um circuito cultural e ambiente político.

Após as intensas questões que envolviam as experiências de militância comunista pós Segunda Guerra mundial, as pessoas que transitavam nesse domínio social – muitas delas ex-militantes sindicalistas – respiravam e se inspiravam em ideias de leveza e “deixar ser”, contra o autoritarismo soviético.

O contexto sociopolítico desse grupo de ex-militantes de esquerda, cujas atividades preconizam o SF, era de crise e desânimo em relação ao comunismo e às suas formas de entender e praticar a política. Era um contexto em que emergiram novas mobilizações sociais que questionavam os princípios

⁸ A degustação de vinho fez parte do momento inicial de direcionamento para as questões alimentares.

⁹ Disponível em:

<<http://www.claragigipadovani.com/index.php/sito/multimedia/C49/>>. Acesso em 02 dez. 2013.

¹⁰ Presidente da Fundação Slow Food para a Biodiversidade.

societários de organização, baseados na impessoalidade, na racionalidade do cálculo e no pragmatismo. Essas mobilizações se organizavam em torno de temas variados, como ecologia, feminismo, defesa da infância e ética na política¹¹.

A proposta do SF de recuperar o prazer e o sentido comunitário faz parte de um momento histórico em que esses novos movimentos priorizam a recuperação do sentimento, do prazer e das práticas comunitárias.

A filosofia do SF coloca ênfase na valorização das variadas identidades, ou seja, um movimento que inclui diversos grupos sociais, cada qual com sua maneira de interpretar e por em prática a sua filosofia, construindo sua própria identidade dentro do movimento. O SF apresenta algumas características originais em relação a outros movimentos sociais - como o ambientalista ou o feminismo - por enfatizar o desenvolvimento local, os gostos tradicionais e, também, por inserir suas atividades na lógica comercial por meio do empreendedorismo.

Em relação ao contexto político e cultural do momento, os autores relatam que:

Estava na moda a *Insustentável leveza do ser*, o romance de Milan Kundera. O protagonista do livro era o cirurgião Tomás, que ama a sua esposa e seu trabalho, na convicção de que 'o homem vive cada coisa pela primeira vez, sem preparação. Como um ator que entra em cena sem nunca tê-la experimentado antes'. Da mesma forma, Carlo, Sívio, Firmino, Marcello, Gigi, se colocavam nesta nova aventura com leveza e curiosidade, em repetidos começos (estrela) a cada dia (PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

Essas ideias serviram de inspiração para duas importantes características de tais experiências militantes: a sua flexibilidade e capacidade de improvisação. Assim, esse grupo atuava de modo a aproveitar as imprevisíveis circunstâncias sociais de maneira a adequá-las para a conquista do que defendiam.

De acordo com Padovani e Petrini (2005), um fato essencial para que o grupo do Arci Langue começasse a “despertar a consciência” para o viés

¹¹ É vasta a referência bibliográfica sobre o assunto, entre eles, pesquisadores como Cornelius Castoriadis (1988) e Boaventura de Souza Santos (1997).

gastronômico – que se tornaria a característica central do SF – foi um encontro, em 1982, em Montalcino com os militantes de esquerda pertencentes à associação nacional “Arci”. Nesse período, o grupo do Arci Langue foi a um encontro na “Casa do Povo”, que pertencia à associação Arci, no qual as refeições oferecidas não proporcionavam o prazer na alimentação que eles tanto prezavam. Como era um grupo que já havia criado o hábito de se encontrar para fazer política em espaços recreativos onde se bebia vinho e se comia bem, as condições em que se encontraram neste evento na “Casa do Povo” lhes pareceram inadmissíveis. Por isso, escreveram uma carta aos membros diretivos da Casa do Povo na qual demonstravam sua insatisfação de forma direta e, de acordo com os autores, quase grosseira. Um trecho da carta será transcrito abaixo:

Companheiros, basta com essa desleixada costela na brasa, com esta "gialapa" que não se pode beber, com essa visão negra e masoquista da militância. Ainda que a revolução não seja um banquete de gala, como sustentava Mao Tse-tung, reivindicamos, ao menos, o direito ao prazer (PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

Esse grupo defendia que o gosto era coisa séria e não se poderia subestimá-lo por razões ideológicas. Colocavam-se, portanto, contra a “igreja vermelha” (Partido comunista/PCI) e contra a igreja católica oficial, que considerava a gula como um dos sete pecados capitais. Longe de abandonarem a militância, propunham uma nova maneira de exercê-la, que divergia da maneira da esquerda tradicional. E isto era parte de um movimento que atravessava a Europa. Mas, neste grupo podemos considerar que assumiu essa forma pelo caráter social que tem o alimento na cultura italiana. A proposta não teve uma boa aceitação entre os dirigentes da “Casa do Povo” e a maioria dos filiados, pois estes pensavam que tinham questões políticas mais importantes a tratar do que a qualidade da comida oferecida nos encontros políticos.

De acordo com Padovani e Petrini (2005), nesse momento, estavam dando o primeiro passo para a formação da associação enogastronômica chamada Arcigola. Começavam, aos poucos, então, a entender que o gosto do prazer na militância era uma característica distintiva desse grupo que os

“afastava” da tradicional militância de esquerda. Entretanto, não se desvinculavam das questões sociopolíticas.

Conforme os autores, nesse momento, nos inícios dos anos de 1980, a associação se voltava mais diretamente para as questões gastronômicas e se conscientizava de que deveria investir na arte da alimentação e na arte da culinária, dando o devido mérito tanto à preparação como à degustação. Pela primeira vez, uma associação de esquerda se dedicava ao tema do vinho e da convivência, reivindicando o direito ao prazer. Ainda que a proposta gastronômica desse grupo tivesse sido rejeitada pela maioria da esquerda do Arci Langue, alguns se puseram de acordo e se associaram ao Arcigola. Todo esse processo contribuiu para que o grupo começasse a se dar conta de que a sociedade camponesa era um elemento inovador da sociedade. Foi em meio a este contexto que se forjou a ideia de eco-gastronomia. O Arcigola estava, portanto, alcançando o equilíbrio entre a convivência e a formulação de uma nova percepção cultural.

Em 1986, nasce a associação Arcigola e Petrini é eleito o presidente. O nome “gola” quer dizer garganta em italiano e foi escolhido exatamente para marcar a diferença do Arci Langue, focando a questão central desta nova associação: o alimento.

Ainda de acordo com Padovani e Petrini (2005), as atividades do grupo sempre tiveram uma proposta de sair da região de Langue e alcançar outros espaços. Desde o início dos anos 1980, os “Amigos do Barolo” organizavam eventos enogastronômicos fora de Langue, com a participação de cantores políticos. Os eventos reuniam canção, vinho, política, comida e prazer e deles participavam intelectuais, cozinheiros, gastrônomos, militantes, artistas, etc.

Outro aspecto importante da emergência do SF é que a questão alimentar surgiu e se solidificou aos poucos. Gradualmente, esse grupo foi percebendo que, para garantir o prazer na alimentação, era necessária uma “luta social” contra pré-conceitos e a favor das práticas de produção e consumo local, baseadas em conhecimentos tradicionais e no uso de espécies locais. Além disto, o SF, atualmente, tem a característica de tratar as questões sociais relacionadas à prática alimentar de forma “leve” e “improvisada”. Este é um aspecto importante de seu discurso e maneira de atuar. Vemos, portanto, que essa característica tem seu berço neste período de cerca de dez anos de consolidação da associação Arcigola.

Inovando a prática militante: o uso do empreendedorismo para solucionar problemas coletivos e alcançar o bem comum

O empreendedorismo era uma prática constante no Arcigola. Para Padovani, era comum neste circuito de ex-sindicalistas, que, depois de deixar o operariado e passar por desilusões políticas com o refluxo das ideias de 1968, abrissem enotecas e cooperativas de “trattoria” como forma de ganhar a vida. Nas palavras de Petrini:

Quantos são os companheiros que neste último ano, depois da experiência política nas fábricas e nos sindicatos, quiseram entrar para o fascinante e socializante mundo dos restaurantes abrindo osteria, trattoria e enoteca. Muitos, indubitavelmente, muitos [...] outros foram amadurecidos profissionalmente criando uma simpática rede de lugares onde a gastronomia é vivenciada sem os floreios e a prosopopeia de certos locais de alta linhagem (PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

De acordo com Padovani e Petrini (2005), o trabalho em cooperativa nasceu com uma finalidade múltipla de enogastronomia, de turismo local, restaurantes, etc., e as pessoas envolvidas trabalhavam naquilo que tinham mais afinidade. Entretanto, essas cooperativas trabalhavam também na área política, pois, para os autores, a forma associativa é sempre um ato político. E, além disto, haviam feito uma escolha cultural que era aos poucos absorvida pelos participantes.

Em novembro de 1981, a Campania e a Basilicata foram devastadas por um terremoto que deixou cerca de 300.000 sem teto. A ajuda chegou de toda parte da Itália, inclusive desses militantes. Para ajudar a se reerguer economicamente, começaram a fazer empreendimentos que valorizavam os camponeses, do produtor de vinho à “osteria” e o conhecimento do território, procurando conciliar o aspecto econômico e a qualidade.

A abertura de empreendimentos familiares ou em cooperativas sempre foi uma opção para sair de más condições de vida. Geralmente, estes

estabelecimentos serviam também como espaços de reuniões recreativas e de debates políticos desse meio social.

Num encontro com Petrini, na Cooperativa Libreria La Torre di Alba, um casal de amigos foi convidado por ele a reabrir a “trattoria” da família que havia sido fechada havia trinta anos. O casal aceitou e este lugar foi mais um ponto de encontro onde o círculo Arci podia se reunir, comer comida típica popular da região e fazer política. Geralmente, esses lugares eram frequentados por políticos, como lembra a dona da “trattoria”, Pina Bongiovanni:

Vinham todos, desde Luciano Lama, secretário da Cgil, a Ermete Realacci, secretário da Legambiente, de Diego Novelli, prefeito de Torino a Massimo D'Alema e Walter Veltroni, e outros tantos [...] Nos primeiros anos para comer conosco precisava ter uma carteirinha. Servia somente pão e salame, depois chegaram os 'tjarin', os cordeirinhos, o coelho ao molho e a carne com molho de atum. São os mesmos pratos que se encontram hoje sob reserva, servidos pela filha Patrizia. Escreveu Folco Portinari que lá se comia o melhor coelho do mundo. E foi sobre aquelas mesas que nasceram o Arci Gola e o manifesto do Slow Food de 1989 (Pina, *apud* PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

Outros estabelecimentos também foram abertos com o mesmo propósito. Com a cooperativa começaram, então, a organizar um “campo escola” para garotos da escola média inferior romana. Faziam um itinerário histórico-social explicando aos alunos a economia daquela zona. Faziam também um jogo francês, com várias essências, para fazê-los perceber os diferentes aromas. Durante as aulas, os alunos identificavam os cheiros da maçã e confundiam com o cheiro do xampu. Não sabiam reconhecer esses perfumes primários naturais. Alguns nunca haviam visto uma vaca. Também faziam passeios de “campo no verão” em canoa, cavalo ou bicicleta. Ou o “tracking” todos esses passeios sem perder de vista os camponeses e os produtos da terra. Aplicava-se a enogastronomia do campo. A paixão pelo vinho e pela gastronomia alcançava a todos.

As atividades empreendedoras eram realizadas por ex-sindicalistas que davam às suas práticas um sentido comunitário, de recuperação de hábitos tradicionais e de convívio, buscando fortalecer os laços de solidariedade e

distinguir-se do requinte que traz a distinção social, praticado pelos grupos de elite. É um grupo que, após a militância oficialmente exercida junto da esquerda tradicional, mostrava a necessidade de desenvolver trabalhos de autossustento com propostas sociais orientadas pelo ideário de esquerda, e este se expressava também na maneira como o exerciam, fosse na forma de cooperativa, na gestão coletiva ou no objetivo final que era uma refeição bem feita, a qual conciliava a comida de qualidade com práticas sociais coletivas, visando ao bem comum.

Dessa forma, as atividades empreendedoras realizadas por este grupo já nasciam com a característica de dar um sentido a tal ação como um meio de se alcançar fins comunitários. A atividade comercial entrara nesse contexto com uma finalidade social que ultrapassava os fins puramente econômicos.

Outra característica importante desse grupo é a grande capacidade de iniciativa política. Atualmente, esta é essencial nos projetos do SF, e vemos que estava presente em todos os envolvidos com o Arcigola e nas inúmeras atividades que realizavam. A própria militância já é uma ação marcada por um profundo compromisso de por em prática novos ideais políticos e visões de mundo. Portanto, esses ex-sindicalistas tinham incorporado essa atitude de buscar por si mesmos soluções para seus problemas econômicos e encontrar saídas para contextos sociopolíticos com os quais não estavam de acordo.

Além dos restaurantes, o Arcigola também realizava outras atividades que hoje estão presentes no SF, como excursões ao campo e atividades de esportes radicais que estão fortalecidas em inúmeras atividades de turismo ecológico que seus associados realizam. As atividades educacionais constituem, também, uma grande área de atuação do SF atualmente.

Os debates políticos e trocas de conhecimentos em estabelecimentos alimentares como caminho para o empreendedorismo politizado

A partir de 1980, começaram a publicar, anualmente, um catálogo que oferecia uma etiqueta de qualidade até então desconhecida, segundo um critério que dizia:

Nós que somos consumidores agredidos pelo excesso de publicidade e imagens de alimentos que têm 'status' (...) buscamos percorrer a via mais difícil : aquela de selecionar e propor certo número de vinhos que poderíamos definir

como de ótima qualidade e preço médio (...). Desfolhando essas páginas apaixonantes e apaixonadas, nos convencemos uma vez mais de que este é o caminho certo. Sigam-nos. (PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

De acordo com Padovani e Petrini (2005), uma experiência importante para o nascimento e consolidação do Arcigola foi a abertura, em Roma, ao final dos anos 1970, do chamado *Cavour 313*, um dos primeiros “Winebars” italianos, situado ao lado do Coliseu.

Esse foi um importante lugar para os encontros que consolidaram o SF. No *Cavour 313*, ofereciam cursos e degustação, e a educação dos clientes se fazia diretamente na mesa. Esse grupo compartilhava o interesse por assuntos de cultura material que não queria deixar apenas para a direita intelectual ou para os *gourmets* burgueses. Eram jovens de uma nova esquerda, que queriam aprender técnicas de produção e explicá-las de forma menos complicada, com uma linguagem compreensível que pudesse agradar, também, aos jovens. Essa ideia permanece hoje no “Salón del Gusto”¹². Nesses circuitos culturais, eram comuns as refeições entre amigos. Nas palavras dos autores:

O que digo sempre aos meus amigos do Slow Food: se não conseguirem mais se divertirem, é melhor deixar pra lá. Aquela era uma tradição que estava morrendo. A havíamos redescoberto e agora se fazia vigorosa. Aquele contato com a comida simples e popular de casa de campo constitui um momento importante da minha experiência. Certo, admito que, nos últimos tempos, as metas dos nossos passeios noturnos eram mais voltadas para beber bem. Também porque nunca tínhamos acreditado na excelência do vinho do camponês e ficamos mais exigentes com o passar dos anos (PADOVANI; PETRINI, 2005, tradução nossa).

À medida que as ideias do Arcigola iam ficando mais conhecidas, mais pessoas se identificavam e começavam a atuar neste sentido. Assim, novos espaços surgiam e se constituíam como novos pontos de encontro e discussões

¹² Reunião global do Slow Food e rede Terra Madre realizada em anos pares em Turim, Itália.

políticas, o que fortalecia as ideias e práticas do Arcigola. Como é o caso do *Cavour 313*.

Vemos, ainda, que o sentido das atividades comerciais sempre esteve permeado por preocupações de explicitar a qualidade dos produtos, a proveniência, o reconhecimento de características especiais, como receitas específicas, técnicas tradicionais ou espécies típicas de localidades. O que era mais complexo do que construir um padrão homogêneo, que facilita a comercialização, mas não resguarda aspectos sociais e ambientais. Além disto, sempre houve a preocupação com o preço, o qual buscavam manter num padrão acessível. Atualmente, os catálogos gastronômicos do SF são muito conhecidos por toda a Itália.

Esses são alguns traços da constituição do SF que nos permite uma melhor compreensão do que é o movimento hoje. Os debates e trocas de conhecimentos alimentares foram fundamentais para seu fortalecimento enquanto movimento e para a consolidação de um empreendedorismo esclarecido politicamente. As práticas forjadas no contexto do Arcigola apresentavam as seguintes características: ações politizadas e realizadas coletivamente, vinculadas à gastronomia, que buscavam o prazer na própria militância e visavam ao bem comum.

Esse “olhar” do movimento sobre as práticas alimentares confere um sentido político às suas ações empreendedoras, que chamamos de empreendedorismo politizado. Este defende a politização da prática alimentar através de ideias e valores que ultrapassam a mera lógica de acumulação e competição. O “empreendedorismo politizado” é levado a efeito por pessoas que se oponham criativamente às condições políticas e econômicas dominantes, fundamentalmente, influenciadas pela indústria alimentar. Estas atividades não se confundem com o empreendedorismo das empresas do setor alimentar, que atuam em grande escala, uniformizando o gosto e o estilo de consumo, visando ao alto retorno financeiro. O empreendedorismo politizado é um meio de preservar um contexto cultural e ambiental nas localidades onde se implementa voltado para a solução de problemas coletivos.

Um aspecto fundamental para a consolidação do empreendedorismo politizado no movimento é o que o SF chama de “filosofia do bom, limpo e justo”. Esta filosofia é um conjunto de reflexões sóciopolítica, econômica e cultural sobre as práticas alimentares que foi organizando ao longo de sua

existência. O que se chama de filosofia do “bom, limpo e justo” está expresso de forma dispersa em seus documentos oficiais e na maneira como ele se define, se organiza institucionalmente e nas ideias e práticas que defende. Esta filosofia pode ser melhor compreendida pela leitura de documentos oficiais como “A centralidade do alimento” e o “Estatuto Internacional do Slow Food” e pela leitura de livros como “Terra Madre: Forging a New Global Network of Sustainable Food Communities” de Carlo Petrini; “Buono, Pulito e Giusto: Principi di nuova gastronomia”, de Carlo Petrini.

A “filosofia do bom, limpo e justo” exerce uma orientação decisiva para o empreendedorismo politizado no movimento. A seguir faremos uma análise desses documentos atuais do SF buscando mostrar que a maneira como o movimento se organiza – se define, como concebe o alimento, os projetos que realiza, as estratégias de comunicação, as práticas educativas, etc. – influencia na realização de um empreendedorismo crítico e politizado.

Do Arcigola ao Slow Food: O Manifesto Sobre Produção e Consumo Alimentar como Guia para a Prática Empreendedora

Em 1986, uma filial do McDonald’s foi aberta em Roma, na Piazza di Spagna. Este fato gerou muita polêmica entre os italianos e foi um motivo para que o grupo do Arcigola pensasse num tipo de oposição à proposta alimentar do Mc Donald’s. Surgiu, então, o nome “Slow Food”. O objetivo não era somente a comida, queriam também revalidar o “guarda chuva”, a lentidão da vida e de suas coisas (PADOVANI; PETRINI, 2005). Em 1989, foi realizado o congresso de fundação do Movimento internacional Slow Food no “Opera Comique di Parigi”. No segundo Congresso Internacional, em 1991, a associação passa a chamar Arcigola *Slow Food*. Em 2002, perde o nome de Arcigola e passa a se chamar *Slow Food* Itália.

Atualmente, o SF possui 100.000 membros, agrega 1.500 Convívios e 2.000 Comunidades do Alimento e 10.000 pequenos produtores nos projetos da Fortaleza. O Escritório Internacional planeja e promove o movimento ao redor do mundo, juntamente com a Comissão de Diretores e com o Conselho Internacional (formado por representantes de países com no mínimo 500 membros).

Atualmente, o SF se define da seguinte forma:

Quadro 1. Definição de Slow Food

“Uma organização popular global, fundada em 1989 para evitar o desaparecimento de tradições e culturas alimentares locais, neutralizar a ascensão de uma vida agitada e combater o interesse cada vez menor das pessoas no alimento que elas comem, de onde ele vem e como nossas escolhas alimentares afetam o mundo ao nosso redor.”

Desde seu início, o Slow Food tem se tornado um movimento global que envolve milhares de pessoas, em mais de 160 países.

Saiba mais sobre nossa rede de atividades ao redor do mundo:

- > *preservando alimentos em extinção e defendendo as tradições gastronômicas através de nossos projetos de biodiversidade;*
- > *Ensinando o prazer da comida e fazendo escolhas boas, limpas e justas através da educação alimentar;*
- > *Do bem-estar animal à apropriação de terra, abordando temas que nos interessam;*
- > *Conectando jovens dedicados a como alterar o sistema alimentar através da rede jovem Slow Food;*
- > *Inúmeras atividades organizadas diariamente por membros do Slow Food em nossos convívios (grupos locais);*
- > *Conectando os produtores de alimentos, chefs, acadêmicos e representantes das comunidades locais em todo o mundo na rede Terra Madre;*

Fonte: Página oficial do movimento Slow Food. Disponível em:

<<http://www.slowfood.com/international/1/about-us>>. Acesso em 20 jan. 2013. (Tradução nossa)

As atividades do movimento são, em grande parte, realizadas através das práticas empreendedoras. Por exemplo, os projetos de biodiversidade envolvem produção e comercialização de espécies em extinção por comunidades locais. A educação alimentar, entre outras coisas, orienta as escolhas de consumo. O bem-estar animal é um dos critérios para degustar pratos típicos que levam carne de animais criados ‘soltos’, geralmente servidos em pequenos restaurantes locais. A

rede de jovens promove um retorno ao campo visando a produção e comercialização de alimentos locais. A rede Terra Madre conecta profissionais da área alimentar e cada qual irá orientar suas atividades por princípios « bons, limpos e justos ».

O SF possui posicionamentos sobre uma série de aspectos da alimentação, como podemos verificar em a sua filosofia exposta a seguir:

Quadro 2. Filosofia do movimento Slow Food

Nossa filosofia

Slow Food prevê um mundo em que todas as pessoas podem acessar e desfrutar de comida que é boa para eles, boa para quem a cultiva e boa para o planeta.

Somos contra a padronização do gosto e da cultura e o poder desenfreado da agricultura industrial e de multinacionais da indústria de alimentos.

Nossa abordagem baseia-se em um conceito de qualidade dos alimentos que é definido por três princípios interligados: bom, limpo e justo.

Slow Food acredita que a comida está ligada a muitos outros aspectos da vida, incluindo a cultura, política, agricultura e meio ambiente. Através de nossas escolhas alimentares podemos influenciar coletivamente como o alimento é cultivado, produzido e distribuído e conseqüentemente trazer grandes mudanças. Consumidores informados e seletivos tornam-se coprodutores por exigirem alimentos bons, limpos e justos.

Fonte: Página oficial do movimento Slow Food. Disponível em:

<<http://www.slowfood.com/international/2/our-philosophy>>. Acesso em 20 jan. 2012.

(Tradução nossa)

O movimento resume sua filosofia da maneira citada, mas todos os seus documentos, *folders* e projetos também expressam essa filosofia. A seguir, analisaremos alguns trechos do documento “A centralidade do alimento” (PETRINI *et al.*, 2012), que revela alguns de seus princípios.

A filosofia do “bom, limpo e justo”: O alimento como tema central de suas ações

Atualmente, o SF fortaleceu a ideia do alimento como central às questões humanas/sociais. No Congresso Internacional de 2012, o documento “A centralidade do alimento” do SF, defende que:

A centralidade do alimento que este documento pretende afirmar com determinação implica a convicção de que o alimento é o direito primário da humanidade, para garantir a vida não apenas do gênero humano, mas de todo o planeta (PETRINI *et al.*, 2012).

Dessa forma, no documento afirma-se que o alimento deve voltar a ser o elemento central das reflexões que se referem ao homem. Nesta afirmação, o SF assume que o alimento é um direito de todo o gênero humano, sem distinguir “categorias de homens”, as quais teriam privilégios de direito.

O SF inclui todas as suas reivindicações na esfera dos direitos:

Aquilo que é essencial para a sobrevivência faz parte da esfera dos direitos: é por isso que falamos de direito ao alimento e direito à água. [...] Assim, a produção e o consumo alimentar devem garantir os direitos de todos os seres humanos, ou chega-se a um ponto no qual a melhoria de um compromete o direito ao alimento do outro? Porque o Slow Food defende o direito ao prazer e não existe prazer baseado no sofrimento e na escravidão dos outros. [...] Deve-se ter muita clareza de que “o alimento não é direito somente de quem tem dinheiro para comprá-lo (PETRINI *et al.*, 2012)”.

O movimento reformulou suas ideias e aprofundou seu discurso, buscando evidenciar as inúmeras implicações da questão alimentar na vida social. Nesse documento, o SF expõe seu posicionamento em relação aos desdobramentos desta afirmação, são eles: a sociabilidade e o compartilhamento, o prazer, a fertilidade do solo, a salubridade da água, a salubridade do ar, a defesa da biodiversidade, a paisagem, a saúde, o conhecimento e a memória.

Em relação à água, busca chamar a atenção para o seu gasto na produção de certos alimentos. Defende que é essencial o questionamento: “quanta água não economizamos ou desperdiçamos, quanta água “custou” o alimento que escolhemos” (PETRINI *et al.*, 2012). O mesmo ocorre quanto à questão da salubridade do ar, pois “a produção de alimentos deve ser sustentável e favorecer a qualidade da vida e do meio ambiente, acima de tudo do ar. Isto é possível somente com uma agricultura de pequena escala” (PETRINI *et al.*, 2012).

Quanto à defesa da biodiversidade, o SF se posiciona da seguinte maneira:

As Nações Unidas declararam a década de 2011 a 2020 a “década da biodiversidade”, e, neste contexto, o Slow Food pretende fazer o seu papel de protagonista. Desde o início, fomos promotores do alimento bom, limpo e justo, o que significa dispor de uma ferramenta inigualável de luta contra a perda da biodiversidade em vários níveis, da biodiversidade selvagem à agrícola [...] defendendo raças animais e variedades vegetais talvez menos produtivas, mas com importantes capacidades, aprimoradas em milênios de evolução, de adaptação a um determinado contexto biológico e pedoclimático (PETRINI *et al.*, 2012). (...) “o alimento não pode e não deve se tornar uma ameaça para a biodiversidade”, pois “estamos atravessando um momento histórico em que a principal ameaça à vida de muitas espécies é a própria produção de alimentos, elemento indispensável à vida” (PETRINI *et al.*, 2012).

Todos esses posicionamentos do SF quanto à biodiversidade, à sociabilidade, ao prazer, à fertilidade do solo, à salubridade da água, à salubridade do ar, etc. estão, em alguma medida, contemplados por suas práticas empreendedoras. Os grandes eventos internacionais realizados pelo *Slow Food* divulgam essas ideias e têm implicações diretas ou indiretas na comercialização dos produtos nos níveis locais. Comerciantes, produtores e profissionais de diferentes áreas provenientes de vários países se reúnem nesses eventos e retornam a suas localidades com experiências e conhecimentos novos que farão parte de suas práticas profissionais. Dessa forma, o empreendedorismo

politizado reflete todas essas preocupações e assume em cada localidade características específicas adequadas à realidade local.

Um ponto fundamental: o direito ao prazer

O prazer é outra característica marcante do SF que, como vimos, foi forjado no âmbito do Arcigola. O prazer é incorporado nas práticas de seus participantes, os quais não veem sentido em qualquer prática política se não for por ações que possam desfrutar.

Hoje, o SF tem como “bandeira” a busca do prazer em suas ações politizadas alimentares e esta característica está oficialmente consolidada no “Manifesto do Slow Food”. Argumentam que após o surgimento das máquinas no período da Industrialização, o estilo de vida se reformulou e a velocidade passou a ser imperativo necessário em nossas ações, invadindo nossas casas e obrigando-nos a “comer rápido”.

O meio que o SF propõe para lutar contra essa “loucura” da vida rápida é o tranquilo prazer material. Em suas palavras, “proponiamo il vaccino di un’adeguata porzione di piaceri sensuali assicurati, da praticarsi in lento e prolungato godimento.” (SLOW FOOD ITÁLIA, 1987), que traduzindo, significa “uma adequada porção de um prazer gastronômico e sensual, a ser usufruído lenta e prolongadamente com muito gozo”.

Contra o tédio do *fast-food*, propõe começar pela cozinha, redescobrimo as variedades e sabores locais. O SF defende o “comer bem”, entendendo por isto, o requinte de sabor o qual se deve, principalmente, às espécies de alimentos e às receitas tradicionais. O prazer na alimentação é central em sua filosofia, pois o “Slow Food imagina um mundo onde todas as pessoas possam *desfrutar* de um alimento que é bom para eles, bom para aqueles que o produzem e bom para o planeta” (SLOW FOOD ITÁLIA, 2010, grifo nosso).

O SF propõe cultivar sabores e não empobrecê-los e, com isto, uma melhor qualidade de vida saudável: O direito ao prazer, a importância de recuperar ritmos de vida saudáveis e o valor da biodiversidade cultural são os temas que representaram a base da formação de, no mínimo, duas gerações de dirigentes (PETRINI *et al.*, 2012).

De acordo com o movimento:

[...] a simplicidade encontrará o verdadeiro prazer, a agricultura iluminada será responsável pela bondade e beleza, o sabor andará de braços dados com o saber, a economia local cuidará do planeta e do futuro dos jovens. Sem o direito ao alimento bom, limpo e justo para todos, estas instâncias não poderão ser realizadas e toda a humanidade sofrerá, como nossa mãe Terra (PETRINI *et al.*, 2012).

O que o movimento entende como o “verdadeiro prazer”, como a diversidade de sabores, a biodiversidade local e as receitas tradicionais são aspectos promovidos em seu empreendedorismo e usados como estratégia de *marketing* na comercialização. Aqui também podemos observar que o SF traz para a prática empreendedora um ponto importante de seu posicionamento político.

A flexibilidade organizativa como forma de aproveitar institucionalmente as boas ideias que surgem pela convivialidade

A dimensão associativa do SF está estruturada no que eles chamam de “Convívio” que são as associações locais de seus membros. Os Convívios são a expressão administrativa de sua flexibilidade ideológica, ou seja, são uma estrutura institucional flexível abertos para incorporar inúmeras interpretações de sua filosofia.

Neste sentido, o Convívio expressa o que o SF chama de “austeridade anárquica”. De acordo com Petrini (informação verbal)¹³, o movimento se guia por uma “austeridade anárquica”, ou seja, aberto a inúmeras formas de realizar as práticas alimentares propostas. Não há uma regra única para se entender a sua filosofia. Hoje, o próprio movimento afirma: “A flexibilidade, a capacidade de adaptação deste segundo nível foram, ao longo do tempo, a verdadeira força evolutiva do *Slow Food* [...]” (PETRINI *et al.*, 2012). Os membros de cada Convívio entendem e realizam suas atividades de maneira própria, não há uma busca de uniformidade.

Os Convívios são geridos pela Associação Internacional Slow Food. No quadro vemos as funções e o significado do Convívio no SF.

¹³ Palestra proferida na abertura do "Terra Madre Salon del Gusto 2012" em Turim, na Itália.

Quadro 3. Os Convívios no Slow Food

Significado de Convívio

Convivium é uma palavra Latina, que significa um festim, entretenimento, um banquete'. O Convivium (ou nome alternativo usado em países individuais) é a estrutura organizacional básica da associação, dentro do qual os membros realizam as atividades da associação. Cada convivium tem o direito a uma percentagem da taxa anual de associação paga pelos seus membros, para todo tipo de associação e em todos os países em que a associação está ativa, sob os termos e condições estabelecidas no Regulamento da associação Slow Food. (...)

Art. 23: O Convivium tem as seguintes funções, dentro dos limites de associação locais e nacionais:

- a) promover a filosofia da associação e encontrar novos membros de apoio;
- b) desenvolver a rede Terra Madre e as comunidades do alimento dentro de sua área local;
- c) desenvolver a presença organizada da Associação;
- d) desenvolver e promover projetos de educação alimentar;
- e) desenvolver e promover projetos para proteger as comunidades locais e produtores de alimentos;

Fonte: Estatuto Internacional do Slow Food. (Tradução nossa), 2010.

O movimento dá grande ênfase no compartilhamento e na sociabilidade como “sementes” de ações políticas. Desta forma, o convívio ganha papel central na realização do movimento, pois nestes momentos de encontro é que as pessoas retiram o incentivo à prática engajada.

O SF considera que aos poucos, ao “redor da mesa”, as pessoas vão tomando consciência das inúmeras implicações da defesa do alimento saboroso e prazeroso que se consome em conjunto e com desfrute. Assim:

[...] a centralidade do alimento é um ponto de partida extraordinário para uma nova política, uma nova economia, uma nova sociabilidade. Esta certeza foi amadurecendo ao

longo do tempo, não apenas dentro do *Slow Food*, mas no mundo inteiro, com milhões de pessoas cada vez mais conscientizadas (PETRINI *et al.*, 2012).

Os Convívios tem papel fundamental nos empreendimentos fomentados pelo SF, pois neles se farão os contatos necessários para a concretização das atividades de produção e consumo de espécies em extinção. A proximidade facilita o contato e a interação entre pessoas de diferentes profissões, cada qual mobilizada e disposta a contribuir com suas habilidades para dar sequência ao empreendedorismo. Neste ambiente o empreendedorismo politizado se reafirma, pois ali as pessoas estão conscientemente mobilizadas por questões ideológicas e políticas.

A “Arca do gosto” e a “Fortaleza”: dois projetos com alma empreendedora

O empreendedorismo esteve presente nas atividades do Arcigola, como foi mostrado. Foram inúmeras as iniciativas de cooperativas, restaurantes, “trattorias”, etc., desenvolvidas pelas pessoas que transitavam por esse âmbito social.

De acordo com o movimento, “é em escala local que se inicia a mudança, na prática” (PETRINI *et al.*, 2012). A maneira de alcançar grandes mudanças começa em nossas próprias vidas, em nossos comportamentos, com a nossa relação com o território e com as pessoas ali presentes. É imprescindível o apoio da produção em pequena escala, pois é no território que se consegue salvar animais e variedades vegetais autóctones, ou seja, a biodiversidade. Este tipo de produção não explora excessivamente os recursos da terra e permite a transmissão de saberes tradicionais, de pai para filho ou entre agricultores. Para o SF, é no local onde se forma a identidade. Estas economias de pequena escala também podem realizar trocas com lugares distantes, como na rede Terra Madre. Assim, o movimento defende a economia local e de produção/distribuição de pequena escala, não para ficarem fechadas, mas, sim, para que sejam suficientemente fortes para poderem se abrir a outras realidades (PETRINI *et al.*, 2012).

O SF defende, também, que a economia local e de pequena escala são fundamentais para o exercício das formas mais diretas de democracia

participativa, por permitir o pleno direito de uma comunidade de atuar por si mesma e garantir sua existência. Com esse discurso, o SF ressalta que não se advoga uma volta ao passado, mas uma busca de grande modernidade, mediante sistemas mais justos e sustentáveis de distribuição de riqueza e de bem-estar em todos os níveis, do pessoal ao global (PETRINI *et al.*, 2012).

Tendo estas ideias como bases, o SF realiza a *Arca do Gosto* que é um “catálogo mundial” dos sabores esquecidos pelas populações locais e em risco de extinção. São produtos gastronômicos especiais ameaçados de extinção, mas que guardam bom potencial produtivo e que apresentam potencialidade de bom retorno aos investimentos. Esse critério de seleção dos produtos da Arca do Gosto evidencia a intensão comercial do SF, como estratégia de ação.

A *Arca do Gosto* possui uma comissão científica que seleciona os produtos sob os seguintes critérios: ligação com a área geográfica local, produção artesanal e com ênfase na sustentabilidade e o risco de extinção. Todos os produtos da *Arca* passam pela degustação dos especialistas. Os Estados Unidos, a Alemanha, a Suíça, a Holanda e a França já possuem suas comissões nacionais. Em 2002, houve um encontro dos representantes destas comissões em Turim (Itália) e uma Comissão Internacional foi formada.

Além de favorecer a comercialização, esse projeto mobiliza especialistas em gastronomia, biologia, antropologia, geografia, política, etc., favorecendo a troca de experiências, informações e o fortalecimento da questão alimentar com amplo alcance na sociedade.

Alguns produtos da Arca do Gosto – já previamente selecionados tendo como critério seu potencial comercial – passam a fazer parte de um outro projeto, a Fortaleza. As Fortalezas são de responsabilidade da Fundação Slow Food para a Biodiversidade e, segundo o SF, elas são:

Quadro 4. As Fortalezas

As Fortalezas são projetos do Slow Food iniciados em 1999, para ajudar os pequenos produtores a resolver suas dificuldades, conectando-os com mercados alternativos, mais sensíveis à sua situação e que valorizam os seus produtos. Para que um produto passe do catálogo da Arca do Gosto à Fortaleza, é preciso fazer contato direto com produtores que compartilham os valores e a filosofia do Slow Food e tenham motivação para desenvolver o projeto. São pequenos projetos dedicados a auxiliar grupos de produtores artesanais e preservar os produtos locais. As estratégias das Fortalezas variam conforme os projetos e os produtos, e vão desde aproximar produtores, coordenar a promoção e estabelecer guias de autenticidade, a um investimento direto em equipamento para os produtores.

Fonte: Site oficial do movimento Slow Food. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/fortalezas>>. Acesso em 20 jan. 2012.

O empreendedorismo é uma característica importante do projeto Fortaleza, pois visa salvaguardar espécies biológicas – necessárias para produção de alimentos/receitas – via sua comercialização. A finalidade comercial é o ponto crucial neste projeto.

Um aspecto fundamental das Fortalezas é que o SF não é um produtor, então, não existem “produtos do SF”. O SF dá suporte aos produtores, estes são os donos e os responsáveis por seu trabalho. Esta maneira de atuar visa fortalecer a autonomia dos produtores. O SF usa sua rede de contatos para ajudar no processo de produção e, especialmente, na comercialização. Essa é a principal forma de atuação do SF, os aspectos de gestão de produção, recursos materiais e financeiros não são garantidos. Portanto, a estratégia de atuação do SF é a conscientização e a mobilização das pessoas a participar dos projetos.

Considerações finais

O SF passou por grandes mudanças desde sua origem até o momento atual. Aquele contexto de formação, no qual ex-militantes italianos se reuniam em ambientes de convívio e trocas políticas, reforçando ideias, percepções e

valores já não é a realidade do movimento. Entretanto, ainda que tenha passado por reformulações, o SF conseguiu conservar o sentido essencial de suas ações criado no âmbito do Arcigola e aprofundá-lo, expressando seus posicionamentos de maneira mais madura em seus documentos oficiais. Esses posicionamentos ganham uma dimensão prática voltada para empreendimentos, os quais chamamos de empreendedorismo politizado. Estes conferem ao SF uma característica singular que busca articular as críticas políticas aos empreendimentos, os quais assumem características específicas em seus contextos locais. O SF dinamiza os processos de globalização na medida em que intensifica a interação global - local e se apresenta como um instigante cenário social no qual sua filosofia e os grandes eventos mundiais difundem visões de mundo e práticas alimentares que serão reinterpretadas nos contextos locais.

Referências:

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo e respostas à globalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius, **“Transformación social y creación cultural”**

Disponível em:

<<http://raulragon.com.ar/biblioteca/libros/Castoriadis/Castoriadis,%20C.%20-%20Transformaci%F3n%20Social%20y%20creaci%F3n%20cultural.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo, Unesp, 1991.

GUIVANT, J. SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global.** Florianópolis: UFSC, 2010.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: A formação de uma perspectiva social.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México: Centro de Invetigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

PADOVANI, Gigi; PETRINI, Carlo. **Slow Food revolution: Da arcigola a Terra Madre una nuova cultura del cibo e della vita**. Milano: RCS Libri S.p.A., 2005, p. 18, 26, 27, 47, 56, 61, 64, 93.

PETRINI, Carlo ; *et al.* **A centralidade do alimento: Documento do VI Congresso Internacional do Slow Food 2012-2016**. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/documentos/a-centralidade-do-alimento-carlo-petrini.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2012

PETRINI, Carlo. **Buono, pulito e giusto: Principi di nuova gastronomia**. Torino: Giulio Einaudi s.p.a., 2005.

_____. **Terra Madre: Forging a new global network of sustainable food communities**. Bra: Slow Food Editore, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**, 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

SASSATELLI, Roberta; DAVOLIO, Federica. Consumption, Pleasure and Politics: Slow Food and the político-aesthetic problematization of food. **Journal of Consumer Culture**, v. 10, n. 2, p. 202-232, jul. 2010.

SLOW FOOD ITÁLIA. **Manifesto Dello Slow Food: Movimento Internazionale per la Tutela e il Diritto al Piacere. 1987**. Disponível em: <http://www.slowfood.com/filemanager/Convivium Leader Area/Manifesto_ITA.pdf?session=query_session:42F94BA90c8710F7B2ki9D919835>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SLOW FOOD. **How to Start a Convivium**. [20--?]. Disponível em: <http://www.slowfood.com/filemanager/official_docs/INGL_vademecum.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. **Slow Food membership and affiliation regulations**. [20--?]. Disponível em: <http://www.slowfood.com/filemanager/official_docs/SF_Memb_Regulation_ENG.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. **Statuto Nazionale. 2010**. Disponível em: <<http://www.slowfood.it/11/statuto-nazionale>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. **Slow Food International Statute. 2012.** Disponível em:
<http://www.slowfood.com/filemanager/official_docs/SLOW_FOOD_STATUTE_2012.pdf?session=query_session:42F94BA818bc131E38UJ9E6DCF40>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. **Food and taste education: It all starts with a taste. 2014.** Disponível em:
<http://www.slowfood.com/international/12/food-and-taste-education?session=query_session:B16AE142112462595Cpm521D4D00>. Acesso em: 20 fev. 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.** V. 1, São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 1999.

Resumo:

De Arcigola a Slow Food: o empreendedorismo politizado como prática alimentar militante

O fenômeno da globalização afeta as cadeias de produção e consumo alimentar, colocando em pauta uma série de discussões. As práticas alimentares dominantes estão influenciadas pela indústria, mas existem aquelas ao redor do mundo que desenvolvem estratégias de entrar no mercado com produtos que apelam para as questões sociais, culturais e ambientais. Entre elas, destaca-se o Slow Food (SF), um movimento global que defende a produção e comercialização de produtos seguindo valores éticos, locais e gastronômicos. Neste artigo, analisamos alguns aspectos do contexto sóciopolítico e cultural de emergência do SF e alguns projetos e documentos oficiais mostrando que, apesar de ter nascido em um contexto específico do interior italiano, o movimento conseguiu se organizar ao redor de questões alimentares globais, como a condição de produção do pequeno produtor, a recuperação de hábitos tradicionais e os debates sobre os organismos geneticamente modificados. Além disto, desenvolveu uma atividade que articula o empreendedorismo e a crítica social passível de ser apropriada e adaptada em diferentes contextos sociais ao redor do mundo.

Palavras-chave: Slow Food, globalização, práticas alimentares, empreendedorismo politizado.

Abstract:

From Arcigola to Slow Food: the political entrepreneurship as a militant food practices

The phenomenon of globalization affects the production chains and food consumption, putting a series of discussions on the agenda. The dominant food practices are influenced by industry, but there are those around the world who develop strategies to enter the market with products that appeal to the social, cultural and environmental

issues. Among them, we highlight Slow Food (SF), a global movement that defends the production and marketing of products by following ethical, gastronomic and local values. In this article, we examined some aspects of the sociopolitical and cultural context of the emergence of SF and some current official documents and projects, showing that, despite appearing in a specific context of the Italian countryside, the movement organized itself to deal with global food issues, such as the conditions of small producers, restoration of traditional habits and genetically modified organisms. Besides this, it developed an activity that articulates entrepreneurship and social critique likely to be adapted and used in different social contexts around the world

Keywords: Slow Food, globalization, dietary practices, political entrepreneurship.

DEMOCRACIA E CRISE POLÍTICA NO CHILE DE ALLENDE

Gustavo Casasanta Firmino¹
gucasasanta@gmail.com

Transcorridos pouco mais de 40 anos do fim da experiência chilena de tentativa de transição ao socialismo encampada pelo governo da Unidade Popular (UP) no Chile, e que ficou conhecida como a “via chilena” de transição ao socialismo, seu legado, potencialidades e trágico desfecho ainda suscitam o debate político e intelectual. Nessa comunicação procuramos traçar um rápido panorama dos quase três anos de governo da UP, destacando alguns elementos, principalmente de ordem econômica e política, capazes de nos auxiliar a construir uma visão de conjunto minimamente satisfatória do período, para então avançamos uma leitura teórica sobre a natureza da crise política chilena e da relação entre Estado capitalista e democracia liberal.

A grande novidade da “via chilena” consistia na proposição de iniciar um processo de transição ao socialismo a partir da institucionalidade vigente, buscando superá-la. Seu início se deu com a vitória de Salvador Allende Gossens nas eleições presidenciais de 1970, por uma escassa margem de vantagem. Autodeclarado marxista, Allende era senador pelo Partido Socialista (PS) e figura histórica ligada àquela organização. Concorreu contra Randomiro Tomic da ala esquerda do Partido Democrata-Cristão (PDC) e o ex-presidente Jorge

¹ Atualmente é discente do programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Alessandri (1958-1964) do direitista Partido Nacional (PN)². Embora contasse com pouco mais de uma década de vida, em termos eleitorais o PDC era o maior partido do país, tendo eleito o então presidente Eduardo Frei (1964-1970). Possuía uma base de apoio eleitoral extremamente ampla e procurou sempre consolidar-se como uma espécie de “terceira via” entre a direita conservadora e a esquerda marxista, mobilizando um forte apelo reformista.

O eixo da coalizão política que sustentou a candidatura de Allende era formado pelos partidos Comunista (PC) e Socialista, os dois mais antigos e representativos partidos da esquerda chilena em atividade. Contava também com o apoio do Partido Radical (PR), tradicional organização ligada às classes médias urbanas, de orientação laica e secularista; o Partido Social Democrata (PSD), também ligado às classes médias; a Ação Popular Independente (API), composta por elementos independentes para dar suporte à eleição de Allende; o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), formado por setores católicos de esquerda. Em julho de 1971, um racha à esquerda do PDC deu origem à Esquerda Cristã (IC), organização formada por religiosos ligados à Teologia da Libertação, lideranças juvenis e alguns congressistas democrata-cristãos, que passaram a integrar o governo. Contava ainda com o apoio tácito do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), organização formada em 1967 por ex-integrantes do PS que criticavam as práticas pacifistas e parlamentares do conjunto da esquerda chilena, defendendo a tese da inevitabilidade da luta armada. Embora não compusesse o governo, o MIR fornecia os membros da guarda pessoal de Allende. Sua relação de proximidade com o governo foi um tema ideológica e politicamente explorado à exaustão pela direita chilena.

Como seria de se supor, uma coalizão político-social tão ampla e heterogênea não ficaria imune a divergências e contradições políticas substanciais. Todavia, uma vez conquistado o Executivo político, caberia à UP dar início ao seu programa de transição ao socialismo a partir da institucionalidade liberal em um país economicamente dependente e num contexto geopolítico caracterizado pela prevalência de ditaduras militares patrocinadas pelos Estados Unidos em diversos países da região.

² Concorrendo à presidência em 1970 pela quarta vez, Allende obteve 36,22% dos sufrágios emitidos contra 34,9% de Alessandri e 27,1% de Tomic. A vantagem de Allende sobre Alessandri foi de pouco menos de 40 mil votos (Moniz Bandeira, 2008, p. 153).

Luta de classes e crise política sob a Unidade Popular: um breve panorama

Garantida a posse de Allende³, alguns dos principais pontos do programa do novo governo teriam de ter aplicação imediata. Assim, a UP deveria pôr ênfase no combate ao capital monopolista nacional e estrangeiro, bem como ao latifúndio. Para isso, buscava agregar não apenas o apoio de operários e camponeses, mas também dos setores progressistas das chamadas “camadas médias”, bem como dos pequenos e médios empresários (Unidad Popular, 2017a, p. 6). Ponto central do programa com o qual a UP foi eleita destacamos, no plano econômico, a proposta de formação da Área de Propriedade Social (APS), por meio da nacionalização de empresas privadas oligopolistas ligadas a setores estratégicos da economia⁴. Ademais, afirmava-se que as expropriações necessárias não prejudicariam o interesse do pequeno acionista e que a área de propriedade privada, além de continuar existindo, constituiria o setor concentrador do maior número de empresas, as quais seriam diretamente beneficiadas pela planificação geral da economia (idem, p. 10-1). Assim, a economia chilena estaria organizada em três setores: privado, misto (com aporte de capital público e privado), e a área estatal, formada pela APS (ibidem).

³ Pela Constituição, caso a candidatura presidencial vencedora não obtivesse maioria absoluta dos votos, o Congresso Pleno (Câmara de Deputados e Senado) detinha a prerrogativa de escolher entre um dos dois candidatos mais bem votados embora, historicamente, sempre tivesse referendado a primeira maioria relativa. O PN propôs ao PDC que seus parlamentares optassem por Alessandri, que se comprometia a renunciar, convocar novas eleições e apoiar um candidato democrata-cristão a presidência. Por sua vez, Allende advertira aos democratas-cristãos sobre o risco de uma guerra civil caso não tomasse posse. Ocorreram grandes manifestações populares pró-UP. Dividido, o PDC opta por exigir de Allende seu comprometimento com um “estatuto de garantias democráticas”, com o qual este se compromete, tomando posse em 3 de novembro de 1970.

⁴ Tais setores estariam integrados pela grande mineração de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral; o sistema financeiro do país, com destaque para os bancos privados e seguros; o comércio exterior; as grandes empresas e monopólios de distribuição; os monopólios industriais estratégicos; demais atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país, tais como a produção e distribuição de energia elétrica; o transporte ferroviário, aéreo e marítimo; as comunicações; a produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, incluindo o gás líquido, a siderurgia, o cimento, a petroquímica e química pesada, a celulose e o papel (Unidad Popular, 2017a, p. 10).

De acordo com Sérgio Bitar, a influência da CEPAL e dos estudos latino-americanos sobre a dependência contribuíram para a elaboração do diagnóstico geral da economia feito pela UP: propriedade concentrada dos meios de produção, dependência externa nas atividades essenciais e distribuição desigual de renda (BITAR, 1980, p. 69-70). Logo, os principais enfoques que configuravam o programa econômico da UP teriam sido quatro: a) a ideia socialista de estatização dos meios de produção; b) os estudos sobre a dependência, por meio dos quais se deduzia a necessidade de nacionalizar as empresas estrangeiras, enfrentar as multinacionais e reduzir a influência financeira norte-americana; c) o pensamento da CEPAL referente a uma estratégia de desenvolvimento apoiada nos bens de consumo essenciais; d) uma orientação keynesiana que inspirou uma política fortemente distributiva e de reativação econômica (idem, p. 73).

Um acordo do governo com a Central Única dos Trabalhadores do Chile estabeleceu que para o ano de 1971, os trabalhadores do setor público teriam um forte reajuste de salários. Somente aqueles trabalhadores que ganhavam mais de 20 salários vitais mensais (espécie de “salário mínimo”) não teriam reajustes além da reposição salarial relativa às perdas com a alta do custo de vida no ano anterior. Por sua vez, quem recebia até um salário vital (cerca de 5% do total dos funcionários públicos) teria um aumento de 5%, após a compensação das perdas reais com a inflação de 1970, e aqueles que recebiam entre 1 e 2 salários vitais (32,5% do funcionalismo público), obteriam um aumento de 3%. Com a inflação de 1971 ficando bem abaixo da do ano de 1970, como já esperava o governo, todo o funcionalismo público, no seu conjunto, havia se beneficiado com as medidas. De resto, cabe assinalar que a discriminação relativa aos salários mais elevados, na prática, foi bastante débil (LEÓN & SERRA, 1976, p. 37).

Além do reajuste dos salários, as políticas de emprego e provisão direta de bens e serviços constituíam importantes instrumentos da política econômica do governo em relação aos estratos de renda mais baixos da população. Assim, as pensões mínimas do Serviço de Seguro Social aumentaram 70% em 1971; a atribuição familiar do referido seguro destinada a operários foi duplicada⁵; e o

⁵ Já as pensões superiores ao mínimo foram reajustadas em 47,8%, porcentagem quase um quinto acima da inflação de 1970, e muito superior à de 1971 (León & Serra, 1976, p. 47). De acordo com Altamirano, as pensões mínimas de aposentadoria, invalidez e viuvez cresceram aproximadamente 550% entre 1970 e 1972. Houve nivelamento dos “salários-família”, e trezentos mil aposentados tiveram suas rendas aumentadas desde um terço até um salário mínimo completo. Ademais, a previdência estendeu-se a 130 mil pequenos comerciantes, 200 mil

salário mínimo, urbano e rural, recebeu um aumento de quase dois terços (LEÓN & SERRA, 1976, p. 47). A possibilidade de combinação da elevação de renda dos extratos mais pobres da população (amplamente majoritários entre os desocupados) com o aumento da produção de bens e serviços deveria contribuir para a expansão do nível de emprego. Todavia, tal expansão não foi apenas resultado do crescimento da demanda agregada, como também do aumento do gasto fiscal com a criação de novos postos de trabalho no setor público⁶ (idem, p. 48-50).

De imediato se iniciou a nacionalização e estatização de empresas e bancos e a reforma agrária. Em 2 de dezembro de 1970, o governo anunciou a primeira expropriação, na indústria têxtil, a qual se seguiram outras em indústrias do ramo nos meses seguintes. Também passaram para o controle do Estado as companhias nacionais de carvão. Posteriormente, avançou-se sobre o setor mais rentável da economia chilena – a produção cuprífera – com a aprovação pela Câmara e Senado, de uma reforma constitucional decretando a nacionalização da grande mineração do cobre em julho de 1971, o que evidentemente contrariava o interesse de grandes corporações estadunidenses que há décadas operavam no país (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 260).

A nacionalização dos bancos progrediu igualmente a passos largos. Já no primeiro semestre de 1971, todos os bancos estrangeiros haviam sido adquiridos pelo Estado que, ao mesmo tempo, iniciou a compra de ações dos bancos privados nacionais, obtendo participação majoritária em 11 dos 23 bancos chilenos, com o que estabeleceu controle direto sobre cerca de 90% do total das aplicações. As grandes comercializadoras de bens de consumo e materiais de construção seriam adquiridas ainda no primeiro semestre de 1971, ao passo que se avançava no controle estatal sobre o comércio exterior, por meio das nacionalizações a pouco citadas, e da centralização de importações de alimentos e matérias-primas para as empresas que passavam à APS (BITAR, 1980, p. 95-6).

O estímulo inicial à participação dos trabalhadores nas empresas da APS foi perseguido por dois caminhos principais: a criação de órgãos setoriais,

feirantes, 30 mil pequenos industriais e artesãos, aos desportistas profissionais, atividades correlatas e transportadores (ALTAMIRANO, 1979, p. 46).

⁶ “Así es como un 35% de los nuevos empleos creados en 1971 – en relación al nivel de junio-septiembre de 1970 – tuvieron su origen en la expansión autónoma de las actividades del Sector Público, mientras que casi 40% de la diferencia entre el déficit público de 1971 y el correspondiente a 1970 se destinó directamente a crear nuevas ocupaciones” (LEÓN & SERRA, 1976, p. 50).

regionais ou nacionais, implantados diretamente pelo governo e o estabelecimento de normas de participação, resolvidas de comum acordo entre representantes dos trabalhadores e do governo nas fábricas, minas e estabelecimentos agrários⁷. Nas empresas privadas, os partidos da UP e a CUT incentivaram a criação de Comitês de Vigilância para prevenir irregularidades, uma vez que numerosas empresas suspenderam trabalhos de manutenção, reduziram a compra de peças de reposição e começaram a vender sem fatura para evitar o pagamento de impostos e aumentar sua liquidez (BITAR, 1980, p. 96-7). Entre os trabalhadores do setor privado ganhou força o intento de incluir as empresas nas quais trabalhavam na lista prioritária do governo para a constituição da APS, o que resultava numa forte pressão social liderada pelos sindicatos (BORGES, 2011, p. 34). A prioridade dada pelo governo às mudanças na forma de propriedade, somada a uma ampla mobilização popular conduziu as estatizações muito além do programado (BITAR, 1980, p. 97).

Outra evolução notável se deu no plano da reforma agrária, importante pilar do programa da UP. Somente no primeiro ano do governo Allende, expropriou-se um número de propriedades rurais equivalente às expropriações de todo o período do governo anterior (BITAR, 1980, p. 95). Cabe assinalar que o governo Frei (1964-1970) havia se destacado por ter iniciado um processo de reforma agrária de grandes proporções para um país como o Chile. Já em meados de 1972, o governo havia expropriado mais de três mil fazendas, concluindo em apenas dezoito meses, ao invés de seis anos, suas metas referentes à reforma agrária. Também no caso da reforma agrária, as mobilizações dos setores populares conduziram o governo além de suas metas e ajudam a explicar a rapidez do processo (WINN, 2010, p. 99-100).

Mesmo tendo em vista as dificuldades econômicas em âmbito nacional e internacional pelas quais passou a experiência chilena desde seus primeiros dias – depressão econômica, baixa do preço do cobre no mercado mundial, evasão de capitais e episódios de sabotagem da burguesia nacional, do imperialismo e dos grandes proprietários agrários – às quais se somavam dificuldades políticas:

⁷ “Para o primeiro caminho optou-se por decreto e procurou-se incorporar os trabalhadores à discussão das políticas a serem seguidas. Isto ocorreu no Conselho Nacional de Desenvolvimento, Conselhos Mineiros, Conselhos Camponeses, Conselhos Locais de Saúde, Juntas de Abastecimento e Preços. O segundo caminho se deu a partir das denominadas normas básicas de Participação elaboradas pela Comissão CUT-Governo. Os resultados foram mais promissores no segundo caso, pois aí a presença dos trabalhadores manifestou-se num nível mais específico e traduziu-se na solução de problemas concretos” (BITAR, 1980, p. 96-7).

minoría parlamentar em ambas as casas legislativas, um aparelho judicial e administrativo ligados à legalidade burguesa, em suma, uma estrutura institucional desfavorável, Castells assinalou que:

(...) las grandes líneas de la estrategia esbozada se cumplieron con un éxito rotundo (...) se golpeó en forma decisiva la propiedad privada de los medios de producción en todos los sectores y empresas clave. La oligarquía y el imperialismo fueron sacudidos en su base a *nivel económico* (...). En el primer período del Gobierno Popular, con una intervención conjunta de la política económica y la acción sindical se cubrieran plenamente los objetivos económicos fijados, aunque sólo parcialmente los políticos (1974, p. 158-9).

Os notáveis sucessos do governo na condução econômica e política de curto prazo, somados à desarticulação da oposição em seu conjunto, permitiriam à UP conquistar uma expressiva vitória nas eleições municipais de 4 de abril de 1971. Ao todo, os partidos da coalizão governista obtiveram 49,8% dos sufrágios, que somados à votação obtida pela União Socialista Popular (não integrante do governo), concedia ao conjunto da esquerda um apoio total de 50,86% do eleitorado. No interior da UP, o partido que obteve o maior crescimento eleitoral foi o PS. Já no campo opositor a maior derrotada foi a Democracia Cristã que continuava, todavia, a ser a maior força eleitoral do país. Também o PN teve sua votação reduzida (AGGIO, 1993, p. 117-8). No dia seguinte às eleições, o Comitê Político da UP lançava uma nota na qual, ao avaliar os resultados gerais, traçava o seguinte panorama:

Apreciando la elección del 4 de setiembre, la Unidad Popular sostuvo que la inmensa mayoría de los chilenos quiere cambios profundos, que conduzcan al socialismo. Ahora, este 4 de abril, el país acentuó inequívocamente su definición de izquierda. Interpretamos nuestra elevada votación de ayer como manifestación de respaldo al programa que nuestros partidos y movimientos se han comprometido a cumplir integralmente, como expresión de apoyo al Gobierno del Presidente Allende y como exteriorización de la confianza de la mayoría en la Unidad Popular (UNIDAD POPULAR, 2017b, p. 2).

É interessante notar que juntamente com o acréscimo do apoio eleitoral ao conjunto dos partidos de esquerda, os dois principais partidos possuidores de

uma imagem mais vinculada às classes médias – o PR (governista) e o PDC (oposicionista) – sofreram um decréscimo considerável⁸. É possível afirmar que parte das classes médias, que até então não votava nos partidos da esquerda, passou a apoiá-los eleitoralmente em 1971.

Apesar dos inegáveis sucessos obtidos pelo governo, já por volta do segundo semestre de 1971 o modelo econômico expansionista adotado apresentaria seus primeiros sinais de desgastes, assim como o aumento geral da mobilização popular (à direita e à esquerda) e uma forte politização do conjunto da sociedade chilena, precipitariam uma série de crises que se arrastaram, com momentos de maior ou menor intensidade, até a derrocada de Allende. Logo se desenvolve uma ampla ofensiva (econômica, política e ideológica) da burguesia chilena em seu conjunto e do imperialismo – que estavam na defensiva – e que se intensifica de forma decisiva a partir de finais de 1971 e início de 1972. Como reflexo, no âmbito da cena política, ocorre um esfriamento decisivo entre o PDC (principal representante das classes médias) e o governo.

O episódio do assassinato, em junho de 1971, de Edmundo Pérez Zujovic, ex-ministro do interior do governo Frei e importante figura ligada ao meio político democrata-cristão, num atentado atribuído a um grupo de extrema-esquerda⁹ – episódio amplamente explorado pela direita – serviu de pretexto para produzir um afastamento decisivo do PDC em relação ao governo. A partir de então, a ala mais conservadora da democracia cristã, denominada “freista”, recuperaria sua liderança no interior do partido para não mais perdê-la. Ficava claro que o assassinato de Zujovic veio a calhar politicamente à direita democrata-cristã, uma vez que fornecia elementos justificadores para realizar uma oposição decidida ao governo Allende, que por gozar de amplo apoio popular, avançava sobre sua própria base político-social. Começava então a se desenvolver de forma inequívoca uma unidade política entre as forças opositoras

⁸ A votação obtida pelo tradicional PR declinou de 16,45% nas eleições municipais de 1967 e 13,59% nas eleições parlamentares de 1969, para apenas 8,18% em 1971. Por sua vez, o PDC conquistou 26,21% dos sufrágios e, embora se mantivesse como a maior força eleitoral do Chile, amargava um declínio de 15,58% em relação a votação obtida nas eleições parlamentares de 1969 (31,05%) e de 28,13% em relação às eleições municipais de 1967 (36,47%) (In: AGGIO, 1993, p. 95; 118).

⁹ Havia indicações de que o episódio se tratou de uma operação promovida pela CIA, por meio da qual manipulou extremistas de esquerda com a intenção de atemorizar diversos setores sociais (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 279).

que passaram à ofensiva política¹⁰. Nas eleições municipais complementares ocorridas em várias províncias, a partir do mês de julho, a oposição unificada pôde imprimir algumas importantes derrotas à UP.

A partir de finais de novembro teve lugar na capital Santiago a primeira “Marcha das Painelas Vazias”, contando com a participação de mulheres bem vestidas provenientes dos bairros mais ricos da cidade, que batiam painelas vazias em protesto à escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O segundo painelazo contaria com o apoio de uma organização de caráter fascista denominada Pátria e Liberdade que, juntamente com brigadas de choque do PN e PDC, fizeram a “escolta” da marcha. Houve confronto com grupos de esquerda e forças de segurança pública; barricadas foram erguidas e declarou-se estado de sítio em Santiago. A tática de fazer uso político de manifestações femininas teve como molde as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, orquestradas pela CIA contra o governo de João Goulart no Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 287-94).

Embora o ano de 1971 não tenha sido isento de sobressaltos para o governo da UP, os resultados econômicos globais foram sem dúvida extremamente exitosos. Obteve-se um aumento de 14% da produção industrial e de 8,5% do PIB. A capacidade ociosa da indústria diminuiu de mais de 8% para cerca de 4% e a participação dos assalariados na renda nacional subiu de 53% para 61%. A inflação, que havia sido de 36% em 1970, fechou 1971 em 22% (GARCÉS, 1993, p. 134-5).

O principal problema econômico ao qual o governo Allende teria de fazer frente – a inflação – só iria se manifestar de maneira decisiva a partir de 1972. Por esse motivo, após ter atingido em janeiro daquele ano sua fase de maior bonança econômica, o amplo conjunto do setor assalariado chileno sofreria uma perda de poder aquisitivo irrecuperável, mesmo com os reajustes salariais posteriormente concedidos. Tal quadro afetou tanto os operários do

¹⁰ Segundo Marta Harnecker (1998, p. 35-6), apesar das diferenças estratégicas, a oposição (unificada) à Allende passou a compartilhar os mesmos objetivos táticos: 1. Dividir a UP, estimulando uma suposta linha demarcatória entre partidos “marxistas” e “democráticos”; 2. Campanha pela manutenção do controle dos meios de comunicação; 3. Defesa da propriedade privada, utilizando-se de métodos variados para fazer recuar a APS; 4. Criação (e estímulo, agregamos) de uma consciência anti-UP nas Forças Armadas, explorando por todos os meios possíveis as imagens de um país caótico, anárquico e com um governo totalitário; 5. Conquistar as camadas médias, apoiando os supervisores que boicotavam a produção nas minas de cobre, mobilizando os colégios profissionais, a Universidade, e o principal; 6. Perseguir, por meios diversos, o fracasso econômico do governo.

setor industrial produtivo (que constituíam parte fundamental da base política do governo), quanto os denominados ‘*empleados*’ (trabalhadores de “colarinho branco”) dos setores público e privado (LEÓN & SERRA, p. 39-42).

No setor privado, constituíam os gerentes, técnicos e supervisores das médias e grandes empresas manufatureiras, além dos chamados trabalhadores de escritório em geral. Nas indústrias que passaram à APS, muitos desses trabalhadores se veriam solapados pela coadministração operária, aferrando-se assim à sua identidade de classe média e à linha política democrata-cristã (WINN, 2010, p. 131). Era, contudo, no setor público que os *empleados* se concentravam em maior número. Estimou-se que no ano de 1970 havia 423.751 trabalhadores no setor público para uma população economicamente ativa de pouco mais de 2,6 milhões, algo em torno de 16,7% da força de trabalho total empregada (SÁNCHEZ, 1974, p. 57-9). Interessa notar que o grosso da burocracia estatal havia sido, no Chile, tradicionalmente recrutada dentre os assim chamados “setores médios” da sociedade (GARCÍA BARZELATTO & URZÚA VALENZUELA, 1971).

Uma série de boicotes e sabotagens promovidos por setores empresariais chilenos em comunhão com o grande capital estrangeiro¹¹ à economia do país, somados ao esgotamento da política de expansão econômica via Estado, fizeram com que o quadro econômico geral se deteriorasse vertiginosamente. De maneira concomitante, aumentavam os rumores de golpe e a oposição ao governo, tendo arrebatado para si largos setores das classes médias, ganhava as ruas¹². Às manifestações dos setores oposicionistas, seguiam-se grandes concentrações populares em defesa do governo.

¹¹ Durante o governo Allende, o Chile foi alvo de um enorme bloqueio financeiro internacional coordenado pelos Estados Unidos. Para se ter ideia da sua dimensão, basta mencionar que ao longo do governo Frei (1964-1970), a Agencia Internacional para o Desenvolvimento, o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial concederam ao Chile, em conjunto, algo em torno de US\$ 592,5 milhões em empréstimos e subvenções, enquanto durante o governo Allende foram liberados somente US\$ 11,6 milhões (concedidos pelo BID), de acordo com dados do Departamento de Estado dos EUA (In: Garcés, 1993, p. 100). A intenção era, de acordo com aquilo que o presidente Richard Nixon confidenciava aos seus assessores, “fazer a economia gritar”.

¹² É sintomático que em abril de 1972, um setor do PR abandone o partido para formar o PIR (Partido da Esquerda Radical), que depois de participar por um breve momento do governo, retira-se da UP. O motivo alegado foi a “marxistização” do governo, com a respectiva subestimação das “camadas médias” da população e de seus partidos; a consideração imperante na UP de que o protagonismo político estaria restrito ao proletariado e campesinato, de modo

Em meio a um persistente bloqueio institucional imposto pelo Parlamento ao governo, na intenção de paralisá-lo, ocorre em meados de julho de 1972 a “Assembleia do Povo de Concepción”. Formada por diversas organizações populares e estimulada por alguns partidos de esquerda, exigia a dissolução do Congresso Nacional e sua substituição por uma “Assembleia do Povo”, fazendo lembrar uma das exigências centrais do programa da UP e que foi rechaçada em 1971 pelo Parlamento. Ademais, exigia-se também a instauração de um “duplo poder” (opositor ao Estado burguês), o que obrigaria o governo a romper com a institucionalidade vigente. A iniciativa foi dura e publicamente criticada por Allende e pelo PC, explicitando as divergências existentes no seio da esquerda e do governo¹³ (AGGIO, 1993, p. 136).

No mês de outubro ocorre uma grande paralisação nacional, iniciada com uma greve geral dos transportadores à qual rapidamente se somaram diversos grêmios patronais e associações de profissionais e empresários. Como salienta Angell (1977, p. 284), os fundos oriundos do estrangeiro para sustentar a paralisação e a visceral ligação desse movimento com os maiores grupos econômicos do país, não devem fazer perder de vista o apoio que as organizações patronais lograram de muitos de seus membros e da classe média chilena. Na sua luta comum contra o governo e a UP, o movimento gremial de outubro pôde ultrapassar interesses corporativos e contraditórios existentes no seio do empresariado nacional, em razão de uma ampla articulação política conseguida a partir das próprias organizações patronais (AGGIO, 1993, p. 137).

Por outro lado, houve também uma redefinição das organizações populares (tanto as pré-existentes como as que vieram a ser criadas), que passaram a ser consideradas verdadeiros organismos de poder. Desde o início da paralisação patronal de outubro, pareceu claro aos setores populares organizados a intencionalidade política do movimento, mesmo que recoberto por demandas

que faltaria às camadas médias gravitação política própria (In: URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 655-6).

¹³ De modo bastante resumido, pode-se afirmar que havia duas grandes linhas político-estratégicas no interior da UP. Uma delas procurava “consolidar para avançar”, ou seja, defendia a consolidação dos avanços obtidos pelo governo com a observância da legalidade constitucional (que poderia permitir novos avanços) antes de se continuar avançando. A outra procurava “avançar para consolidar”, acreditando que a institucionalidade estatal já havia sido tensionada até seu limite, e que só seria possível fazer frente aos setores golpistas avançando com a luta popular por cima da institucionalidade, caso fosse necessário. A primeira linha era defendida pelo PC, PR, setores minoritários do PS e Allende; a segunda era encampada pelo setor majoritário do PS, MAPU, IC e MIR.

gremiais (MORALES, 1983, p. 69). Criaram-se diversos Comandos Comunais que passaram a coordenar organizações diversas, até então desarticuladas. Todavia, foram os Cordões Industriais que exerceram acentuado protagonismo nas jornadas populares de outubro. Essas organizações caracterizavam-se pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial (superando assim a tradicional divisão sindical por ramos de produção), que assumiam a ocupação de indústrias paralisadas e a manutenção da produção, com o respectivo controle operário. Na prática, assim como os Comandos Comunais, tais organizações já existiam, mas passam a se destacar de forma acentuada a partir de outubro. Integraram uma rede de resistência à paralisação organizada pelo governo e por partidos de esquerda para desenvolver atividades de abastecimento e transporte. É difícil precisar o número de Cordões Industriais, devido a sua diversidade organizativa. Haviam se organizado em grande número em Santiago e Valparaíso, além de outras cidades (BORGES, 2011, p. 96-8).

Durante cerca de três semanas, grandes concentrações saíam às ruas em favor do governo, mobilizando como nunca suas principais palavras de ordem: *Allende, Allende, el pueblo te defiende* e *Crear, Crear, Poder popular*. Assim, o intento da direita de dar à greve de outubro uma feição popular fracassava¹⁴. Como ressalta Borges (2011, p. 107), embora seja correto que menções ao “poder popular” viessem sendo feitas pelo governo desde há muito tempo (a constituição do “poder popular” era uma exigência central do programa da UP), não havia uma definição clara do que este seria. A partir de outubro, o tema da constituição do

¹⁴ Curiosamente, houve apoio de setores sequer imaginados pela UP. Assim, por exemplo, há relatos de que muitos trabalhadores vinculados a sindicatos controlados pelo PDC ou pertencentes a esse partido, desobedecendo a orientação de seus representantes, se recusaram a paralisar a produção (BITAR, 1980, p. 189); (MORALES, 1983, p. 72); (BORGES, 2011, p. 96), em apoio à maioria dos operários que atenderam aos apelos da UP para continuarem produzindo, numa clara demonstração de identidade de classe. Segundo Altamirano (1979, p. 104), além dos operários, camponeses e populações marginalizadas da cidade e do campo, até mesmo setores denominados pelo autor de “pequeno-burgueses” constituídos por transportadores, professores, comerciantes, mulheres e pequenos agricultores estruturaram suas organizações defensivas, num esforço que teria sido subestimado pelo próprio governo. Para Morales (1983, p. 73), apesar da heterogeneidade das formas de organização observadas em outubro e a confluência de setores que compartilhavam de diferentes visões estratégicas, num momento em que o que estava em jogo era a defesa do governo e da constitucionalidade, teria havido um ‘*acento obrerista*’ elevado, o que dificultaria a aliança com outros setores sociais no futuro.

“poder popular” ganharia maior relevância, reascendendo as controvérsias no interior da esquerda e do governo.

A início de novembro, governo e oposição chegam a um acordo mínimo, cujo objetivo declarado era evitar uma guerra civil. Uma das pré-condições da oposição para que a trégua ocorresse foi o estabelecimento de um gabinete composto por militares, com o que Allende consentiu. Assim, o confronto entre direita e esquerda no Chile – após os acontecimentos de outubro, a polarização político-ideológica foi tal, que os dois blocos haviam melhorado sua capacidade de organização e mobilização, e a margem de negociação tornava-se praticamente nula – voltava a enquadrar-se em marcos institucionais¹⁵, tendo em vista as eleições legislativas de março de 1973. À oposição interessava obter dois terços dos sufrágios para destituir Allende constitucionalmente.

A partir de então, o governo optou por não realizar grandes mudanças na área econômica, a fim de evitar que ocorressem oscilações ainda mais bruscas, num contexto de ausência de uma política econômica alternativa global e coerente (BITAR, 1980, p. 236-7). Logo, os dois principais critérios orientadores das decisões econômicas teriam sido puramente defensivos: impedir uma maior disparada da inflação e evitar uma maior deterioração dos salários (idem, p. 230). Entretanto, o quadro econômico voltaria a se agravar. A produção industrial teve queda de 10,5% no primeiro semestre de 1973 em relação ao mesmo período de 1972, com o crescimento do déficit fiscal e da APS. A inflação continuava crescendo¹⁶ e, para piorar, o governo não obteve êxito na tentativa de adiantar os reajustes salariais, o que agravou ainda mais o quadro de deterioração dos salários (ibidem, p. 236). A essa altura, já estava claro que todos os ganhos econômicos obtidos pelos trabalhadores assalariados ao longo do governo Allende foram perdidos por conta da inflação e que o processo de redistribuição da renda nacional havia sido revertido.

É nesse contexto desfavorável para a UP que ocorrem as eleições parlamentares de março de 1973. O resultado das urnas, contudo, excedeu os

¹⁵ Entretanto, o grau e a variedade das experiências de organização popular que tiveram lugar em outubro, fariam com que tal processo se estranhasse com as forças institucionalizadoras (Morales, 1983, p. 73-4).

¹⁶ Um estudo do Ministério da Fazenda, de março de 1973, havia calculado uma inflação da ordem de 300% para aquele ano e que poderia ser ainda mais elevada, caso não se adotassem novas medidas corretivas (Bitar, 1980, p. 239).

prognósticos mais otimistas do governo¹⁷. Ao todo, a UP conquistou o apoio de 43,39% do eleitorado contra 54,7% dos partidos de oposição agrupados na Confederação Democrática. A votação foi superior àquela que a UP obteve em 1970 por ocasião da eleição de Allende, demonstrando que ao longo desse período, o apoio popular ao governo havia aumentado. O quadro fica ainda mais interessante quando se leva em conta o fato de que nunca no Chile um governo havia alcançado maior apoio nas eleições parlamentares do que nas presidenciais.

Contudo, o impasse persistia. Allende não poderia ser legalmente removido da presidência pela oposição e, ao mesmo tempo, a UP permanecia em minoria nas duas casas legislativas, o que significava a continuação do embargo do Congresso ao Executivo. Para que a contenda pudesse ser resolvida de maneira constitucional seria preciso esperar até as eleições presidenciais de 1976, o que evidentemente as classes dominantes, parte das classes médias e da alta oficialidade militar não estavam dispostas a aceitar. Assim, parecia ficar claro (leitura feita por diversos setores de direita e de esquerda) que somente uma saída extrainstitucional poderia pôr fim a tal impasse.

Em finais de junho ocorre uma tentativa frustrada de golpe, perpetrada por uma unidade do Exército em Santiago. No mês seguinte, a violência terrorista por parte da direita atingia níveis sem precedentes. Foram realizados 140 atentados, inclusive com o assassinato de um membro do governo. Concomitantemente, desencadeou-se uma onda de greves envolvendo estudantes e transportadores, e o motivo das paralisações não se justificava mais em função de reivindicações gremiais; o que se exigia era a renúncia do Presidente e a intervenção imediata das Forças Armadas. Ocorreram prisões e torturas na Marinha contra cerca de cem marinheiros de várias unidades, que proferiam ideias consideradas de esquerda e denunciavam preparativos para um golpe militar (HARNECKER, 1998, p. 38).

¹⁷ Segundo Bitar (1980, p. 240-1), a hipótese corrente nos meios políticos era a de uma correlação direta entre a qualidade da conjuntura econômica e o resultado das urnas. A explicação para o surpreendente apoio obtido pela UP estaria na maior organização e conscientização política dos trabalhadores, desenvolvida durante suas próprias lutas. De acordo com Harnecker (1998, p. 39), as expectativas pró-UP mais otimistas esperavam um apoio eleitoral em torno de 40%. Um episódio sintomático dessa conjuntura política e que se tornou famosa nos meios da esquerda teve lugar numa manifestação popular perante Allende, na qual se via um operário carregar um grande cartaz com os dizeres: “Este é um governo de merda, mas é *meu* governo” (Bitar, 1980, p. 241).

Com a renúncia do Comandante-em-Chefe do Exército, General Carlos Prats – obtida após longo período de pressão de setores golpistas civis e militares – no mês de Agosto, caía uma das poucas figuras do alto escalão militar chileno ainda comprometidas, àquela altura, com a defesa da legalidade constitucional¹⁸. Em seu lugar assumiu o General Augusto Pinochet, declarando-se comprometido com a mesma doutrina de seu antecessor. Em 11 de setembro, data em que o governo pretendia tornar públicas suas intenções de convocar um plebiscito visando pôr fim à querela político-institucional com o Parlamento, ocorria o golpe. Houve poucos e desarticulados focos de resistência armada nos quartéis e em alguns Cordões Industriais, rapidamente afastados pelas Forças Armadas. Uma junta de governo, composta por militares e tendo à frente o General Pinochet, assumia o governo.

Não são poucas as leituras feitas que, debruçando-se sobre a experiência chilena, abordam o tema da “crise política” durante o governo Allende, a partir de matizes políticos e teóricos os mais diversos. Acreditamos que, sob a UP, o Chile vivenciou uma crise política que antecedeu qualquer crise econômica que lhe fosse precedente (POULANTZAS, 1977a, p. 11). O conceito de crise política, aqui mobilizado, diz respeito basicamente a uma série de modificações substanciais das relações de forças da luta de classes. Tal crise é também uma crise do Estado (e de seus aparelhos), mas não se resume a uma crise de Estado, no sentido de que é antes de tudo uma crise de hegemonia/crise orgânica (em termos gramscianos) ou crise estrutural. A crise política engendra sempre uma crise ideológica, elemento que a constitui (idem, p. 10-3). Nesse caso, a crise política não se restringiu a uma crise de governo ou de regime, uma vez que colocou em questão a própria reprodução ampliada das relações de classe no interior daquela formação social.

Isso não significa desconhecer ou negar elementos “econômicos” próprios à realidade chilena do período 1970-1973, ou seja, a existência de mecanismos efetivos de mercado tais como as pressões inflacionárias, possuidores de uma dinâmica interna própria e relativamente autônoma. Também é certo que a crise econômica teve influência sobre a crise política, propriamente dita. Todavia, num contexto de larga crise política de hegemonia

¹⁸ Havia no Chile um forte ideário de não intervenção das Forças Armadas em questões políticas e de subordinação ao poder civil. O General Prats e seu antecessor René Schneider, eram figuras identificadas com esse ideário. Schneider foi assassinado numa tentativa frustrada de sequestro perpetrada por setores golpistas das Forças Armadas em conluio com a CIA às vésperas da posse de Allende, e Prats foi morto num violento atentado a bomba em Buenos Aires, em 1974.

das classes dominantes, com respectiva ascensão da luta de classes e mobilização política dos setores dominados, todas as dimensões da realidade social, incluindo a econômica, sofreriam uma politização intensa¹⁹.

Logo, pensamos que a dialética entre as crises econômica, política e ideológica que tiveram lugar na sociedade chilena poderiam ser bem captadas, do ponto de vista da análise teórica, a partir do conceito de “complexidade estrutural” oriundo do marxismo althusseriano²⁰. Daí a pertinência de se pensar que os diferentes níveis da totalidade social comportam temporalidades diferenciais e que de sua dinâmica no interior dessa totalidade complexa, possam emergir relações de sobreposição (o político sobre o econômico) ou de defasagem (não correspondência entre o político e o econômico, etc.) desses níveis, numa determinada conjuntura concreta. Somente tendo em conta uma crise política orgânica ampla, que atravessa toda a realidade social é que se pode compreender de forma adequada a “crise da democracia” chilena, outro tema recorrente nas muitas publicações sobre o período, e ao qual nos dedicaremos a seguir.

Democracia *versus* socialização: o caso chileno

A discussão acerca do significado da moderna noção de democracia é tão extensa quanto o próprio uso do termo. Nas últimas décadas, contudo, pôde-se observar no mundo ocidental uma característica político-ideológica bastante paradoxal: todos passaram a se considerar democratas. Isso ocorreu, em

¹⁹ Arturo León e José Serra (1978, p. 55-7) defenderam a tese de que o fator propriamente econômico que mais contribuiu para a crise econômica foi a desmesurada elevação da renda de praticamente todos os setores da população durante o primeiro ano do governo popular. Por esse motivo, teria havido um fortíssimo aumento da demanda que não pôde ser satisfeita mesmo com a elevação da produtividade no setor industrial o que explicaria, em grande medida, a vigorosa escalada inflacionária que teve início a partir de 1972. Todavia, afirmaram que os principais problemas que afetaram a economia chilena tiveram como causa fundamental as represálias dos setores sociais que se opunham à UP. Sérgio Bitar também deu grande enfoque aos problemas econômicos que tiveram lugar durante o governo Allende, e mesmo apontando o que teriam sido erros e insuficiências na condução econômica, afirmou que os fenômenos econômicos eram apenas uma manifestação da luta político-social (BITAR, 1980, p. 191).

²⁰ “Cuando se introdujo este concepto de la complejidad estructural, se trataba de la complejidad de la estructura social global, en cuanto en ella se articulaban varios niveles relativamente autónomos” (BALIBAR, 2010, p. 235).

parte, graças a uma drástica redução no elemento de participação popular contido na concepção original (grega) de democracia (FINLEY, 1988, p. 11).

Feita tal consideração e antes de avançarmos no nosso debate é necessário pontuar que a “democracia” (enquanto regime político) não se sustenta no ar de modo que, para compreendê-la, é preciso vasculhar seus fundamentos mais profundos e ocultos. Logo, compartilhamos da opinião de Saes (1998, p. 17), para quem as análises teóricas que desvinculam a chamada “democracia política” da questão do Estado burguês perdem de vista o fundamental, a saber, a dimensão desse Estado enquanto estrutura jurídico-política de tipo particular. Em suma, toda forma de regime político é condicionada por uma estrutura estatal que lhe confere seus traços e conteúdos fundamentais. Enquanto forma e estrutura política especializada, o Estado burguês constitui um momento específico da sociedade de classes, sendo que sua “separação” em relação a essa mesma sociedade deve ser entendida a partir da manutenção da dominação política burguesa a longo prazo²¹.

Afirmar que o Estado burguês condiciona a democracia não implica, entretanto, afirmar que a democracia burguesa corresponde a uma forma finalmente encontrada pela burguesia para manter seu domínio. Na verdade, a democracia (forma de Estado condicionante de um regime democrático) não corresponde por inteiro nem ao interesse das classes dominantes, tampouco ao das classes dominadas; ambas as classes se veem obrigadas a fazer concessões (SAES, 1998, p. 155). Em suma, foram as lutas de classes (em condições sempre desfavoráveis às classes populares) que forjaram a democracia moderna, fazendo com que a burguesia e demais classes e frações aliadas se vissem obrigadas, dependendo da conjuntura concreta, a realizar “concessões” políticas às classes exploradas e dominadas. A conquista, ao longo dos séculos XIX e XX, do direito ao sufrágio universal pelas classes populares constitui o exemplo mais eloquente a esse respeito²².

²¹ Foi Nicos Poulantzas, a partir da obra *Poder político e classes sociais* (1968), quem primeiro elaborou teórica e sistematicamente a problemática da autonomia relativa do Estado capitalista. Para Poulantzas, o Estado capitalista possui a capacidade de atender, dependendo da conjuntura concreta, determinadas demandas das classes dominadas à revelia das classes e frações dominantes, sem deixar de estar a elas politicamente sujeito. Tal Estado tem o papel primordial de organizar os interesses políticos das classes e frações de classe dominantes (que compõem o “bloco no poder”), mesmo tendo em vista seus conflitos internos. Ao organizar os interesses das classes e frações dominantes, desorganiza politicamente as classes dominadas.

²² Fazendo uma breve análise da formação da democracia burguesa no século XIX, na sua relação com a luta das massas populares, Saes afirma: “O que, nesse momento, move as massas

Ademais, como se sabe, “liberalismo” e “democracia” (enquanto expansão e universalização do sufrágio e direitos políticos correlatos) não são sinônimos e, historicamente, sua relação foi bastante conflituosa (BOBBIO, 2005, p. 7-8; 37). Assim, parece haver uma forte incongruência entre participação política popular (democrática) ativa e liberalismo, de modo que a tendência seja de prevalectimento de um dos polos dessa equação em detrimento do outro. A experiência chilena deu mostras significativas a esse respeito.

É interessante notar que, no Chile, a propaganda ideológica promovida pelos setores oposicionistas contra o governo Allende tocava sempre no tema do “totalitarismo”, de modo a inferir que o governo da UP agia fora da legalidade democrática. Numa ação redigida pela Câmara dos Deputados três semanas antes do Golpe de Estado, se acusava o governo de tolerar e fomentar:

(...) organismos que son sediciosos, porque ejercen una autoridad que ni la Constitución ni la ley otorgan, con manifesta violación de lo dispuesto en el art. 10, n° 16, de la Carta Fundamental, como por ejemplo, los Comandos Comunales, los Consejos Campesinos, los Comités de Vigilancia, las JAP, etc., destinados todos a crear el mal llamado “Poder Popular”, cuyo fin es substituir los poderes legitimamente constituidos y servir de base a la dictadura totalitaria, hechos que han sido públicamente reconocidos por el Presidente de la República en su último Mensaje Presidencial y por todos los teóricos y medios de comunicación oficialista. (In: URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 681).

populares não é a aspiração ao sufrágio universal, à representação popular, ao Parlamento, e sim a aspiração à distribuição da riqueza material. A ideologia que as empurra para a ação não é, portanto, o democratismo republicano, e sim o igualitarismo socioeconômico, de cunho material” (SAES, 1998, p. 155). Como lembra Marx n’O 18 *Brumário de Luís Bonaparte*, quando lutou de armas na mão para derrubar a decadente monarquia de Luís Filipe (representante da grande burguesia financeira, industrial e comercial), o proletariado parisiense desejava instaurar uma “república social” e a burguesia, em seu conjunto, nada queria conceder-lhe além de uma república burguesa (“democrática”) baseada no sufrágio universal (MARX, 1977, p. 24-5). Isso não significa, todavia, que as transformações democráticas do Estado burguês tenham correspondido *pari passu* às aspirações da burguesia, uma vez que a intenção desta, após suplantar o domínio da aristocracia não era instaurar uma igualdade política formal, mas sim uma nova desigualdade política formal, que favorecesse o conjunto das classes proprietárias e desfavorecesse o conjunto das classes trabalhadoras (SAES, 1988, p. 158).

Portanto, as próprias organizações que conformavam o “poder popular” estariam em flagrante contradição com a institucionalidade democrática, uma vez que constituíam os embriões de uma “ditadura totalitária” (URZÚA VALENZUELA, 1992, p. 681). Esses poderes paralelos, permitidos e amparados pelo governo, além de ilegítimos, representariam um gravíssimo perigo à nação, pois ameaçavam destruir os elementos essenciais da institucionalidade e do “Estado de direito”. A tais afirmações, Allende respondeu que seu governo havia sido o mais democrático da história chilena, e que seu objetivo era desenvolver a democracia e o Estado de direito até suas últimas consequências (idem, p. 682). Fora do Parlamento, as massivas campanhas publicitárias da direita também invocavam constantemente o tema do perigo totalitário, ao qual se vinculavam reiteradas denúncias de ataques à propriedade privada²³ (AGGIO, 1993, p. 141).

Não há dúvidas de que, no período do governo da UP, o Chile experimentou o maior grau de mobilização político-popular de toda sua história. Logo, resta-nos questionar se a democracia (entenda-se, burguesa) é capaz de se sair bem em contextos de mobilização popular contínua. Com isso, queremos afirmar que a participação e mobilização popular além de não constituírem pré-requisitos necessários para o funcionamento estável da democracia liberal-burguesa, não são desejáveis para se alcançar tal fim e, portanto, devem ser evitados. Se, por outro lado, entendermos democracia enquanto sinônimo de “participação política”, como fazem os teóricos da democracia participativa²⁴, então temos que a democracia liberal-burguesa não é democrática.

²³ O editorial do principal jornal do Chile, *El Mercurio*, em 15 de outubro de 1972, no auge da paralisação patronal, incitava claramente os militares à subversão contra o governo em nome da manutenção da legalidade. O argumento é bastante engenhoso: “(...) si la legalidad está siendo usada para sacar al país de los quicios constitucionales y para implantar la dictadura del proletariado en forma paulatina, se daría la paradoja de que los actuales defensores del orden público (es decir, las fuerzas armadas) estarían del lado de la revolución marxista – esto es, por definición, contra el orden vigente – mientras que los que desobecen a esa autoridad revolucionaria estarían del lado del orden público y de las garantías constitucionales” (In: HARNECKER, 1998, p. 38). O jornal em questão era controlado por um dos maiores grupos econômicos do país, possuidor de estreitas relações com Washington.

²⁴ Influenciados pelos movimentos estudantis contestatórios dos anos 1960 que receberiam a alcunha de “nova esquerda”, os teóricos da democracia participativa propunham uma crítica ao modelo teórico elitista que combatia a participação política popular ao afirmar que esta seria incompatível com um regime democrático estável. De modo geral, os teóricos da participação defendiam a ideia de que a participação política do cidadão comum é boa em si mesma, na

Seria possível ainda que algum defensor do paradigma liberal-burguês de democracia objetasse que tal regime seja sim compatível com a participação popular, desde que essa não se constituísse, por influência de forças políticas externas não dispostas a respeitar as regras do jogo democrático (como partidos marxistas, por exemplo), numa força “totalitária”. Assim, o perigo totalitário estaria sempre presente e esse argumento poderia levar democratas liberais convictos a crerem que a democracia deve ser “tutelada” de alguma maneira, argumento em nada estranho à doutrina liberal²⁵. Em suma, poderia ser necessário proteger o povo de seus próprios equívocos.

Indo além, se considerarmos o “totalitarismo” enquanto uma noção genérica para designar formas de ataque à propriedade privada (e essa foi a regra observada nos ataques político-ideológicos dirigidos pelos setores pró-capitalistas à UP), então a mobilização política teria de estar necessariamente vedada a amplos setores populares, uma vez que: “A aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (...) em suma, um invariante ideológico das classes dominadas” (SAES, 1998, p. 155). Com isso, não é nossa intenção afirmar que as classes dominadas, invariavelmente, organizarão seus interesses no sentido de pleitear uma distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida, o que só pode, evidentemente, ser observado em conjunturas específicas a depender, fundamentalmente, do nível da luta de

medida em que contém um elemento educativo que o move ao mesmo tempo em que o capacita a tomar parte em questões políticas relevantes. Ao fazer abstração da questão das classes, tais teorias não rompem com a tradição do pensamento liberal e, tampouco, são capazes de problematizar os fundamentos políticos basilares das sociedades capitalistas.

²⁵ O primeiro modelo teórico bem sistematizado da democracia liberal – aquele da “democracia protetora” – desenvolvido a partir da primeira quadra do século XIX, visando garantir a igualdade dos indivíduos adultos masculinos em sufragar, ao mesmo tempo em que criava salvaguardas para proteger os “frutos do trabalho” (riqueza e propriedade como condicionantes da felicidade individual), e que está na base da doutrina utilitarista é um bom exemplo a esse respeito (MACPHERSON, 1978, p. 30-3). Sem embargo, grande parte do esforço realizado pelos teóricos da democracia liberal, por volta dos dois últimos séculos, foi o de equacionar a relação entre democracia (sufrágio igualitário) e propriedade privada. Como destaca Ellen Wood: “A própria condição que torna possível definir a democracia como se faz nas sociedades liberais capitalistas modernas é a separação da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático” (2011, p. 202). A partir daí, pode-se até mesmo invocar a “democracia” em defesa da redução dos direitos democráticos (idem).

classes. Todavia, esse é um risco político ao qual as classes dominantes estão potencialmente sujeitas.

Não por acaso, pôde-se observar que no Chile a “crise da democracia” apresentou correlação com os intentos de regulação via reforma e, posteriormente, com a tentativa de socialização da propriedade privada. A esse respeito, Gómez Leyton assinala a insuficiência da maioria das análises acadêmicas que procuram explicar a crise do sistema político chileno a partir da crise dos partidos e que usualmente atribuem tal crise ao papel deficitário desempenhado pelo “centro” político. Dentro de tal perspectiva, prevalecem duas grandes linhas: uma delas destaca a aguda polarização partidária (direita-esquerda) sob o governo da UP como causa de tal crise; a outra sustenta que sua razão principal foi a não participação de um “centro pragmático” no poder, o que teria permitido certa acomodação política e evitado a polarização entre dois extremos. Em ambas as teses:

(...) subyace la idea de que la destrucción del régimen democrático nacional se habría evitado si tanto los partidos de la UP como la Democracia Cristiana hubiesen flexibilizado sus posiciones en función no de sus proyectos históricos sino de la continuidad misma del régimen democrático (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 173).

Tais visões exerceriam efeito sobre a esquerda chilena, que deveria passar a abrir mão de suas utopias políticas e históricas em detrimento da formação de alianças políticas amplas e duradouras (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 174). Isso ajuda a explicar a mutação ideológica e política dos partidos de esquerda no contexto pós-redemocratização (1990 em diante), que deveria ter como pano de fundo a aceitação tácita do casamento entre democracia liberal e capitalismo (CORVALÁN MÁRQUES *apud* GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 174). Para o autor, o profundo e intenso processo de democratização posto em marcha a partir da segunda metade dos anos 1960 (com as reformas econômico-sociais promovidas pelo PDC) e aprofundadas pela UP deu lugar a uma profunda crise do Estado, a uma crise orgânica da sociedade capitalista chilena. Com efeito, o grande conflito político-ideológico que teve lugar durante aquele período até a derrocada da UP – guardadas é claro as devidas diferenças entre os governos Frei e Allende – se deu em torno do tema da propriedade privada e de sua “democratização” (GÓMEZ LEYTON, 2006, p. 175).

Historicamente, a democracia burguesa como regime político e forma de organização do Estado burguês (democrático), quando não se mostrou funcional à dominação dos dominantes foi descartada e substituída por regimes de exceção. No contexto latino-americano contemporâneo à vigência da “via chilena”, foram as ditaduras militares que deram expressão a tais regimes. Mesmo no Chile, país por muitos considerado à época como “modelo democrático” para a América Latina e possuidor de Forças Armadas “obedientes” ao poder civil, essa tendência se veria confirmada.

Referências:

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Unesp, 1993.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELL, Alan. Mobilização política e alianças de classes no Chile, de 1970 a 1973. **Análise social**, Lisboa, vol. 13, p. 273-318, 1977.

BALIBAR, Étienne. “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Para leer el capital**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 2010.

BITAR, Sérgio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORGES, Elisa de Campos. **¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende**. 2011. (250 f.). Tese de Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **La lucha de clases en Chile**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974.

FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016

GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GARCÍA BARZELATTO, Ana María; URZÚA VALENUELA, Germán.
Diagnóstico de la burocracia chilena (1818-1969). Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1971.

GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos. “Democracia versus propiedad privada. Los orígenes político-jurídicos de la dictadura militar chilena”. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia reciente de América Latina. Nuevas formas de protesta social y de emergencia de sujetos sociales**. Buenos Aires: FLACSO, 2006.

HARNECKER, Marta. Los tres años del gobierno popular de Salvador Allende. **Encuentro XXI**, Santiago, n. 13, p. 34-41, 1998.

LEÓN, Arturo; SERRA, José. **La redistribución del ingreso en Chile durante el gobierno de la Unidad Popular. Éxito y frustración**. Santiago: FLACSO, 1978.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORALES, Eduardo. **Los sectores populares en el periodo 1970-1973**. Santiago: FLACSO, 1983.

POULANTZAS, Nicos. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH UNICAMP, 2 ed., 1998.

UNIDAD POPULAR. **Programa de la Unidad Popular**. Disponível em: <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 05 de março de 2017(a).

UNIDAD POPULAR (Comité Político Nacional de la UP). **Declaración de la Unidad Popular sobre los resultados de las elecciones de regidores**. Disponível em: <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 05 de março de 2017(b).

URZÚA VALENZUELA, Germán. **Historia política de Chile y su evolución electoral (desde 1810 a 1992)**. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Resumo:

Democracia e crise política no Chile de Allende

O presente texto está dividido em duas partes principais. Na primeira, propomos uma leitura da crise política no Chile durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), a partir de uma abordagem centrada nas lutas de classes. Para isso, traçamos um breve panorama geral do período, no qual procuramos captar e problematizar alguns aspectos centrais daquela experiência, sobretudo de ordem econômica e política. Já na segunda parte, tratamos da temática da democracia liberal e seus limites, da relação entre regime político e Estado capitalista, também a partir de um olhar sobre a experiência chilena e seu trágico desfecho.

Palavras-chave: Democracia. Transição socialista. Crise política. Unidade Popular. Chile.

Abstract:

Democracy and political crisis during the Allende government in Chile

This paper is divided into two main parts. In the first part, it is proposed a reading of the political crisis in Chile during the Popular Unity government (1970-1973), focusing on the class conflict. In order to accomplish it, it is exposed a brief overview of the period, in which it is sought to capture and discuss some main aspects of such experience, especially the economical and political ones. In the second part of the paper, they are discussed the issue of liberal democracy and its limits, the relationship between the political regime and the capitalist State, also from the view of the Chilean experience and its tragic outcome.

Key words: Democracy. Socialist transition. Political crisis. Popular Unity. Chile.

COMPORTAMENTO POLÍTICO VIOLENTO E AVANÇO GLOBAL DA DIREITA: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Jonas Modesto Abreu¹
abreujm9@yahoo.com.br

Giovanni Allegretti²
alegretto70@gmail.com

Introdução

Produto de um estágio pós-doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2016, este artigo destaca que os movimentos de protesto que assolaram o Oriente Médio e o Norte da África a partir de dezembro de 2010, conhecidos como Primavera Árabe, trouxeram para o campo do debate político internacional a discussão sobre o grau de relevância das mídias associadas às redes sociais para a organização e atuação dos mais variados grupos de interesse e pressão política. No Brasil, em particular, esse debate ganhou consistência após as imensuráveis

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Investigador senior do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

manifestações públicas que ocorreram nas ruas de destacados centros urbanos nacionais em junho de 2013. Os protestos que surgiram da iniciativa de grupos organizados em torno de questões populares como o preço e a qualidade dos transportes públicos, sobretudo nas principais capitais brasileiras, rapidamente fugiu do controle de seus organizadores. Uma imensa massa de manifestantes, organizados espontaneamente através das redes sociais, passaram a incorporar às manifestações temas diversos e a dar ao movimento original uma nova conotação.

Sobre este aspecto, vale ressaltar que a reivindicação originalmente popular, associada à carestia e qualidade dos transportes públicos urbanos, rapidamente se desvirtuou, ganhando uma roupagem de classe média que passou a orientar a mobilização pelo jargão “*não é por vinte centavos*” e guiá-la pelos gritos de “*sem partido político*”.

Destas manifestações que desapareceram das ruas com o mesmo grau de espontaneidade e intensidade de seu surgimento, emergiu no cenário político brasileiro uma nova direita. Caracterizado pelo discurso violento, assentado no ódio partidário, esse novo espectro político refugiou-se nas redes sociais, propagando o sentimento descrito como antipetismo.

Conforme se subentende através da leitura de Menezes (2016), o antipetismo é um sintoma performático que decorre do modo como a população brasileira vem respondendo, no âmbito comportamental, à agenda seletiva de informações sobre corrupção que passou a ser diariamente difundida pelos principais meios de comunicação do país desde que tiveram início, em março de 2014, as investigações a respeito dos desvios de recursos financeiros da Petrobras. Embora a petrolífera nacional tenha vivenciado um vultoso processo de valorização depois da descoberta de incalculáveis reservas de gás natural e petróleo na camada pré-sal em 2006, tornando-se ainda mais atrativa às práticas administrativas ilícitas, desde que se tornaram públicas, em março de 2016, as planilhas de suborno pagas pela empreiteira Odebrecht às mais diversas personalidades da vida política e agremiações partidárias, é sabido que a corrupção na Petrobras advém, continuamente, pelo menos desde os anos 80.

Apesar disso, a exaustiva repetição midiática da frase “*nunca se roubou tanto nesse país*”, sempre presente no discurso dos agentes de oposição ao governo nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), que vinha sendo mantido através

do sufrágio eleitoral desde 2003, acabou provocado no imaginário coletivo a crença de que a corrupção política no Brasil é algo intrínseco, peculiar ao PT e às suas principais referências. É importante lembrar que a frase “nunca se roubou tanto nesse país” foi proferida pela primeira vez em maio de 2015 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) na convecção nacional de seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A proposta de retirar o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças do poder presidencial e do cenário político nacional, condenando-os criminalmente e impondo-lhes a inelegibilidade, o recolhimento prisional e a extinção da sigla partidária, para além de tornar-se a linha dominante dos comentários sempre presentes nos ambientes de convívio das pessoas comuns, passou também a orientar as ações de caráter institucional de parte dos agentes dos poderes legislativo e judiciário brasileiros, colocando em xeque os preceitos fundamentais do estado democrático de direito.

Também convém mencionar que apesar de existir um consistente histórico cultural pluripartidário no Brasil, institucionalizado pela lei orgânica dos partidos políticos (Lei nº 6.767/79), que encerrou a curta fase do “bipartidarismo” (BENEVIDES, 1984), instituído pelo 4º complemento do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 24 de novembro de 1965, desde 1994 a disputa presidencial tem se restringido a apenas dois partidos políticos, o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. O sistema pluripartidário do país conta atualmente com 35 agremiações partidárias, 26 delas possuem representação na Câmara Federal.

A inserção do termo bipartidarismo entre aspas se deve ao fato de que mesmo durante o período de sua vigência, o sistema eleitoral brasileiro permitia que as duas siglas existentes, Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançassem mais do que um candidato às eleições para cargos executivos municipais. Sobre este fato, é importante esclarecer que os cargos executivos nas capitais, governos estaduais e presidência, em parte por determinação do Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, não eram definidos pela livre escolha do eleitor. Este modelo que privilegiava a popularidade do candidato em detrimento do partido político, dava um caráter pluripartidário ao “bipartidarismo” brasileiro do período militar.

No contexto da bipolarização envolvendo o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira (CERVI, 2016), a disputa presidencial de 2014 sempre será lembrada pela forte influência das redes sociais. Neste sentido, vale destacar que apesar da apertada vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB), aparentemente o antipetismo produziu um efeito favorável ao candidato “tucano”, como são conhecidos os integrantes do PSDB, principalmente em São Paulo e em Santa Catarina. Em São Paulo, maior colégio eleitoral com 22,4% do total do país, Aécio Neves recebeu 64,31% dos votos válidos e, em Santa Catarina, 64,59%.

Os primeiros comentários acerca do resultado das eleições presidenciais enfocavam uma divisão regional do eleitorado nacional. A inegável supremacia da candidatura petista nas regiões norte e, sobretudo, nordeste, assegurou a vitória de sua candidata num cenário eleitoral marcado pelo equilíbrio de votos nas demais regiões. Contudo, este fato foi ocultado pelo “peso” eleitoral da unidade federada paulista que, por escolher majoritariamente o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira, provocou uma ilusória divisão regional do eleitorado brasileiro, colocando do lado do petismo o norte e o nordeste e, do antipetismo, as regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Esta falsa impressão acirrou o discurso político de ódio que passou a desqualificar o eleitor nortista e nordestino, identificando-o ao universo da ignorância política e da dependência de auxílio governamental individual e familiar. Assim, a tradicional proposta de separatismo, presente há tempos no discurso político de grupos da região sul (FALCÃO, 2000; LUVIZOTTO, 2009), mostrou-se inadequada, uma vez que a questão era apresentada numa dimensão regional mais ampla.

A expansiva atuação da nova direita nas redes sociais, além de provocar a emergência de líderes extremistas, também propiciou o crescimento de um intenso movimento virtual a favor da redução da maioria penal, contra o estatuto do desarmamento, contra os direitos das minorias sociais, contra as políticas de ação afirmativa e de renda mínima do governo federal e, sobretudo, contra o petismo, defendendo o impedimento do mandato presidencial de Dilma Rousseff e a criminalização do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Recentemente, Renato Janine Ribeiro (2015), filósofo de respeitável carreira ligada à Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da educação,

escreveu um artigo interessante sobre esta nova direita brasileira. No seu entendimento, o que chama atenção no cenário político nacional do momento é a atuação de um grupo de extrema-direita que vem adotando uma agenda muito mais direcionada aos costumes do que à política. Trata-se de uma afronta às questões que envolvem a igualdade e o reconhecimento de gênero e os direitos das minorias: é um ódio cabal aos direitos humanos.

Outro destacado filósofo que se manifestou a respeito foi Paulo Arantes (2015), também ligado à USP. Contudo, seu entendimento destaca que a nova direita também apresenta uma agenda essencialmente política, dado que estes novos agentes buscam, acima de tudo, provocar uma situação de instabilidade institucional que coloca em risco os preceitos básicos da cultura política democrática.

Inserido neste contexto, o objetivo central deste artigo é destacar que o comportamento político violento que se propagou através das redes sociais, favoreceu tanto a agenda apontada por Renato Janine Ribeiro quanto a destacada por Paulo Arantes. Aparentemente, trata-se de um conjunto de enfoques conservadores que são, ao mesmo tempo, nocivos aos direitos humanos e atentatórios contra os valores democráticos que denotam as sociedades liberais contemporâneas.

Redes sociais e ascensão política da direita no Brasil

A partir do final de setembro de 2013, começou a circular pela Internet, uma série de notícias que destacavam a recusa de um aluno do curso de Relações Internacionais, de uma tradicional universidade privada de Santa Catarina, para realizar um trabalho acadêmico sobre Karl Marx. Insatisfeito, o estudante escreveu uma carta ao professor argumentando que, em função do histórico predomínio de intelectuais de esquerda no ambiente acadêmico-universitário brasileiro, havia uma notória falta de isonomia no processo de apresentação de teóricos dos campos da esquerda e da direita aos acadêmicos. Na carta, destaca-se a afirmação: *“Faço tempo que estou indignado com o que vem acontecendo em nosso país. Os meios acadêmicos e culturais cada vez mais fechados, os intelectuais de direita cada vez mais lançados ao ostracismo. Resolvi ser a voz de brasileiros que não encontravam espaço para se manifestar, seja por falta de meios, seja pelo próprio medo”*.

Este caso, é apenas um exemplo selecionado para demonstrar que no instante seguinte em que as manifestações de junho de 2013 desapareceram das ruas, a nova direita que se apropriou do movimento, dando a ele uma reorientação de classe média, passou a atuar nas redes sociais, trazendo para a vida política e social do Brasil a sua agenda de interesses.

Isso é um fato novo no cenário político brasileiro, pois desde a implantação da “Nova República”, período político que teve início com a eleição indireta do primeiro presidente civil em 15 de janeiro de 1985, depois de 21 anos de governos militares, não se percebia uma atuação tão intensa e orgulhosa de sua condição ideológica da direita nacional. Ser identificado à direita, rótulo associado ao passado de apoio político à ditadura militar, era algo que se evitava no Brasil desde que se tornou evidente o desgaste do autoritarismo brasileiro com a divulgação do resultado das eleições parlamentares de 1978, nas quais o Movimento Democrático Brasileiro, concorrendo com um número inferior de candidatos, 1.896 contra 2.109, praticamente empatou com a Aliança Renovadora Nacional em número de votos para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais, e obteve uma expressiva vitória para o Senado, recebendo 17,4 milhões de votos, contra 13,1 milhões da sigla concorrente. Ao que tudo indica, ao longo destes trinta anos de Nova República, a cultura política que estigmatizava a direita brasileira, associando-a ao governo ditatorial dos militares, acabou por perder o seu significado social. Os personagens deste tempo histórico, se já não desapareceram do cenário político, ocupam apenas papéis secundários, são agentes praticamente desconhecidos das novas gerações que, aparentemente, associam o regime militar a um passado romântico e distante.

Efetivamente, a agenda eleitoral que separava os candidatos por rótulos de identidade política, inserindo-os nos campos da democracia ou de regimes de exceção, consolidada nas eleições gerais de 15 de novembro de 1982, viveu seu último capítulo durante as eleições presidenciais de 1989, quando os reflexos da queda do muro de Berlim poucos dias antes da realização do segundo turno eleitoral, envolvendo Collor e Lula, ainda produziu efeitos sobre o comportamento político dos eleitores que acabaram por escolher Fernando Collor de Mello.

Depois da curta passagem de Collor pela presidência, cujo mandato foi interrompido por um processo de impedimento por “crime de responsabilidade do presidente” em 1992, as disputas eleitorais para o comando nacional até 2014, vinham sendo marcadas por agendas políticas que sempre submetiam o plano ideológico à uma dimensão secundária. Principalmente após a aprovação da emenda constitucional da reeleição presidencial em 1997, ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, temas como a estabilidade econômica, o combate à fome e a inclusão social, unidos à argumentação em favor de se manter ou se interromper a gestão governamental em curso, passaram a ocupar o espaço central de campanhas altamente profissionalizadas, orientadas pelos “magos” do marketing eleitoral.

Independentemente dos diversos elementos que possam servir de parâmetros para se diferenciar os governos do PSDB e do PT na presidência do Brasil durante o período subsequente ao ano de 1994, não se pode deixar de levar em consideração que em ambos é possível se verificar importantes ações de caráter sócio-inclusivo, como o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações associadas à escravidão e o estabelecimento de cotas para negros nas universidades públicas, durante o governo do “tucano” FHC, princípio que se estendeu para todos os cargos do funcionalismo público brasileiro em 2001 (MAGGIE e FRY, 2002), e de programas educacionais como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Federais), que, durante os mandatos dos petistas Lula e Dilma, democratizaram o acesso ao ensino superior no Brasil, concedendo bolsas para os estudantes de baixa renda nas universidades privadas, e ampliando o número de vagas nas universidades públicas ao criar novas universidades ou extensões das já existentes (COSTA, 2010; LIMA, 2014).

Resgatar este elemento de semelhança é importante porque até o momento em que ocorreram as manifestações públicas de 2013, o que se observava no Brasil era um processo crescente de aceitação tanto das políticas de inclusão social, quanto das ações governamentais direcionadas ao reconhecimento dos direitos das minorias. Pesquisas espontâneas realizadas por programas televisivos demonstravam o tempo todo o avanço de uma corrente da opinião pública tendente a reconhecer, em paralelo, o sentido justo dos governos reconhecerem as desigualdades históricas, e o direito de cada cidadão

poder decidir sofre os fatos relativos à sua vida, livre de imposições restritivas do estado. É evidente que haviam opiniões contrárias, geralmente manifestas em ocasiões informais e privadas, permanecendo restritas ao universo do que se considerava politicamente incorreto. Isso mudou sensivelmente depois dos protestos de 2013. A descoberta das redes sociais como meio de manifestação de opinião (LEMOS, 2008), inclusive política, criava um ambiente virtual de comunicação marcado por um grau de impessoalidade que obviamente não se encontra nas relações que envolvem o “olho no olho”, permitindo que o usuário de internet passasse a externar abertamente os seus ódios e preconceitos.

As campanhas para as eleições presidenciais de 2014 acabaram por associar os sentimentos de intolerância aos partidos e personagens da polarização partidária que se sedimentou nas duas últimas décadas. Neste contexto, sobre o Partido dos Trabalhadores recaíram os ataques mais agressivos. Provavelmente em decorrência da longa duração de seus governos, associaram às suas administrações todas as ações institucionais voltadas para a inclusão das minorias sociais, pelas quais externavam repulsa, inclusive as medidas de reparação racial, criadas por Fernando Henrique Cardoso. Aquela opinião pública liberal que se sobressaía antes de 2013, cedeu espaço para um onda conservadora que começou a se propagar através da internet. Desde então, as agendas impostas pela direita passaram a dominar as redes sociais no Brasil.

Sobre este tema, Javier Toret Medina (2016), ativista digital do movimento 15-M (Os Indignados) da Espanha, há pouco tempo alegou, de forma polêmica, que a esquerda brasileira perdeu as ruas por ser ruim na internet. Ao interpretar os gráficos demonstrativos das narrativas *online* sobre as manifestações públicas relativas à Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Espanha, Turquia, Hong Kong, Paris e as Jornadas de junho brasileiras, concluiu que somente no Brasil se verifica que quem organizava o movimento nas ruas não foi capaz de comandar a agenda cibernética (LÉVY, 1999) que reestruturava o significado dos protestos, a direita exerceu este domínio nas redes sociais.

Comparando o caso brasileiro com a manifestação de 15 de maio de 2011 em Madri, contra as políticas de austeridade impostas pelo governo de José Luis Rodríguez Zapatero, aparentemente, Toret negligencia uma multiplicidade de peculiaridades brasileiras que não devem ser relegadas ao segundo plano. Ao que tudo indica, o ativista digital espanhol atribui ao Movimento Passe Livre (MPL)

a direção das manifestações públicas de junho de 2013 no Brasil. Isso não é propriamente um erro, uma vez que um conjunto significativo de autores (ARLEY e RICCI, 2013; CATTANI, 2014; CAVA, 2014; GOHN, 2014; LOCATELLI, 2013) têm dado ênfase a este fato. Todavia, a interpretação da dinâmica das manifestações públicas que ocorreram nos grandes centros urbanos do Brasil no mês de junho de 2013 requer a observância acurada de certos fatores sutis que tendem a passar despercebidos.

Sendo assim, antes de tudo é preciso destacar que o embrião social do Movimento Passe Livre surgiu em 2003 em Florianópolis, capital de Santa Catarina, quando a construção de um terminal integrado de ônibus provocou, inicialmente, um aumento de 24% nas tarifas da única modalidade de transporte público presente no município. Os conflitos em torno do preço justo, envolvendo inclusive o Ministério Público que passou a contestar o valor estabelecido pela prefeitura, continuou a provocar reações populares nos anos subsequentes à construção do terminal. O fato mais marcante foi a Revolta da Catraca em 2004, quando um coletivo popular, liderado por estudantes universitários, passou a interromper, esporadicamente durante dias, as duas pontes que permitem o acesso à ilha de Santa Catarina. Em 2005, em uma plenária realizada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, capital vizinha ao sul de Florianópolis, o Movimento Passe Livre foi oficialmente instituído, nacionalizado. Sua principal bandeira reivindicativa passou a ser o custo zero para todos os transportes públicos urbanos do Brasil.

Ganhando destaque midiático por ter sido o proponente original da mobilização que, iniciada na capital paulista, espalhou-se, sobretudo pelos grandes centros urbanos do país, o Movimento Passe Livre rapidamente percebeu que não exercia o controle das ruas, principalmente em São Paulo, o epicentro dos protestos. As grandes aglomerações humanas passaram a exibir cartazes com as mais diversas reivindicações corporativas, e, os mascarados Black Blocs (SOLANO, 2014), a ocupar a linha de frente das ações práticas. Neste sentido, o ato mais simbólico ocorreu durante o 6º protesto, no dia 18 de junho de 2013, quando um grupo de jovens da classe média paulistana decidiu vandalizar a sede da prefeitura municipal de São Paulo, administrada pelo Partido dos Trabalhadores. Vale registrar que os transportes públicos urbanos da macrorregião da capital paulista são geridos pela Secretaria de Transportes

Metropolitanos do Estado de São Paulo, órgão ligado ao governo do estado, administrado desde 1995 pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Ciente de sua incapacidade de controlar as ações que ocorriam nas ruas, logo que entendeu terem sido contempladas as suas reivindicações básicas, o Movimento Passe Livre convocou uma coletiva de imprensa e anunciou a sua imediata retirada das manifestações públicas. Foi como se o Movimento Passe Livre estivesse a dizer que, a partir daquele momento, ele não poderia mais ser associado a nada que estivesse acontecendo nas ruas. Este é um dos fatores de sutileza que não deve ser desprezado. O Movimento Passe Livre foi o organizador original das manifestações e a sua bandeira de reivindicação sempre ocupou o papel central de todos os protestos, principalmente no que tange a divulgação midiática, porém, jamais controlou as ações que ocorriam nas ruas, principalmente em São Paulo. No Rio de Janeiro, as ações transcenderam às iniciativas dos Black Blocs e dos garotos de classe média talhados em academias de ginástica e aulas de artes marciais mistas, envolveu inclusive elementos de exclusão social, a população dos morros desceu para o asfalto e provocou diversos saques em estabelecimentos comerciais da cidade, dando também às ações práticas o sentido de criminalidade comum.

Outro elemento sutil e, talvez o mais importante, que merece atenção, associa-se ao fato de que São Paulo tem se firmado como polo estratégico do antipetismo. Apesar do histórico positivo de desempenho eleitoral do PT na disputa pelas prefeituras da unidade federada paulista, em 2012 recebeu 4,44 milhões de votos contra 3,51 milhões de votos de seu principal concorrente, o PSDB, o Partido dos Trabalhadores não tem conseguido repetir este desempenho nas eleições para o governo estadual e a presidência do país em São Paulo. Para se ter uma noção de como vem ocorrendo a disputa pela presidência do Brasil no território paulista, com exceção da eleição de 2002, na qual Luiz Inácio Lula da Silva venceu José Serra em todas as unidades federativas e, em São Paulo, recebeu 59,35% dos votos no segundo turno, desde 2006, de forma progressiva, os candidatos “tucanos” vêm obtendo significativa vantagem eleitoral sobre os petistas. Em 2006, Geraldo Alckmin obteve 52,26%, em 2010, José Serra conquistou 54,05% e, em 2014, Aécio Neves chegou a 64,31%. Este percentual assegurou ao candidato do PSDB uma vantagem de 6.807.906 votos sobre Dilma Rousseff.

Segundo informações publicadas pelo Instituto Datafolha, desde que se consolidou, a partir das eleições presidenciais de 1989, como a sigla partidária predileta entre os eleitores do município de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores atingiu o seu menor índice de popularidade na capital paulista no final de outubro de 2015, caindo para 11%. A preferência recorde entre os paulistanos havia sido de 35%, alcançada pouco tempo antes dos protestos de junho de 2013.

Para o imaginário social, a capital paulista é a principal referência de tudo que acontece no país, é o termômetro político do Brasil. Por conta dos quase 20 milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo, que sempre permitem a formação de imensos aglomerados humanos nos seus pontos tradicionais de protestos, entre os quais se destaca a Avenida Paulista, São Paulo tornou-se o centro das transmissões de uma mídia empenhada em depor o governo do Partido dos Trabalhadores.

Os novos movimentos de direita do Brasil que têm ocupado a linha de frente na organização dos protestos contra o governo de Dilma Rousseff, encontraram em São Paulo um ambiente notoriamente mais favorável do que se verifica nas demais unidades federadas. O que se percebe é que após 2015, os aglomerados de manifestantes nas ruas brasileiras têm refletido o resultado das eleições presidenciais de 2014. Enquanto São Paulo e Santa Catarina favorecem os grupos antipetistas, as capitais nordestinas, sobretudo Salvador e Recife, têm demonstrado um forte apoio ao governo. Em outras capitais relevantes, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, verifica-se um equilíbrio de forças. Apesar disso, a grande imprensa oficial tem ocultado as manifestações de caráter governista e sobrevalorizado os protestos em São Paulo, difundindo a impressão de que a Avenida Paulista é o espelho fiel do Brasil.

Javier Toret, quando interpretou os gráficos das narrativas na *web* sobre os protestos de 2013 no Brasil, não levou em consideração que naquele ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava que 49,46% dos usuários de internet no país residiam na região sudeste. Em São Paulo, principal referência populacional do sudeste brasileiro, 48% dos seus mais de 41 milhões de habitantes tinham acesso à internet. Na região nordeste, com 53,6 milhões de habitantes, apenas 20,17% das pessoas maiores de 10 anos faziam uso da rede mundial de computadores. O acesso à internet também reflete a disparidade

econômica que diferencia as regionalidades brasileiras, e a TV aberta ainda é o principal meio de informação dos brasileiros, estando presente em 97,3% dos lares. Concretamente, isso ajuda a compreender porque a direita vem dominando as redes sociais no Brasil desde as manifestações de 2013.

Outro fator importante é a divisão política que se tornou clara entre os brasileiros desde que foi proclamada a vitória eleitoral de Dilma, com 51,64% dos votos válidos, em 2014. Diferente do que Javier Toret descreve na Espanha, nas redes sociais do Brasil, não há entre os jovens um desejo ávido por saber o que acontece nas ruas, ou, pelo menos, receber informações que, no plano das preferências partidárias, não lhes cause agrado. Pelo menos desde 2015, tomar posição nas redes sociais em favor do impedimento político de Dilma, bandeira política da direita, ou contra o afastamento, posição da esquerda, acarretava numa avalanche de encerramento de amizades virtuais. O brasileiro já não suporta mais conviver virtualmente com quem não compartilha a sua visão política. É bem provável que este sentimento já se encontrasse em avançado grau de gestação em junho de 2013, afinal, a disputa eleitoral de 2014 não pode ser retirada de um contexto de polarização partidária entre tucanos e petistas que se arrasta desde 1994, com vitórias sucessivas do Partido dos Trabalhadores desde 2002.

Também não se pode desprezar o fato de que é muito mais fácil mobilizar as ruas contra os governos do que organizá-las a favor deles. No Brasil, jovens entre 16 e 35 anos de idade, não conheceram nenhum outro governo federal que não tenha sido do Partido dos Trabalhadores. Javier Toret não teria dificuldades para concordar que as pessoas tendem a não gostar dos governos, principalmente, quando não se tem outras referências de vivência para se estabelecer uma comparação. Ademais, por mais que concordemos que as manifestações espanholas de 15 maio de 2011 tenham feito ascender uma nova força política à esquerda, o (Unidos) “Podemos”, é inegável que os seus efeitos mais imediatos ajudaram a direita em seu projeto de retomada do poder. Poucos dias após as manifestações de Madri, o Partido Popular, de centro direita, venceu as eleições gerais espanholas.

O avanço político global da direita

Como bem avaliou Boaventura de Sousa Santos (2015), o atual avanço político da direita é um fenômeno global. No continente do renomado pensador português, o avanço da extrema-direita, em particular, já vem provocando inquietações na União Europeia (STIGLITZ, 2016), principalmente por colocar em risco a política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico sob sua jurisdição.

Em janeiro de 2016, a líder do partido de extrema-direita alemão “Alternativa para a Alemanha” (AfD), Frauke Petry, para marcar posição contra a decisão de Angela Merkel de abrir as fronteiras nacionais para os refugiados, defendeu o uso de armas de fogo para impedir a entrada de imigrantes em seu país. Descrevendo Merkel e seu governo como “traidores da raça” e se referindo aos alemães como “comunidade de sangue”, expressões chaves do nazismo, a plataforma política do AfD pede mudança nos currículos nacionais de história para acabar com a ênfase na crítica ao nazismo, incentiva as mulheres alemãs a ter três ou mais filhos, sugere a redução da idade de responsabilidade penal para 12 anos, propõe o aprisionamento perpétuo de doentes mentais resistentes à terapia e a obrigação de museus e teatros de promover a “cultura alemã” e não as estrangeiras. Embora o AfD ainda não possua representação no parlamento, nas últimas eleições, realizadas em março de 2016, obteve assento em 8 das 16 assembleias regionais alemãs.

Todavia, no contexto dos países germânicos, o caso da Áustria parece ser o mais preocupante. O “Partido da Liberdade” (FPÖ), anti-imigração e eurocético, venceu o 1º turno das eleições presidenciais austríacas em abril de 2016 e, por conta da anulação do resultado final das eleições, que havia estabelecido a derrota do FPÖ por um percentual mínimo de votos, o futuro político do país e a sua relação com a zona do euro continuou indefinido até 4 de dezembro de 2016, data em que se repetiu o segundo turno eleitoral, confirmando a derrota do candidato da extrema-direita. O candidato do FPÖ obteve 46,7% dos votos.

Na França, Marine Le Pen, da “Frente Nacional” (FN), tem alcançado índices de até 31% de intenção de votos para as eleições presidenciais de 2017, sendo a predileta entre os jovens de 18 a 25 anos de idade.

O discurso de cerceamento europeu ao processo migratório que decorre das crises políticas no norte da África e no Oriente Médio desde a Primavera Árabe, tem beneficiado a extrema-direita até mesmo nos países nórdicos, sempre vistos como referências do estado social e dos direitos humanos na Europa. Na Suécia, os “Democratas Suecos”, na Finlândia, os “Verdadeiros Finlandeses”, e, na Dinamarca, o “Partido Popular Dinamarquês”, desde 2011 vêm obtendo significativas vitórias nas eleições parlamentares, alcançando percentuais de votos bem acima das suas médias anteriores.

O mesmo processo se verifica na Suíça, nação conhecida por sua diplomacia internacional, onde o “Partido Popular Suíço” (SPV) passou a comandar o poder executivo após vencer as eleições parlamentares de outubro de 2015 com 29,4% dos votos. Isso ocorreu depois do partido liderar, no início de 2014, a campanha pelo voto “sim” no plebiscito interno que tratava da limitação à imigração no território europeu.

Nos países da antiga “cortina de ferro”, o grande avanço da extrema-direita na Hungria e na Polônia também tem chamado atenção dos estudiosos do comportamento político. Nas eleições legislativas húngaras de abril de 2014, o partido neofascista, antisemita e de perseguição aos ciganos, “Movimento por uma Hungria Melhor” (Jobbik), recebeu 20,7% dos votos dados à sua coalizão vitoriosa, também integrada pelo direitista “União Cívica Húngara” (Fidesz) e pelo “Partido Democrata Cristão” (KDNP). Na Polônia, 6º país em número de habitantes na Europa Central, o partido de extrema-direita “Lei e Justiça”, levantando a bandeira política de rejeição à zona do euro, venceu por ampla maioria, 39% dos votos, as eleições de outubro de 2015.

Mudando de continente, na parte norte da América, apesar de notícias animadoras como a formação do gabinete canadense de Justin Trudeau em 2015, pautado pela distribuição igualitária de gênero e de seus grupos étnicos, e do impactante desempenho do “socialista” Bernie Sanders na corrida eleitoral que envolveu os candidatos democratas pleiteantes à Casa Branca, o que de fato chamou a atenção, pelo menos no cenário da disputa presidencial nos Estados Unidos, foi a campanha “Faça a América Grande Novamente”, de Donald Trump. Pautado por uma agenda política centrada num nacionalismo agressivo, o candidato que antes de ser eleito presidente, havia vencido de maneira soberana as prévias do partido republicano, propôs a construção de um muro

na fronteira com o México, visando coibir a histórica entrada de imigrantes latinos ilegais pela fronteira sul, e um endurecimento das políticas nacionais de imigração e de antiterrorismo, objetivando dificultar a aceitação de mulçumanos no país.

Em um ensaio recentemente escrito para a revista *Spiegel*, o jornalista alemão Holger Stark afirma que ao contrário do que normalmente ocorre nos Estados Unidos, as pesquisas internas demonstraram que o eleitor que respondeu de forma positiva às propostas de Trump não são mais apenas os trabalhadores manuais e os desempregados, tradicionalmente preocupados em perder os seus postos de trabalho para os imigrantes ilegais, mas pessoas com renda familiar média de 72 mil dólares anuais, faixa econômica superior à renda dos eleitores de Hillary Clinton e de Bernie Sanders. Esta situação demonstra que também há um avanço do comportamento político conservador nos Estados Unidos da América.

No hemisfério sul do continente americano, as ações da direita brasileira têm chamado a atenção do mundo. Tido como referência estratégica tanto para o avanço da esquerda nos países vizinhos, quanto para a constituição de uma nova ordem política e econômica mundial depois da criação do bloco dos países emergentes denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil associado ao governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003, rapidamente se viu diante de uma profunda crise institucional e de descrédito político internacional decorrente do golpe parlamentar que promoveu o afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Após ter reduzido em 75% os seus índices de extrema pobreza entre 2001 e 2012, segundo apontamentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e de conquistar o posto de 6ª maior economia do mundo depois que suas reservas cambiais saltaram de 37,8 bilhões de dólares em 2002 para 376 bilhões em 2011, tornando-se o 10º maior credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2016, tendo quitado sua histórica dívida em 2005, o Brasil, que em consequência da expansiva credibilidade internacional conquistada pelos mandatos de Lula, também havia sido escolhido para organizar o campeonato mundial de seleções de futebol em 2014 e os jogos olímpicos de 2016, agora vivia um processo parlamentar de impedimento de sua presidente, consequência da decisão do Partido dos Trabalhadores de apoiar a

abertura de um processo legislativo que pretendia investigar diversos casos de corrupção envolvendo Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e correligionário do vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

As pretensões políticas pessoais de Temer, associadas à união entre líderes do PSDB, inconformados com as sucessivas derrotas eleitorais presidenciais, e parlamentares temerosos de que as investigações da polícia federal se estendessem à todas as siglas partidárias, visto que o governo, mesmo diante de uma clara ofensiva seletiva contra os seus quadros partidários, não dava indícios de que pretendia interferir nas ações da chamada “Operação Lava Jato”, permitiu a formação de uma sólida base parlamentar empenhada na missão de destituir o governo de Dilma Rousseff.

As justificativas para a ação de impedimento da presidente se assentavam numa suposta ilegalidade envolvendo artifícios contábeis que provocavam o retardamento na transferência de recursos de um fundo público para outro, prática corriqueira entre prefeitos, governadores e presidentes, no curso da história recente do país, denominada de “pedaladas fiscais”.

O pretexto de que as “pedaladas fiscais” configurariam “crime de responsabilidade da presidente” caíram por terra quando o Ministério Público, depois de analisar o caso, decidiu pelo seu arquivamento, entendendo que o artifício contábil não configurava operações de crédito, argumento central dos opositores de Dilma. Dias antes, uma perícia realizada por auditores do Senado, havia chegado à mesma conclusão, excluindo também o dolo da presidente nas manobras contábeis realizadas pelo Ministério da Fazenda. De todo modo, “operações de crédito” integram um conjunto de práticas ilegais que compõem a “Lei de Responsabilidade Fiscal” (Lei nº 101/00) e a “Lei de Crimes Contra Finanças Públicas” (Lei nº 10.028/00), configurando os chamados “crimes de responsabilidade fiscal”.

Embora este tipo de crime possa provocar a posterior inelegibilidade do gestor público e até a cassação do seu mandato se comprovado o dolo, no caso da figura presidencial, o impedimento do mandato é regido pela Constituição de 1988 que, seguindo a regulamentação da Lei nº 1.079/50, define os “crimes de responsabilidade do presidente” da República. De acordo com a norma, o crime

de responsabilidade se caracteriza quando o presidente, dolosamente, pratica um atentado, um ato de ruptura extrema contra a ordem constitucional.

Todavia, o que se verificou no decorrer do processo *Lato Sensu* de impedimento político e jurídico de Dilma, inclusive nos momentos de votação, foram discursos que privilegiavam a impopularidade da presidente, fato que se notava através das pesquisas de opinião pública e dos protestos antigoverno nas ruas. Contrariando o sistema de governo definido pela Constituição de 1988, um conjunto de justificativas presentes nas democracias parlamentaristas foram utilizadas para tentar legitimar a deposição de uma governante presidencialista.

A defesa da ideia de que a presidente havia perdido o apoio dos seus eleitores ou que já não reunia condições de reorganizar a sua base parlamentar e, por isso, deveria deixar o governo, provocou uma notória ruptura com a cultura política presidencialista do país, inserindo o seu processo de deposição no bojo, incontestado, do conceito de golpe de estado. Ademais, dois dias após o Senado decidir pelo afastamento definitivo da presidente, aparecia publicada no Diário Oficial da União uma nova lei de orçamento (Lei nº 13.332/16) que autorizava alterações em suas regras sem a aprovação do Congresso Nacional, permitindo a Michel Temer, as manobras orçamentárias que motivaram o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Isso somente foi possível porque as manifestações públicas organizadas pela nova direita brasileira dizimaram a popularidade de Dilma. Em dezembro de 2014, uma pesquisa eleitoral do Instituto Datafolha apontava que a presidente recém-eleita contava com o apoio de 52% da população brasileira, percentual semelhante aos 51,64% que ela havia obtido no segundo turno presidencial, ocorrido em 26 de outubro daquele ano. Os entrevistados que consideravam seu governo como ótimo ou bom eram 42%, e os que diziam ser ruim ou péssimo, reprovando sua administração, representavam apenas 24%. Em fevereiro de 2015, depois que se alastrou a propaganda de austeridade decorrente de um plano de ajuste fiscal que tentaria amenizar os efeitos negativos da crise mundial que se acentuou a partir de 2011, Dilma viu sua popularidade despencar para 23% de ótimo ou bom, sendo que 44% passaram a considerar seu novo mandato ruim ou péssimo. Houve praticamente uma inversão dos seus índices de aprovação e reprovação no decorrer de um prazo de apenas dois meses.

Era a primeira vez, desde que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo brasileiro em 1 de janeiro de 2003, que um dos mandatos nacionais do Partido dos Trabalhadores apresentava índices alarmantemente baixos de popularidade. Isso provocou uma intensa ofensiva dos grupos que, desde a campanha eleitoral, promoviam violentos ataques virtuais contra Dilma e o estafe do petismo, fragilizado por conta do massivo espetáculo midiático que se construiu em torno da corrupção na Petrobras.

No dia 15 de março de 2015 aconteceu o primeiro dos cinco grandes protestos nacionais que acabariam se transformando, no curso de seus efeitos, em justificativa para se tramar a deposição de Dilma Rousseff. Os protestos, cuja agenda, com o tempo, passou a estar associada às datas consideradas simbólicas para a direita brasileira, como o 13 de dezembro, dia em que foi instituído, em 1968, o mais repressivo dos Atos Institucionais do período ditatorial militar, o AI-5, que entre outras medidas de exceção, fechou o Congresso Nacional, proibiu o habeas-corpus para os casos de crimes políticos contra a segurança nacional e instituiu a censura no país, passaram a dar visibilidade política a agentes e movimentos de direita que até pouco tempo atrás eram totalmente desconhecidos no cenário nacional.

Se a intensa atuação virtual da nova direita após os protestos públicos de 2013 favoreceram a ascensão eleitoral em 2014 de personalidades conservadoras que atacavam violentamente as políticas nacionais de desarmamento civil, direitos humanos, inclusão econômica e ações afirmativas, entre as quais se destacou Jair Messias Bolsonaro, as manifestações iniciadas em março de 2015 colocaram em evidência movimentos e atores empenhados em desestabilizar o governo federal e interferir, através de pressão social, nas decisões parlamentares e judiciais. O visível sucesso de sua estratégia, que resultou no afastamento da presidente do país, aparentemente provocou um corte de ruptura temporal no processo de cultura política democrática que teve início em 1985, quando foi instituída a “Nova República”. O Movimento Brasil Livre e Kim Kataguiri, seu representante mais destacado, são expressões desta nova corrente da direita nacional.

Embora a ascensão da direita seja um fenômeno de dimensões globais, os conflitos que serviram de combustível para alimentar o seu atual estágio de prestígio, também são utilizados para dar sentido particularizado às suas

diferentes dimensões de alcance político. Europa e Estados Unidos da América assumem políticas de segregação humana que aparecem identificadas a uma suposta necessidade de contenção migratória e de combate ao terrorismo internacional (BAUMAN e BARDONI, 2016), Argentina e Brasil, exemplos mais bem sucedidos de capitalismo tardio na América do Sul (GRACIARENA, 1967; CARDOSO e FALETTTO, 1970), ingressaram agora numa segunda e, nova fase, de receitas neoliberais.

Depois de viverem experiências semelhantes ao que ocorreu na Europa nos anos 80 e 90, quando os governos de direita promoveram, ao mesmo tempo, uma agressiva política de redução patrimonial do estado e de flexibilização dos direitos do trabalho, heranças dos tempos da social democracia europeia (ANDERSON, 1995), o que se verifica neste momento, tanto na Argentina quanto no Brasil, é um veloz e voraz bloqueio da direita às políticas de equidade social instituídas pelos governos de esquerda nos últimos quinze anos.

No caso do Brasil, o pacote neoliberal que passou a caminhar ao lado de medidas conservadoras de segregação às minorias sociais que se dinamizaram durante a legislatura federal de 2015, considerada a mais conservadora da curta trajetória de redemocratização do país, negando-lhes o direito de equiparações jurídicas, agora, em consequência do modo peculiar no qual se deu a chegada da direita ao comando do executivo nacional, também se percebe uma clara tentativa de cerceamento de direitos civis e políticos, visando conter a livre manifestação de opinião e de organização coletiva.

Na Argentina, somente nos seis primeiros meses do governo da direita democraticamente eleita, representada por Mauricio Macri, os índices de pobreza subiram para 32,6%, provocando o surgimento de mais 1,4 milhão de pobres. De acordo com os dados oficiais do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC), 6,3% da população argentina já se encontra em situação de indigência. As medidas de ajuste econômico implantadas após o representante do partido “Proposta Republicana” (PRO) assumir o comando argentino em 10 de dezembro de 2015, auxiliado por um gabinete ministerial amplamente ligado ao mercado financeiro e às empresas transnacionais, provocaram um acelerado processo de empobrecimento populacional que advêm do impactante aumento nas tarifas de serviços públicos como gás, água e luz, que tiveram acréscimos entre 300 e 2000%.

Dos 42 milhões de habitantes argentinos, 13 milhões são de pessoas pobres e, segundo um estudo realizado pela Universidade Católica Argentina, começa a despontar neste momento um seguimento de “novos pobres” no país, provenientes desta exorbitante carestia de vida. Trata-se de uma parcela da população que já não pode recorrer aos programas sociais do passado e, por isso, vão empobrecendo mais rapidamente do que os pobres tradicionais.

No Brasil, desde que se implantou o governo interino de Michel Temer, decorrente de um golpe de estado que provocou o afastamento de Dilma Rousseff, o que se tem presenciado é um contínuo processo de suspensão de políticas governamentais de caráter social e direitos humanos. Aproximando-se dos setores mais conservadores da direita nacional, visando construir uma aliança parlamentar que fosse capaz de garantir o afastamento definitivo da presidente, Temer anunciou, no ato de sua posse provisória, a extinção dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, dos Direitos Humanos, das Mulheres e da Igualdade Racial.

Ainda na condição interina, propôs a idade mínima de 70 anos para a aposentadoria das novas gerações, a suspensão da antecipação do 13º salário dos aposentados, o abandono da meta de construir dois milhões de moradias populares até o final de 2018, a interrupção do programa nacional de combate ao analfabetismo de jovens e adultos, a redução de 45% dos recursos previstos para as universidades federais em 2017, o término de bolsas de estudos no exterior para alunos de graduação e uma drástica redução nas bolsas de iniciação científica que as universidades recebem todo ano do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Todavia, no sentido contrário destas medidas de ajuste fiscal, Michel Temer sancionou, sem vetos, propostas que reajustaram em 41,5% os salários dos servidores do Poder Judiciário e em 12% dos membros do Ministério Público. Os aumentos de remuneração publicados no Diário Oficial de União de 21 de julho de 2016, segundo cálculos do governo interino, provocariam um impacto de 4,7 bilhões de reais no orçamento da União do próximo ano. Em 2015, a presidente Dilma havia vetado o projeto que pretendia reajustar os salários do Poder Judiciário até 2017.

Confirmado, em definitivo na presidência, Temer conseguiu que sua base parlamentar aprovasse na Câmara dos Deputados duas medidas de extremo

impacto social. A primeira é um projeto de emenda constitucional (PEC 241/55) que “congelou” por 20 anos os recursos governamentais destinados à saúde e à educação do país. A segunda é uma proposta que retirou a exclusividade da Petrobras explorar todos os campos petrolíferos do pré-sal. Esta iniciativa que visa abrir espaço para as grandes multinacionais explorarem o petróleo brasileiro, contrasta com a aprovação em 2013, pelo Congresso, de um fundo social que reverteria 50% dos recursos das novas reservas de petróleo à educação nacional.

Desde que as instituições responsáveis por assegurar os valores da democracia liberal começaram a apresentar fortes indícios de desvirtuamento de suas funções, abrindo caminho para o golpe de estado, uma série de acontecimentos que podem ser descritos como exemplos de censura e de repressão às manifestações de liberdade passaram a ocorrer com muita frequência no Brasil. As ações policiais que buscavam a todo custo impedir os protestos visuais contra Michel Temer e a Rede Globo de Televisão durante a cobertura mundial dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, não podem ser consideradas um mero fato isolado.

Para se ter ideia do desvirtuamento institucional que vem ocorrendo no país, visando se precaver das arbitrariedades praticadas pela Força Nacional nas arenas esportivas, um advogado mineiro, disposto a protestar, ingressou com um pedido judicial de habeas corpus preventivo para poder se manifestar livremente durante as olimpíadas. O seu pedido foi negado por uma juíza de Belo Horizonte que considerou que um papel com palavras contra o presidente interino estaria “*instigando a violência*” e colocando em risco a “*ordem pública*” e a “*integridade física*” dos presentes.

Outra decisão jurídica estranha aos valores democráticos ocorreu recentemente em São Paulo. O juiz encarregado de uma solicitação indenizatória contra o estado, no caso que envolvia um jornalista que perdeu a visão de um olho após ser atingido por uma bala de borracha disparada pela polícia militar estadual, enquanto desempenhava a sua profissão durante um protesto, decidiu ser improcedente o pedido, considerando ser o dano, um efeito de “*culpa exclusiva*” da vítima que se colocou “*na linha de frente do confronto*”.

Esta decisão que visa legitimar e tornar ilimitado o poder de violência do estado, aparentemente está em perfeita sintonia com os comentários virtuais conservadores que passaram a enaltecer a brutal e ostensiva repressão policial

que se instaurou no país para tentar conter os protestos de resistência ao golpe político, jurídico e midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff. A direita que atua nas redes sociais do Brasil agora afirma que não haveria violência policial se as pessoas, ao invés de protestarem, ficassem em casa, mantendo a ordem e a paz nas ruas.

Sobre este assunto, quaisquer análises comparativas demonstrariam que apesar das ruas também estarem repletas de manifestantes e, alguns deles, serem excessivamente agressivos e hostis, nunca houve registros de repressão policial aos protestos organizados pela direita desde 15 de março de 2015. Havia muita segurança e comodidade para protestar contra o governo do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, principal centro dos protestos, o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, tornava gratuito o transporte metroviário nos dias de manifestação e, a polícia militar, normalmente saudada com aplausos pelo público, retribuía pousando para as diversas seções de fotos que eram solicitadas pelos manifestantes.

A interação harmônica que uniu policiais e manifestantes nos atos paulistas em favor do *impeachment* presidencial foi totalmente atípica. Denunciada ao lado do governador do estado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2016, pela Organização Não Governamental (ONG) “Conectas”, a polícia militar de São Paulo sempre se notabilizou por reprimir violentamente os movimentos contestatórios. Em função disso, no dia 20 de outubro de 2016, um magistrado da 10ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, condenou o governo paulista a pagar indenização de 8 milhões de reais ao Fundo de Proteção aos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, pela violência policial nas manifestações de 2013. Salvo em “situação excepcionalíssima”, proibiu a polícia militar estadual de usar armas de fogo, balas de borracha e gás lacrimogênio em protestos públicos.

Conhecedor do comportamento operacional da polícia de São Paulo, um integrante do Ministério Público paulista, responsável pela investigação de policiais suspeitos de terem assassinado duas pessoas que já estavam rendidas na zona oeste da capital, revoltado com a paralização das vias públicas durante as jornadas de junho de 2013, usando as redes sociais, fez a seguinte solicitação ao seus seguidores virtuais: *“Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um*

bando de bugios revoltados parando a Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filhos da puta. Não fazer protestos na puta que os pariu. Que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borracha nas costas dos merdas”.

Por causa da repercussão negativa desta postagem que retrata, ao mesmo tempo, o comportamento político violento através das redes sociais, o conhecido perfil agressivo da Polícia Militar de São Paulo e o ódio de alguns agentes jurídicos ao Partido dos Trabalhadores, o autor da publicação acabou sendo suspenso de suas atividades por apenas quinze dias. Aparentemente, a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) somente aconteceu, porque se tratava de uma reincidência. Dois anos antes, ao sugerir o arquivamento do processo contra um policial que havia matado o suspeito de uma tentativa de roubo de veículo, acompanhado de um comparsa, o integrante do Ministério Público em destaque declarou: *“Lamento que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para o inferno. Fica o conselho ao policial: melhore sua mira”.*

Uma vez esclarecida esta questão, é salutar destacar que assim que se intensificaram as mobilizações populares contra o golpe, que começava a dar evidências de êxito depois que Lula foi conduzido coercitivamente para depor numa sala da Polícia Federal no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 4 de março de 2016, as iniciativas institucionais de cerceamento ao direito de expressão e de organização política e social começaram a se tornar cada vez mais frequentes no país.

Entre os casos mais preocupantes, vale destacar o do dia 29 de abril de 2016, quando, atendendo ao pedido de dois alunos que impetraram uma ação de “obrigação de não fazer”, objetivando a nulidade da convocatória de uma assembleia do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pretendia discutir o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, uma magistrada de Belo Horizonte suspendeu a realização do evento, proibindo inclusive, a convocação de quaisquer outras assembleias destinadas a tratar do referido assunto. Neste caso, observa-se uma decisão que, além de violar os artigos 3º e 5º da Constituição de 1988, que asseguram os direitos de liberdade de expressão e reunião, também negligencia o artigo 13º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, o artigo 19º,

da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, versando sobre o mesmo tema.

Ainda enfocando a mesma questão, é preciso mencionar que este não foi o primeiro caso envolvendo a Faculdade de Direito da UFMG. No dia 3 de março de 2016, uma de suas docentes, nascida na Itália, depois de uma suposta denúncia anônima, se tornou alvo de um inquérito da polícia federal que alegava ter conhecimento do seu envolvimento com partidos políticos e sindicatos no território nacional. A acusação baseava-se no “Estatuto do Estrangeiro”, legislação editada durante a ditadura militar que, desde a promulgação da nova Constituição Federal, adquiriu sentido de inconstitucionalidade por ser incompatível tanto com o artigo 5º, que também dispõe sobre a isonomia de liberdade de expressão entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, quanto com os já discutidos tratados internacionais de direito aos quais o Brasil se encontra associado.

Situação semelhante viveu a Universidade Federal de Goiás (UFG). Depois de ser notificada pelo Ministério Público Federal goiano que estaria desde o dia 8 de abril de 2016 impedida de realizar atos ou discussões políticas tratando do impedimento da presidente Dilma Rousseff em suas dependências, em junho, se viu diante da possibilidade de ter que responder a um procedimento de investigação instaurado pelo procurador do mesmo órgão judicial, objetivando averiguar se a direção da universidade havia autorizado uma suposta troca das placas de “masculino” e “feminino”, dos seus banheiros, para “social” e unissex”, em favor da política de igualdade entre os gêneros. Nestes dois casos que envolveram a UFG, a primeira decisão feriu os dispositivos jurídicos apontados no caso anterior e, a segunda, agrediu o artigo 207 da Constituição Federal, que dispõe sobre a autonomia administrativa das universidades federais brasileiras.

Entre as situações que envolvem a violação constitucional do direito de liberdade de expressão e reunião, ainda vale mencionar pelos menos mais dois casos. O primeiro ocorreu na noite do dia 12 de março de 2016, quando policiais militares armados com pistolas e metralhadores cercaram com viaturas e invadiram a plenária do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, em Diadema, alegando, sem mandado judicial, terem interesse em saber qual era o motivo daquela reunião noturna. Era um ato de solidariedade ao ex-presidente

Lula, submetido, dias atrás, ao depoimento coercitivo da polícia federal. O segundo acontecimento se deu no dia 30 de abril de 2016, quando um evento de mulheres organizado pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) para discutir o tema “legalização do aborto”, foi interrompido, sem autorização judicial, por soldados da guarda metropolitana de São Paulo que alegavam terem recebido denúncias de que naquele local estariam ocorrendo condutas fora da lei.

Uma observação atenta destes acontecimentos nos permite perceber que em alguns casos as arbitrariedades institucionais ultrapassaram os limites da restrição ao livre direito de expressão e reunião e ingressaram no campo dos comportamentos sociais. Nos casos das placas dos banheiros da Universidade Federal do Goiás e da discussão sobre a legalização do aborto na Faculdade Paulista de Serviço Social, também há uma clara tentativa de reprimir condutas concebidas como afronta aos padrões convencionais de comportamento. Isso tem a ver com os reflexos sociais do avanço de um grupo de extrema-direita, cujas ações políticas estão sendo destinadas à reafirmação dos padrões conservadores de costumes da sociedade brasileira.

Sobre este tema, o projeto de lei nº 193/16, conhecido como “Escola sem Partido”, de autoria do senador Magno Malta, do Partido Republicano do Espírito Santo, ligado à igreja Assembleia de Deus, tem se destacado no campo das medidas conservadoras que estão em trâmite no Congresso Nacional. Denominada de “lei da mordaca” por seus críticos, é uma medida que ultrapassa os limites da preservação dos costumes tradicionais da sociedade brasileira, adentrando também na dimensão do cerceamento à livre opinião, resguardada pelo artigo 5º da Constituição de 1988, e da restrição à liberdade de ensino, protegida pelo seu artigo 206.

A iniciativa do senador capixaba é mais uma ramificação do projeto de lei nº 867/25, apresentado à Câmara dos Deputados em março de 2015 pelo deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, objetivando incentivar o surgimento de anteprojetos semelhantes nas Assembleias Legislativas estaduais e nas Câmaras de Vereadores municipais de todo o país para produzir um ambiente favorável à sua aprovação no Congresso Nacional. Criado por um procurador paulista que não gostou de saber que um dos professores de sua filha comparou Che Guevara e São Francisco de Assis, alegando que ambos

abandonaram uma situação de conforto e se engajaram em causas que acreditavam, até o momento existe 14 projetos do “escola sem partido” em tramitação pelo país, destes, apenas três não foram apresentados por parlamentares ligados às igrejas evangélicas.

Sua intenção é aprovar uma emenda na Lei (nº 9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), estabelecendo o impedimento do que os seus propositores denominam de *“usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, livres de doutrinação política e ideológica”*. Ao que tudo indica, o projeto “escola sem partido” não é apenas uma crença ingênua de que é possível se criar um método educacional neutro que possa promover o repasse mecânico de conteúdos curriculares, trata-se de uma tentativa ideológica de eliminar a escola democrática e crítica, capaz de questionar as desigualdades e os preconceitos, discutindo abertamente as questões de gênero, de classe e de cor no Brasil. É um projeto de escola alinhado com a ideologia e os interesses da extrema-direita brasileira.

No contexto das agendas políticas conservadoras que vêm se propagando pelo país desde 2013, o “escola sem partido”, até o presente momento, tem se notabilizado por incentivar os pais de alunos a formarem redes virtuais de vigilância ideológica para constranger e inibir a liberdade de ensino de professores e de escolas. Sobre este tema, em março de 2016, a professora de história de um colégio de Curitiba se viu obrigada a se demitir do trabalho depois que uma de suas postagens na internet, de caráter político, acabou sendo interceptada e reproduzida numa rede social fechada composta por pais de estudantes.

Depois de postar a mensagem que dizia: *“Hoje vi crianças numa escola, vestindo preto e pedindo golpe, desprezando a democracia e exaltando o ódio”*, a professora que se referia a uma manifestação de crianças que, influenciadas pela opinião de seus pais, afirmavam que estavam protestando contra a corrupção, tornou-se alvo de reclamações que chegaram ao limite de solicitar o seu afastamento da escola. Mais tarde, o conteúdo do grupo virtual de pais acabou sendo divulgado e, entre os comentários mais agressivos e ideológicos, destacavam-se o seguinte: *“A diretoria do colégio deve tomar uma providência. Sou totalmente contra a ideologia de esquerda. Não aceito, em hipótese alguma, que professores fiquem doutrinando a minha filha. Se ela aparecer em casa com alguma ideia esquerdista, vai ter confusão”*.

A intenção de se promover o cerceamento à liberdade de ensino no Brasil parece encontrar ressonância nas palavras daquele estudante de Santa Catarina que, ao se recusar produzir um trabalho universitário sobre Marx, manifestou sentir falta do pensamento de direita no ambiente acadêmico brasileiro, que segundo ele, é dominado pelos intelectuais de esquerda. Tudo leva a crer que, pelo fato de ainda não se ver em condições de competir no campo educacional, a direita brasileira decidiu impedir a esquerda de se manifestar.

O “escola sem partido” também vem refletindo a divisão sócio-política que se observa no Brasil desde a proclamação do resultado das eleições presidenciais de 2014. A consulta virtual realizada pelo Senado para medir a opinião dos brasileiros sobre este tema, mostrava que até as 6 horas e 40 minutos do dia 21 de setembro de 2016, 182.937 pessoas haviam se manifestado a favor da aprovação do projeto de Magno Malta, enquanto 195.959 se mostravam contra. No dia seguinte à publicação desta parcial, sem promover nenhuma discussão com entidades representativas da sociedade, Michel Temer assinou uma medida provisória, instrumento do executivo brasileiro com poder de decreto-lei, reformando o sistema de ensino médio do país. Essa ação presidencial extinguiu a obrigatoriedade das disciplinas de educação física, artes, filosofia e sociologia na rede nacional de ensino. Os críticos do “escola sem partido” passaram a chamar a medida provisória de Temer de “escola que não pensa”.

Considerações finais

No cenário do avanço político da direita na América do Sul, no mesmo dia em que a Colômbia, acreditando que a paz em seus territórios “viria do céu”, recusou o acordo de paz entre governo e guerrilha FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), os brasileiros conheceram o resultado do 1º turno daquelas que já se notabilizam por ser as eleições municipais mais conservadoras desde 1982. Se o voto evangélico, orientado pelo bordão: *“Jesus Cristo é o único que pode trazer a paz que tanto desejamos”*, acabou sendo decisivo para a vitória do “não” no plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016, no Brasil, os efeitos sociais da interrupção do mandato presidencial de Dilma provocaram crise de negação de voto e encolhimento representativo da esquerda, duas

ocorrências que favoreceram a expansão eleitoral dos seus partidos políticos de direita.

Sobre a crise de negação de voto, vale destacar que a média de abstenções eleitorais no Brasil passou de 16,4% em 2012 para 17,6% em 2016, acréscimo de mais de 25 milhões de eleitores. Os votos brancos e nulos, pela primeira vez desde a universalização da urna eletrônica em 2000, ultrapassaram o percentual médio de 10% em eleições municipais, chegando a 13,6%. Neste cenário, 12 capitais acabaram registrando taxas de abstenção acima da média nacional. Para se ter ideia da gravidade do problema, a soma de abstenções e votos brancos e nulos, venceria o 1º turno municipal em 10 capitais brasileiras: Belo Horizonte (38,5%), Rio de Janeiro (38,1%), Aracaju (35,2), Porto Alegre (34,8%), São Paulo (34,8%), Porto Velho (33,4%), Cuiabá (30,8%), Campo Grande (28,2%), Curitiba (28,0%) e Belém (25,5%). Em São Paulo, o candidato vitorioso, que conquistou mais votos que a soma dos seus concorrentes, recebeu 3.085.187 votos, quantidade inferior aos 3.096.304 eleitores que recusaram quaisquer candidatos. No Rio de Janeiro, 1.866.621 cidadãos fizeram a mesma opção, superando os 1.395.625 votos correspondentes à somatória dos dois candidatos que se qualificaram para o 2º turno. Em Rio Branco, única capital vencida pelo Partido dos Trabalhadores, a recusa foi de apenas 4,10%, a menor do país. No aspecto geral, dos 103.302.896 brasileiros que votaram em candidatos em 2012, 0,83% ou 858.845 pessoas se mantiveram neutras em 2016, a definição dos eleitos coube a 102.444.051 eleitores.

A respeito do encolhimento representativo dos partidos políticos de esquerda, entre os seis partidos que integram o seu leque tradicional, apenas o inexpressivo Partido da Causa Operária apresentou desempenho eleitoral superior ao da última eleição, passando de 4.284 (0,004%) votos em 2012 para 5.689 (0,006%) votos em 2016. Os demais, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, sofreram retração eleitoral. O PSOL que havia recebido 2.388.70 (2,31%) votos em 2012, caiu para 2.097.623 (2,05%) votos em 2016, o PC do B retrocedeu de 1.880.028 (1,82%) votos para 1.767.051 (1,72%) votos, o PSTU de 176.336 (0,17%) votos para 77.952 (0,08%) votos, o PCB de 45.119 (0,04%) votos para 24.501 (0,02%) votos e o PT, que havia sido

o mais votado na última eleição, recebendo 17.273.415 (16,79%) votos, despencou para 6.821.754 (6,66%) votos em 2016, perdendo 10.451.661 eleitores, quantidade 60,51% menor do que obtivera em 2012. Seu desempenho médio entre 2004 e 2012 era de 15,8 milhões de votos.

A análise criteriosa dos números de 2016 demonstra que o encolhimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores decorre, em parte, da redução drástica de seus recursos de campanha. Com a proibição das doações empresariais, os investidores que sempre abasteceram o financiamento ilegal de campanhas no Brasil, conhecido como “Caixa 2”, aparentemente levaram em consideração a devassa seletiva que a “Operação Lava Jato” realizou nas receitas eleitorais petistas anteriores, não arriscando investir novamente nos seus candidatos. A perda do comando presidencial também pesou contra o PT. Mesmo não sendo possível comparar o volume de dinheiro investido nas campanhas de 2012 e 2016 em função da saída oficial das doações empresariais, é relevante apontar que o Partido dos Trabalhadores, maior arrecadador em 2012, tornou-se apenas o 7º em 2016, ficando atrás de PMDB, PSDB, PP, PSD (Partidos Social Democrático), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PDT. Para se ter noção da sua desvantagem, os 19,9 milhões obtidos através de doações pelo PT, foi 43,14% menor que os 35 milhões declarados ao TRE pelo PSDB.

O baixo investimento financeiro nas campanhas petistas deste ano também serviu para justificar o encolhimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores, porque uma análise cuidadosa da proporção de candidatos eleitos em relação à quantidade de concorrentes por cada sigla, pode relativizar o aspecto generalizante do seu mau desempenho em 2016. Observando as eleições municipais para vereadores de 2004 até 2012, percebe-se que o PT apresenta um aproveitamento médio de 12,01%. Em 2004, elegeu 3.681 (10,62%) dos seus 34.653 candidatos, em 2008, 4.168 (13,04%) dos seus 31.964 candidatos conseguiram se eleger e, em 2012, foram 5.067 (12,37%) eleitos entre os 40.960. Em 2016 o partido continuou na sua trajetória de crescimento proporcional, 2.795 (12,65%) dos seus 22.103 concorrentes acabaram eleitos. Contudo, em termos absolutos, sua representação nas Câmaras Municipais sofreu uma redução de 46,04% em comparação com o montante de vereadores eleitos em 2012.

Nas disputa pelas prefeituras, em 2004 o Partido dos Trabalhadores elegeu 411 (21,11%) dos seus 1.947 candidatos, em 2008, 508 (34,15%) dos seus 1.634 participantes foram eleitos, em 2012, 635 (34,73%) dos seus 1.829 candidatos se elegeram e, em 2016, obtiveram sucesso 256 (25,73%) dos seus 995 concorrentes. A média de 2004 a 2012 era de 30,0%. Em 2016, o PT ficou em situação intermediária entre a média das três últimas eleições e o índice inicial de 2004. Do ponto de vista absoluto, a legenda sofreu um encolhimento de 45,60%.

A unidade federada paulista é o parâmetro extremo dos efeitos negativos do antipetismo incidindo sobre o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2016. Epicentro dos protestos conservadores contra o seu governo e palco de sua pior derrota eleitoral em 2014, São Paulo “vivia a contradição” de ver o PT governando a sua capital e 8 municípios da sua região metropolitana (Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Carapicuíba, Embu, Franco da Rocha e Mauá), chamada de “cinturão vermelho” depois de 2012. No próximo ano, só Franco da Rocha continuará com administração petista.

O espaço deixado pela esquerda, sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores, está sendo ocupado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, seu opositor desde 1994. O resultado destas eleições mostra que o PSDB acabou se consolidando como o partido preferido do eleitor antipetista. No cenário de uma disputa em que a mesma direita que defendia a ruptura com o petismo em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e em parte do Rio Grande do Sul e dos estados do Centro-Oeste, negava, ao menos individualmente, ter contribuído para a deposição presidencial do PT nos estados do Norte e do Nordeste, os tucanos conquistaram 7 capitais brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Maceió, Teresina, Belém, Manaus e Porto Velho). Ocupando o espaço deixado pelo Partido dos Trabalhadores em São Paulo, além da capital paulista, venceram a disputa pelas principais cidades do cinturão metropolitano, passando a administrar 10 de seus municípios (Barueri, Itaquaquetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Rio Grande da Serra, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra).

No âmbito nacional, o PSDB passou de 13,9 milhões de votos (13,44%) em 2012, para 17,6 milhões (17,19%) votos no 1º turno eleitoral de 2016, um

acréscimo de 3.731.299 novos eleitores, crescimento de 21,60%. Os seus parceiros tradicionais não acompanharam o seu desempenho, o DEM passou de 4,5 milhões de votos (4,37%) em 2012, para 4,9 milhões de votos (4,77%) em 2016, aumento de 366.437 (7,5%) eleitores. O Partido Novo, representante da direita que debutou este ano, obteve apenas 38.512 (0,04%) dos votos dados a prefeitos no Brasil. Os partidos que tradicionalmente abrigam os candidatos evangélicos tiveram bom desempenho. O Partido Republicano Brasileiro (PRB), que no 2º turno elegeu Marcelo Crivella, representante da Igreja Universal do Reino de Deus, para administrar a cidade que é internacionalmente vista como o símbolo do comportamento liberal dos brasileiros, o Rio de Janeiro, passou de 2,5 milhões de votos (2,49%) em 2012 para 3,9 milhões de votos (3,79%) em 2016, acréscimo de 1.315.396 (33,88%) eleitores. O PSC passou de 1,7 milhão de votos (1,63%) em 2012 para 1,8 milhão de votos (1,72%) em 2016, aumento de 75.940 (4,21%) eleitores. O Partido Humanista da Solidariedade (PHS), mostrou o melhor desempenho, passando de 315.515 votos (0,31%) em 2012 para 944.590 votos (0,92%) em 2016, acréscimo de 629.075 (66,60%) novos eleitores.

A conclusão mais evidente é que a direita avança, mas a última pesquisa do instituto Vox Populi, realizada em outubro de 2016, aponta que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, com 35% das intenções de votos, lidera a corrida presidencial para 2018. Considerado o melhor presidente que o país já teve por 42% dos entrevistados, Lula tinha 29% nas amostras eleitorais de abril e junho, nas quais era considerado o melhor presidente por 45% dos pesquisados.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, P. **O nome da crise**.

Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/paulo-arantes/>> Acesso em 10/04/2015.

ARLEY, P. e RICCI, R. **Nas ruas**: a outra política que emergiu de junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2013.

BAUMAN, Z. e BARDONI, C. **Estado em crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BENEVIDES, M. V. A conversa mole da política. **Revista Lua Nova**: cultura e política. São Paulo: Volume 1, abril/junho de 1984.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CATTANI, A. D. **#protestos**: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CAVA, B. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013. São Paulo: Annablume, 2014.

CERVI, E. V. **PSDB y PT em las elecciones nacionales**. e-book: Flacso, 2006.

COSTA, F. **PROUNI**: o olhar dos estudantes beneficiários. Curitiba: Michelotto, 2010.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora UNIVALI, 2000.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRACIARENA, J. **Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

LEMONS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, A. B. **Qualidade da educação superior**: o programa Reuni. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

LOCATELLI, P. **#VemPraRua**. São Paulo: Companhia das Letras, **E-BOOK**, 2013.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: UNESP, 2009.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros na universidade. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, vol. 1, 2002.

MEDINA, J. T. **Esquerda brasileira perdeu as ruas porque é ruim na Internet.**

Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/esquerda-brasileira-perdeu-as-ruas-porque-e-ruim-na-internet-diz-ativista-digital-espanhol/>> Acesso em 10 de julho de 2016.

MENEZES, E. S. **A neurose obsessiva do discurso antipetista.** Disponível em:

<<http://www.sul21.com.br/jornal/a-neurose-obsessiva-do-discurso-antipetista-por-eduardo-silveira-de-menezes/>> Acesso em 11 de junho de 2016.

RIBEIRO, R. J. **Extrema-direita avança com ódio os direitos humanos.**

Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>> Acesso em 14 de março de 2015.

SANTOS, B. S. **Agressividade da direita é um fenômeno global.** Disponível em:

<<http://www.geledes.org.br/agressividade-da-direita-e-um-fenomeno-global-por-boaventura-sousa-santos/>> Acesso de 7 de março de 2015.

SOLANO, E. et. al. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black**

Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

STIGLITZ, J. E. **The euro and its threat to the future of europeu.** London: Allen

Lone, 2016.

Resumo:

Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro

A última década tem sido marcada por um avanço global das correntes políticas de direita. Na América Latina, o caso brasileiro vem inquietando os observadores da histórica instabilidade ibero-americana, desde que o poder de organização da direita nacional desencadeou uma série de contestações públicas que acabaram servindo de sustentáculo para um golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da presidência do país. Trata-se de um processo que teve início no momento subsequente às manifestações de junho de 2013, quando um discurso violento de direita passou a dominar as redes sociais no Brasil, favorecendo a ascensão de personagens e movimentos conservadores que se tornaram nocivos tanto para os direitos humanos, quanto para os valores liberais democráticos, provocando o bloqueio das ações governamentais de promoção de equidade, o retrocesso da legislação de proteção às minorias sociais, a instabilidade das instituições do poder nacional e o cerceamento das manifestações de liberdade.

Palavras-chaves: Direita; Redes Sociais; Comportamento Político Violento.

Abstract:

Violent political behaviour and the global advance of the right-wing: an analysis of the brazilian case

The last decade has been marked by a global advance of right-wing political currents. In Latin America, the Brazilian case has been disturbing the observers of the historic Ibero-American instability, since the power of organization of the national right initiated a series of public protests that ended up serving as support for a parliamentary coup that drove Dilma Rousseff away from the country's presidency. This is a process that began just after the demonstrations in June 2013, when a violent right-wing discourse starts to dominate social networks in Brazil, favoring the rise of conservative characters and movements that became harmful both for Human Rights and democratic liberal values, leading to a blockade of government actions to promote equity, a regression of legislation to protect social minorities, the instability of institutions of national power and the curtailment of demonstrations of freedom.

Key words: Right-wing; Social networks; Violent Political Behavior.

LA SOCIALDEMOCRACIA: PROPUESTA DE AGENDA PROGRAMÁTICA (DESDE Y PARA AMÉRICA LATINA)

Rafael Gustavo Miranda Delgado¹
rafaelgustavomd@hotmail.com

Introducción

Durante largos períodos del siglo XX la socialdemocracia logró detentar una hegemonía ideológica y de política económica, los avances del estado de bienestar y la democratización del Estado, la revolución hedonista de los 60 y 70, y las luchas ecologistas y del reconocimiento de las diferencias y de la emancipación: de género y étnicas de los 70 y 80, sumado a el aplastamiento de la Revolución húngara por el estalinismo, a las guerras coloniales de Argelia y Vietnam, y a la invasión francesa y británica al Canal de Suez, hicieron que sus competidores, el comunismo y el neoliberalismo, el estalinismo y el imperio Occidental, perdieran espacios en lo ideológico. Y en lo económico, la revolución keynesiana, doto a la socialdemocracia de elementos teóricos y operacionales para administrar a la economía capitalista y alcanzar mayor bienestar para los trabajadores.

¹ Profesor de pre – grado del área de política económica aplicada y de post – grado en la Maestría en Economía, Maestría en Ciencia Política, Doctorado en Ciencias Humanas y Doctorado en Estudios Políticos de la Universidad de los Andes Venezuela.

Sin embargo, el agotamiento del keynesianismo en la década de los 70 que rompió el consenso del Estado de bienestar y fue seguido por la preeminencia de la ideología neoliberal, y las tensiones generadas por el liberalismo moral en los votantes socialdemócratas tradicionalmente conservadores, pusieron fin a la edad de oro de la socialdemocracia que desde este punto ha venido perdiendo espacios en lo electoral y, especialmente, en lo intelectual. Esto ha permitido que en la actualidad los nacionalismos exacerbados y los populismos ganen espacios políticos, como el Frente Nacional en Francia, el Partido de la Libertad en Holanda y Austria, el Partido del Progreso en Noruega, la Alianza por Alemania y la elección de Donald Trump como presidente de Estados Unidos.

En América Latina los bajos niveles de industrialización, la alta heterogeneidad e informalidad del mercado laboral han generado lógicas de economía política que han impedido generar regímenes de bienestar con las características europeas. En lo electoral se observa que los partidos socialdemócratas han perdido espacio y cuando obtienen puestos de gobierno, no aplican políticas socialdemócratas, como en los casos de Alan García del APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) peruano y del segundo mandato de Carlos Pérez de Acción Democrática en Venezuela. Los partidos políticos socialdemócratas de la región han perdido su agenda programáticas, el Partido Nacional de Uruguay heredero del batilismo y el Partido Liberal Nacional de Costa Rica heredero del figuerismo han convergido hacia la centro derecha, y en ambos sistemas políticos han emergido nuevos partidos socialdemócratas, el Partido Acción Ciudadana y el Frente Amplio, respectivamente, pero en otros países como en Perú donde el APRA cuando fue socialdemócrata con Haya de la Torre no fue gobierno y cuando fue gobierno no fue socialdemócrata, o en Venezuela donde Acción Democrática convergió a la derecha, emergieron populistas, Alberto Fujimori por la derecha y Hugo Chávez por la izquierda, iniciando con el último un ciclo populista de Izquierda con Evo Morales en Bolivia, Daniel Ortega en Nicaragua y Rafael Correa en Ecuador. En la actualidad de otros países también encontramos como presidentes a *outsider* de derecha, generalmente empresarios, que incluso en su retórica hacen poca referencia a la justicia social y reducen lo político a la eficiencia, como Horacio Cartes en Paraguay, Juan Carlos Varela en Panamá, Mauricio Macri en Argentina y Pedro Pablo Kuczynski en Perú.

Así pues, se ha afirmado que la socialdemocracia es un fenómeno histórico irrepetible a nivel mundial y mucho menos en América Latina. Sin embargo, debemos advertir, que la socialdemocracia más que un fenómeno histórico específico es un conjunto de valores y objetivos concretos que pueden derivar en una agenda programática. Por ello, consideramos que la falta de creatividad política y la ausencia de agendas programáticas articuladoras de demandas legítimas, son las principales dificultades de la socialdemocracia contemporánea a nivel mundial y regional.

Por ello nos planteamos como objetivo de este artículo ofrecer una agenda programática contemporánea socialdemócrata para América Latina. Esta busca proporcionar horizontes de sentido y principios, evidenciando sus derivados de política, armonizar temas tradicionales como la desigualdad de ingreso con temas contemporáneos como la reconfiguración del espacio público con sus tensiones culturales, teniendo como valores fundamentales: la libertad y la justicia.

El artículo se presenta en tres momentos analíticos: *el individuo y la sociedad*, donde se presentan los principios éticos de la socialdemocracia y sus nociones emancipadoras y de empoderamiento del individuo, *la esfera política* donde se analiza a la democracia como un bien en sí mismo e instrumental para la justicia, y *la esfera económica* donde se rescatan luchas tradicionales como la equidad pero desde una perspectiva de las capacidades y se da mayor atención a las políticas para el crecimiento económico como instrumento generador de desarrollo. Finalmente se presentan unas breves conclusiones.

Individuo y sociedad

La socialdemocracia parte de un principio ético kantiano. Para Kant (2006) todo ser humano existe como fin en sí mismo, no como instrumento ni como medio, por lo que en todas las acciones siempre deben ser considerados como un fin, de allí la dignidad transcendental de todo ser humano por su Humanidad. Lo anterior separa a la socialdemocracia de sistemas socialistas no democráticos ni liberales, donde las sociedades son voluntaristas y los individuos instrumentos para alcanzar objetivos predeterminados por la vanguardia, y en su operatividad los separa de sistemas liberales conservadores que se conforman

con una igualdad de *jure* sin importar que las vidas que realmente llevan los seres humanos sean dignas o no.

Para los liberales conservadores, la libertad es consecuencia de un Estado mínimo y de derecho, con poderes y funciones limitadas, la libertad que persigue es la libertad individual, y su concepción de la igualdad se restringe a la igualdad ante la ley. Para la socialdemocracia el Estado tiene una función más ambiciosa, adicional a la libertad individual, busca la justicia social, la igualdad en libertades fundamentales. Esta, las libertades básicas equitativas, es la estructura fundamental de la socialdemocracia. Para la socialdemocracia, la libertad es el valor más elevado de la Humanidad pero para que este llegue a todos los seres humanos, no puede ser solo libertad de pocos individuos sino también la libertad de Sujetos colectivos, es decir, con justicia, con equidad en libertades fundamentales. La libertad es una cualidad propia de los individuos y la justicia es una cualidad relacional propia de interacciones en las sociedades.

La libertad de los liberales conservadores es la libertad de Locke (1997) (o negativa o de los modernos) del Estado de derecho, la autorización que tienen los individuos para hacer o no hacer sin la constricción o impedimento de ningún poder, son libertades individuales, la de la vida privada, es la protección contra el poder arbitrario y absoluto, es la libertad del más débil, la del ciudadano frente al Estado, la libertad como autorización. La libertad de Rousseau (2010) (o positiva o de los antiguos), la del republicanismo y la de la democracia, son libertades colectivas, la de la vida pública, la que dota de capacidad a los sujetos individuales y colectivos. La socialdemocracia entiende que estas libertades son interdependientes y asentadas en un origen común, que la libertad de los liberales es una premisa fundamental para la libertad pero que, a diferencia de ellos, si solo consideramos estas libertades como legítimas, la libertad puede ser solo formal. La socialdemocracia no solo se preocupa por construir instituciones justas sino por sociedades efectivamente justas.

La justicia es la primera virtud de las instituciones sociales y en una sociedad justa las libertades de igualdad de ciudadanía son garantizadas por derechos que se mantienen al margen del regateo político y del interés social. En una sociedad justa cada persona posee una inviolabilidad fundamental, la cual no puede ser violada por ningún motivo, ya sea la elección de una mayoría o un mayor bienestar para el resto de la sociedad, es decir, la justicia no puede estar sujeta a transacciones. El objeto primario de la justicia es la estructuración básica

de la sociedad, es decir, la forma en que las principales instituciones sociales como la constitución política y las principales disposiciones económicas y sociales, distribuyen los derechos y deberes fundamentales y determinan la división de las ventajas provenientes de la cooperación social. Este ordenamiento es fundamental ya que sus efectos se encuentran desde el principio, por lo que no pueden ser justificadas por cuestiones de mérito o demérito y define las perspectivas de la vida de los individuos. Una sociedad bien ordenada debe estar eficazmente regulada por una concepción pública de la justicia donde cada ciudadano acepte y tenga conciencia que los demás aceptan los mismos principios de justicia, y que las instituciones básicas satisfagan generalmente estos principios y que la sociedad civil sepa que así lo hace. Así, a pesar de las demandas excesivas, se reconocerá un punto de vista común donde las pretensiones puedan resolverse. Las diferentes concepciones de la justicia pueden estar de acuerdo en que las instituciones son justas cuando no se hacen distinciones arbitrarias entre las personas al asignarles derechos y deberes básicos. Una concepción pública de la justicia constituye el rasgo fundamental de una asociación Humana bien ordenada (RALWS, 1995).

La justicia como máximo valor social permite la armonía en las relaciones sociales y se abre a la pluralidad social. Solo una sociedad justa en sus dos dimensiones: la conmutativa que hace referencia a la relación entre los ciudadanos, y la distributiva que hace referencia a la relación del ciudadano y la sociedad civil en su conjunto, garantiza derechos iguales para que cada individuo pueda aspirar a sus objetivos personales y mantener un legítimo orden social.

Taylor (1994) advierte que el liberalismo se equivoca cuando parte de la premisa de un individuo autónomo, desprovisto de toda referencia de los elementos empírico que lo constituyen como tal, por ejemplo: sexo, raza y credo. Esto deriva en instituciones neutras e individualistas donde todos los individuos son libres de organizar su vida según los criterios de su autonomía racional. Sin embargo, esta política de universalismo exclusivamente procedimental y de igualdad abstracta, ignora elementos fundamentales que dan sentido a la vida de los individuos. La socialdemocracia reconoce y promueve activamente las ideas sustantivas sobre la vida buena propia de las identidades de los diferentes grupos sociales y las articula explícitamente como una política de reconocimiento a la diferencia.

La política, como la entiende la socialdemocracia, va más allá de lo relacionado con el ejercicio del poder, tiene su origen y está permanentemente relacionada con la tensión entre el cuerpo social estructurado y la parte de la no-parte que desestabiliza, cuestiona y desarma el orden establecido, a cuenta del principio vacío de la universalidad. No está determinada de antemano, trata de un esfuerzo efectivo y práctico que buscan cuestionar las instituciones y significaciones humanas, donde se encuentran y se confunden política y cultura. La cultura entendida como universalidad y patrimonio común administrado desde arriba, tienden a monoculturar, homogeneizar e invisibilizar las tensiones entre las diferentes identidades y cosmovisiones que se pueden plantear dentro de una sociedad. El evidenciar esta relación como lo busca hacer la socialdemocracia desnaturaliza la violencia estructural (ZIZEK, 2001 y BAUMAN, 1999)

Para la socialdemocracia la lucha por una justa redistribución de la riqueza y del poder son continuos históricos, y especialmente desde las décadas de 1970 y 1980 las luchas por el reconocimiento de las diferencias, por la emancipación, se han incorporado como prioridad en la agenda socialdemócrata. A la lucha por la distribución de la riqueza de la esfera económica y la distribución del poder en la esfera política, se le suma el reconocimiento en la esfera sociocultural.

El reconocimiento genera una relación no distorsionada con uno mismo y produce una cultura autoafirmativa propia y el aprecio de la sociedad en su conjunto, desnaturaliza las estructuras que impiden a individuos interactuar en términos paritarios ya que les confieren un valor cultural inferior, sufren una desigualdad de *status*. Las luchas libertarias de los *nuevos movimiento sociales* en contra de distintas subordinaciones y por las reivindicaciones a favor del reconocimiento de las diferencias que conciernen a la justicia y a la libertad como los movimientos antirracismo, antisexismo, antixenofobia, entre otros, están signando los conflictos sociales a nivel mundial y su articulación (que no es espontánea) y creación de cadenas de equivalencias democráticas que transformen su identidad, es un objetivo fundamental para la socialdemocracia. También se ha evidenciado como las reivindicaciones emancipadoras no pueden ser remediadas únicamente mediante la redistribución de ingreso, sino que se deben ampliar los espacios en los que las relaciones de poder estén abiertas a la

contestación democrática y reconocer lo extenso y complejo de las relaciones sociales (FRASER, 2000, 2005 y MOUFFE, 1999).

Estas voces subalternas en búsqueda del reconocimiento que hablan en un cuestionador, articuladas en una sociología de la ausencia como alternativa antihegemonica, otorga un cosmopolitismo que deriva en una inteligibilidad mutua, identificando que es común y que une, provocando una autorreflexión comprometida a escribir su historia que no tienen lugar en la versión *autorizada*, muchas veces sumergidas por el ruido de los mandatos estatistas, rompen el monopolio historiográfico de la voz de mando que busca universalizar su discurso de la relación con el pasado, estas voces nos relatan historias que por su complejidad tienen poco que ver con el discurso estatista central y son opuestas a simplificaciones, interrumpe el libreto de la versión dominante, rompe su argumento y cuestiona su coherencia, buscando subvertir la jerarquización que privilegia un conjunto particular de contradicciones como principales o dominantes (GUHA, 2002 y SANTOS: 2009).

En América Latina, por ejemplo, el proceso de colonialidad, entendido como el espacio simbólico y cognitivo donde se construyen sus identidades étnicas, es uno de los más claros ejemplos del uso de la cultura como instrumento de poder, donde la identidad racial de la población y su institucionalización de valor cultural fue la base para la clasificación poblacional. Lo que Quijano (1999 y 2004) ha denominado como la *colonialidad del poder*, donde unos se miran *naturalmente* superiores a otros por su división identitaria racializada, dio inicio a la organización total del espacio y del tiempo donde lo étnico transversa todo el orden social, quedando lo *indio* y lo *negro*, como los más bajos en dicha división, relegados a una identidad impuesta, homogénea y negativa, que buscaba olvidar las particularidades históricas, geográfica, socioculturales, lingüísticas, de sus memorias e imaginarios, negándole su contemporaneidad, despojarlos de su lugar en la historia en la producción de expresiones culturales.

Así, pues, la socialdemocracia entiende a la cultura desde una perspectiva *crítica*, como construcciones políticas, diálogos jerarquizados y problemáticos, y como lugares de tensiones atravesados por conflictividades, marginalización y desigualdades entre los actores que constituyen el cuerpo social. Por esto, su agenda busca visibilizar la diversidad, despertar los olvidos inducidos.

El razonamiento público es fundamental para reconocer la pluralidad de valores y para no aceptar ningún principio meta-social central de organización que no sea sometido a debate público. El razonamiento público promueve la libertad de autodeterminación, se exponen los intereses particulares y funda la idea de comunidad. Contribuye al reconocimiento del Otro, es decir, a la cultura democrática. La expresión y la evaluación política de la opinión pública, es decir, la formación de la voluntad en la esfera pública, es la máxima expresión de la sociedad civil.

Una sociedad justa y libre es la que potencia la subjetivación, el proceso de transformación del individuo a sujeto, donde el individuo se convierte en actor, ejerce control sobre sus vivencias y modifica su ambiente para que haya un sentido personal, una vida realmente biográfica.

El sujeto es la voluntad de un individuo de obrar y ser reconocido como actor, donde su conciencia es crítica a la sociedad y su voluntad es consciente de construir una experiencia individual pero con apego a una tradición comunitaria, una individualidad como capacidad práctica y realista de autoafirmarse, es libertad personal y movilización colectiva, fuerza de resistencia frente los aparatos de poder. El sujeto *no* es si no es social, el sujeto depende de su ser social, pero a diferencia de las leyes naturales que son dadas e inmutables, las leyes sociales pueden quebrantarse y ser escritas de nuevo. El individuo hecho sujeto ya no es un pasivo consumidor de normas sociales sino que es un productor de esa vida social y de sus cambios, el sujeto solo existe como movimiento social, como resistencia a las normas sociales preestablecidas, siendo capaz de la transformación reflexiva de sí mismo y de su ambiente, donde la capacidad y libertad de creatividad como capacidad de creación simbólica es fundamental (TOURAINÉ, 2000, ETZIONI, 1980 y BAUMAN, 2002).

El histórico actor colectivo en busca de subjetivación del socialismo ha sido los trabajadores. Sin embargo, la socialdemocracia contemporánea entiende que las injusticias manifiestas de la sociedad no se pueden reducir al economicismo materialista, por lo que el actor colectivo contemporáneo de la socialdemocracia, no por un devenir histórico sino por un compromiso ético, es el *pueblo*. El pueblo, según Gramsci (1981), es el bloque social de los oprimidos: los pobres, los pueblos originarios, las mujeres, las comunidades LGTBI, los defensores de los animales y de los ecosistemas, el Sur, la voluntad colectiva en

articulación política e ideológica, en acción de política transformadora, intersubjetiva y transversal.

Como advierten Laclau y Mouffe (1987), una de las principales dificultades del socialismo clásico es la centralidad ontológica de la clase obrera y la ilusión de su posibilidad de voluntad homogénea, y la reducción de la conflictividad política a las relaciones de producción, lo cual impide articular la variedad de reivindicaciones y antagonismos de las sociedades contemporáneas; no entiende la pluralidad ni la indeterminación de lo social. Una agenda contemporánea de izquierda, afirman los autores, debe ampliar y reformular los objetivos del socialismo clásico, multiplicar los espacios políticos e impedir que el poder sea concentrado en un solo punto, los instrumentos no deben ser la desaparición de la propiedad privada de los medios de producción o del Estado, sino la profundización y expansión de la democracia liberal en una amplia variedad de esferas.

La construcción del sujeto no es tarea exclusiva de los individuos singulares sino también de reivindicaciones transversales, de los recursos sociales, de la protección jurídica, y de la política, especialmente, de los derechos humanos y de la democrática, de allí el compromiso de la socialdemocracia con estos valores. Para que los individuos pasen a ser sujetos necesitan de un Estado y una sociedad que proteja y promueva la libertad, que los empodere. Las personas solo se individualizan en el camino de la socialización. El proceso de subjetivación exige que la esfera de la actividad personal sea defendida frente a poderes externos, políticos y económicos o de cualquier otra índole. Igualmente demanda que exista una igualdad en libertades fundamentales para que el individuo pueda, fuera de cualquier regateo político, económico o cultural, desarrollar sus potencialidades.

Partiendo de estos postulados, la socialdemocracia debe ser plural en lo cultural. Fomentar los valores interculturales rechazando cualquier discriminación por motivos de género, étnicos, credo, nacionalidad o cualquier otro.

La esfera política

La esfera pública es el espacio donde el individuo puede constituirse en sujeto. La política, especialmente la política democrática, es un elemento

constitutivo del proceso de subjetivación individual y colectivo, permite una reformulación de la vida ética sustantiva donde los miembros de comunidades solidarias toman consciencia de su recíproca dependencia en el proceso de subjetivación, y así, configuran, con voluntad y conciencia crítica, una asociación de sujetos libres e iguales. En la contemporaneidad, nuestras sociedades son más complejas y diversas y los sistemas democráticos buscan expandir las libertades fundamentales de cada individuo sin distinción de ningún tipo, y si bien en la sociedades contemporáneas el pueblo ya no puede ejercer el poder, si lo puede regular a través de las instituciones políticas, sociales y jurídicas, con la intención de buscar garantizar su libertad.

La socialdemocracia ve al Estado y su democratización como mecanismos para alcanzar los objetivos socialistas, busca la sociedad justa sin rupturas violentas con el orden social, su objetivo no es la sociedad proletaria sino la sociedad civil. Para el socialismo clásico el Estado solo podía ser una expresión de intereses explotadores burgueses, Marx, Engels y Lenin fijaron su atención en quien, y no en cómo, gobierna, en el sujeto y no en las instituciones de poder, por ello subvaloraron la democracia como motor de cambio del Estado. La socialdemocracia advierte que la apropiación social de los medios de producción derivaría en la destrucción ilimitada de las fuerzas productivas y el dominio político por la revolución de la clase trabajadora en una dictadura, sería una violencia sin objeto. La democracia política es indispensable para una sociedad socialista. La social democracia se ubica en la centro izquierda, aboga por una justicia democrática, que incluye el respeto de la democracia liberal por el Estado de derecho y las libertades individuales, pero también persigue objetivos igualitarios efectivos. La socialdemocracia es un tercer incluyente del liberalismo y del socialismo. Los liberales ponen de relieve la libertad individual sacrificando la justicia, el socialismo y el comunismo pretenden lograr la justicia a costa de la libertad, la socialdemocracia atribuye la misma importancia a estos dos valores (BOBBIO, 1995; BERNSTEIN, 1982; ANDERSON, 1993; PRZEWORSKI, 1986 e INTERNACIONAL SOCIALISTA).

La democracia presupone un Estado ya que es un sistema político para gobernar un Estado. La democracia también hace referencia a una forma específica de relación entre los individuos, la sociedad civil y el Estado. Se necesita de un conjunto institucional que dé certeza y regularidad a las interacciones sociales, una burocracia y un poder judicial que promueva la

subjetivación. El Estado liberal y el Estado democrático son interdependientes para garantizar los valores la socialdemocracia: libertad individual y justicia social.

Un Estado democrático debe caracterizarse por ser un Estado constitucional, que se inscribe en su propia legalidad, donde las leyes y las constituciones vinculantes garanticen la igualdad de los ciudadanos ante la ley. El gobierno es mandado y sujeto por la ley. El Estado democrático de derecho se distingue por tres condiciones: defiende las libertades políticas y las garantías de la democracia política, defiende los derechos civiles, y establece redes completas de mecanismos de controles y rendición de cuentas legalmente establecidos que comparten todos los agentes, es decir, nadie puede declararse explícita o implícitamente exento o por encima de la misma. Los derechos de la ciudadanía política y civil son universalistas y sancionados mediante procedimientos legalmente establecidos. (O'DONNELL, 1993; 2001 y 2008).

El Estado liberal y luego el Estado democrático han contribuido a emancipar la sociedad civil del sistema político. Pero es el liberalismo el que presenta mayor desconfianza del poder político. El liberalismo es el que plantea con mayor fuerza los derechos contra la mayoría, es decir, los derechos fundamentales que deben quedar fuera del regateo político. En la democracia liberal el gobierno debe estar limitado por el Estado de derecho, es el gobierno de la mayoría garantizando los derechos de las minorías. Aquí los ciudadanos son iguales ante la ley.

Pero, por supuesto, la sola existencia de constituciones y promulgación de leyes no garantiza el proceso de subjetivación. Se requiere también recursos e instituciones del Estado que los provean activamente, la efectividad de un sistema legal y constitucional que potencie los valores de la socialdemocracia y el empoderamiento del sujeto. La libertad individual en la concepción de la socialdemocracia no se reduce a esta dimensión negativa, también hace referencia a las libertades positivas, a las oportunidades que tengan los individuos de obrar, de ser reconocido como actor y de llevar la vida que reflexivamente deseen.

Habermas (2005) encuentra que la perspectiva democrática republicana, a diferencia de la liberal, incluye en su concepción de política lo ético y concibe a lo político como una práctica de autodeterminación ciudadana. A la arquitectura del Estado liberal que tiene como mecanismos de integración social el poder

administrativo y los intereses privados, incluye la solidaridad. La razón del Estado republicano no es la del Estado liberal de garantizar la igualdad de derecho, sino que es salvaguardar un proceso inclusivo de formación de opinión y de la voluntad común. La democracia equivale a una auto organización política de la sociedad. La sociedad civil cobra mayor importancia.

En la concepción republicana, que coincide con la socialdemócrata, existe una formación horizontal de la voluntad política dirigida a la comprensión mutua y a un efectivo consenso comunicativo. Así, pues, la comunicación política no puede ser deglutida por la administración pública ni reducida al mercado. Se genera la autonomía de la sociedad civil y la autodeterminación cívica. El ciudadano republicano, a diferencia del liberal, no se limita a gozar solo de libertades negativas, sino también de libertades positivas. Aquí la autoridad administrativa no es algo dado, esta autoridad emerge del poder de los ciudadanos que surge comunicativamente en la práctica de la autoformación, y se legitima ya que protege esta práctica mediante la institucionalización de la libertad pública. La razón de ser del Estado ya no reside primordialmente en la protección de iguales derechos privados, sino en la garantía de una formación comprensiva de voluntad y opinión, donde los ciudadanos libres e iguales acuerdan las metas y normas que reflejan el igual interés de todos (HABERMAS, 1994).

La democracia es un espacio público abierto, de dialogo y comunicación, donde los Seres Humanos son sujetos, es decir, los creadores de sí mismos, de su vida individual y de su vida colectiva. Armoniza los proyectos individuales con el derecho a identificarse con una colectividad social, es el espíritu democrático el que forma la conciencia colectiva de la subjetivación. En la democracia, los vínculos: Estado – sociedad política – sociedad civil, van del ultimo al primero, es la sociedad civil la que ordena a la sociedad política y esta la que controla al Estado. Mientras más densos sean estos vínculos, el Estado y la sociedad política serán más responsables ante la sociedad civil y promoverán el proceso de subjetivación. La democracia es la fuerza social y política que busca que el Estado responda a los intereses de subjetivación de los individuos (TOURAINÉ, 2000).

En la concepción socialdemócrata de la democracia, la sociedad civil debe ser autónoma y no regulada, y para que esto suceda, los poderes policéntricos como los movimientos sociales, los sindicatos, y todas las

asociaciones civiles deben formar un denso tejido social y ser independientes de las instituciones públicas. Si bien las interrelaciones sociales deben ser independiente de las relaciones políticas, también debe existir una dimensión comunicante entre estas relaciones. Aquí, los ciudadanos son activos y participantes. Un ciudadano activo y participante es aquel que se expresa en el razonamiento público y vela por el cumplimiento y ejecución de lo allí derivado, no solo se conforma con sus derechos privados, es un sujeto políticamente responsable y comprometido.

Esta concepción de la democracia es política pero no ignora la dimensión social y sus derivados no políticos. Está al servicio de los sujetos individuales y colectivos. Busca garantizar y promover las libertades individuales y la justicia social. Estos valores son universales ya que su dimensión pre – política busca proteger los derechos fundamentales de todos como seres humanos sin distinción de ciudadanía, y es particular porque responde a las especificidades de los valores intersubjetivos construidos por el razonamiento público. Promueve los intereses en común y regula institucionalmente los intereses en conflicto. Sus instituciones tienen como premisa la búsqueda de estos valores, la efectividad de la acción ciudadana en la formulación y ejecución de las decisiones políticas y que el gobierno sea responsable ante la ciudadanía y la ley. El gobierno socialdemócrata debe ser uno para la subjetivación.

Para la socialdemocracia es fundamental el razonamiento público, ya que promueve la libertad de autodeterminación de los sujetos individuales y colectivos. Reconoce la pluralidad de valores y no acepta ningún principio meta-social central de organización que no sea sometido a debate público. En el razonamiento público se funda la idea de comunidad universal y se pueden exponer los intereses individuales, lógica fundadora del proceso de subjetivación. Para poder ser sujetos, todos los individuos deben tener la oportunidad efectiva de ser informados acerca de los asuntos públicos nacionales y los debates internacionales sobre valores y derechos fundamentales, ya que son una fuerza significativa para desnaturalizar injusticias arraigadas en algunas sociedades.

Como nos recuerda Sartori (1988), la base y la esencia de la democracia es el gobierno mediante la discusión. Las elecciones es la última instancia, el último mecanismo donde se hace efectiva la opinión pública. El poder electoral en si es la garantía mecánica de la democracia; pero las condiciones de libertad

bajo las cuales los ciudadanos obtiene la información son las que constituyen las garantías sustantivas. Los conceptos mínimos y formalista hacen énfasis en la instancia mecánica de la opinión pública: las elecciones, la socialdemocracia debe hacer énfasis en esta dimensión sustantiva: la formulación y efectivación de la opinión pública. Las elecciones son el medio para un fin: un gobierno sensible y responsable para con la opinión pública. La opinión pública es ante todo y sobre todo un concepto político. Para que las opiniones sean políticamente relevantes y efectivas deben ser políticamente sensibles, es decir, estar expuesta a información verosímil y confiable sobre el estado de la *res publica*. Esto implica que una opinión sobre asuntos público debe ser una opinión expuesta a información variada y de calidad sobre los asuntos públicos. Las elecciones libres con una opinión que no sea libre no significan nada. Un soberano vacío no tiene nada que decir, sin la posibilidad de construir opiniones propias, es solo un sancionador, se limita a ratificar algo, un soberano de nada.

La calidad de la democracia esta intrínsecamente ligada a la libertad de opinión y a la altura del debate político. Por lo que se debe advertir que si bien la democracia permite el disenso, cuando en el razonamiento público se exagera este disenso con apelaciones a resentimientos y odio, cuando se cuestionan los derechos fundamentales de las minorías y sus mecanismos de protección, y se cuestiona la institucionalidad básica, las reglas de juego mínimas de la democracia, se están atacando sus valores, los fundamentos de la democracia. Por lo que el razonamiento publico efectivo para la democracia requiere una serie de requisitos de ética pública y pre-políticos como una cultura de compromisos con la justicia y sentido de empatía con la comunidad.

Adicionalmente, para promover la cultura de compromisos con la justicia y el sentido de empatía con la comunidad, el Estado debe permitir más protagonismo comunitario, es fundamental la participación comunitaria en la toma de decisiones para que más ciudadanos puedan influir efectivamente en el proceso de toma de decisiones, deliberación y aplicación de políticas. Los ciudadanos deben poder organizarse para la resolución de sus problemas inmediatos. El espacio comunitario es privilegiado para que las personas se traten mutuamente como fines y no como medios, unidos por lazos de afecto y compromiso mutuo. Se deben promover el reconocimiento de estos valores moderando los hábitos consumistas y destacando a las personas cuyos logros

son compatibles con la justicia. La socialdemocracia debe reconocer esta dimensión emocional de lo político (ETZIONI, 2000 y GIDDENS, 1999).

La esfera política también tiene la responsabilidad de que la sociedad no sea reducida al mercado, de que las desigualdades económicas insostenibles socialmente desaparezcan y de subordinar las lógicas económicas en aras de las libertades individuales y de la justicia social.

En América Latina, por ejemplo, tanto el populismo como el neoliberalismo han reducido la ciudadanía a una clientela que no tiene mayores recursos frente al gobierno y al mercado para poder transformar sus demandas en políticas públicas. Adicionalmente, especialmente en Centroamérica, con la excepción de Costa Rica, la liberalización política y la instauración de la democracia coincidió con políticas neoliberales que aumentó la desigualdad y la vulnerabilidad de la población. Todo esto ha impedido la paz social haciendo que los países de la región sean de los más violentos a nivel mundial.

Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales son indispensables para los objetivos socialdemócratas. A diferencia de los derechos políticos y civiles, que figuran en las presentaciones clásicas de los derechos de los seres humanos como las declaraciones americana y francesa, y que son libertades de la esfera privada, restricciones al poder, especialmente al poder del gobierno, los Derechos Económicos, Sociales y Culturales son libertades *para* o poderes, lo que implica una intervención directa del Estado, de la política social a fin de proporcionar instrumentos en forma de derechos a quienes están en inferioridad de condiciones, considerando relevantes las diferencias económicas, sociales y culturales. En la igualdad como diferenciación, la universalidad está en el punto de llegada, no se nutren del individualismo, demandan por cooperación social, por solidaridad, por arreglos sociales éticos y por un positivismo ético, porque los valores se hagan derechos y los derechos se hagan valores, y así, una conciencia universal de subjetivación (BOBBIO, 1991; PECES-BARBA, 1998; SEN, 2010 y MESSNER, 1967).

La esfera económica

Una de las principales continuidades del pensamiento socialdemócrata ha sido extender la democracia política a la esfera económica. Sí bien, luego de estar cubiertas las necesidades materiales básicas los ingresos adicionales y los

niveles más elevados de consumo no aportan mucho más a la autorrealización o felicidad de los individuos, es en la esfera económica, esencialmente, donde se resuelven temas como la pobreza, la desigualdad, el desempleo, la destrucción de la vida comunitaria y de los ecosistemas. La esfera económica tiene un importante potencial para brindar bienestar a los seres humanos. La socialdemocracia se aleja del socialismo clásico ya que no pretende la abolición de la propiedad privada ni del capitalismo ni el mercado, y se aleja del liberalismo, desde la aparición de la *teoría general* de Keynes, porque reconoce las limitaciones del mercado. La socialdemocracia contemporánea mantiene su preocupación por las desigualdades económicas y presta mayor atención a la desigualdad de oportunidades y a la generación de crecimiento económico como instrumento para el desarrollo.

Los neoliberales consideran al crecimiento económico como sinónimo de desarrollo, temas como la pobreza y la desigualdad tienen poco espacio en sus agendas ya que esperan que el crecimiento, naturalmente, resuelva estos problemas. Las políticas derivadas de este enfoque han sido: la liberalización irrestricta de los mercados reales y financieros y las privatizaciones. La socialdemocracia, basada en las reflexiones y evidencia empírica contemporánea, entiende que la dimensión social del desarrollo es igual o más significativa que la económica (en estrecho sentido) y la financiera. Que las políticas sociales no pueden ser un apéndice de las políticas económicas, sino que estas están intrínsecamente ligadas, que el bienestar social no puede quedar al margen de las nociones de eficiencia económica. Los derivados de políticas que se desprenden para la agenda socialdemócrata es el fortalecimiento de los vínculos entre crecimiento económico y desarrollo y, especialmente, el fortalecimiento de las capacidades básicas, prioritariamente.

Las economías de los países de América Latina tienen como principal reto el desarrollo. Hoff y Stiglitz (2002) y Adelman (2002) advierten que la perspectiva neoclásica afirma que la historia, los procesos políticos y las instituciones en general no importan para entender el proceso de desarrollo, ya que los resultados de las dinámicas económicas están determinados por las fuerzas fundamentales y estas conducen a resultados eficientes en el sentido de Pareto; sin embargo, la evidencia empírica contemporánea confirma que sí importan. Los determinantes fundamentales de las acciones, no son las preferencias y las tecnologías, es el conjunto institucional formal e informal, y

estas instituciones no pueden ser comprendidas con los enfoques neoclásicos. Los supuestos sobre los cuales se edifica la teórica neoclásica son insostenibles, deja fuera la esencia del desarrollo económico. Sus implicaciones y derivados de políticas son falsos. Adicionalmente, el equilibrio de mercado depende de la distribución inicial de la riqueza, al no ser óptima esta distribución (como ocurre en América Latina) el óptimo de Pareto de una economía neoclásica no garantiza la maximización en el bienestar social.

Para la socialdemocracia, a diferencia de la escuela neoclásica, el Estado, como institución rectora de la sociedad, debe tener un papel activo en la esfera económica y en el proceso del desarrollo. En general, hay consenso en que el Estado debe garantizar los bienes públicos para el desarrollo: estado de derecho, infraestructuras, entre otros. Pero debido a lo incompleto de los mercados el Estado también debería generar incentivos para que el crecimiento económico llegue a toda la población, especialmente, a través de la generación de empleos de calidad. Las reformas del mercado y las reformas del Estado son necesarias e interdependientes.

Como nos recuerda Sachs (2007: 60 y 61) el crecimiento económico es un fenómeno moderno, solo a partir de 1800, con el proceso de la revolución industrial, comienza lo que Kuznets denominó período de crecimiento económico moderno y con él, un significativo aumento del nivel de vida. Así, pues, el crecimiento económico ha sido el principal motor de cambio de la humanidad. Sin embargo, este crecimiento económico no ha llegado a todos los seres humanos, por ejemplo, encontramos economías con similares tasas de crecimiento pero con muy distintas tasas de pobreza, por lo que se entiende que el crecimiento económico es una condición necesaria pero no suficiente para conseguir los valores de la socialdemocracia.

Las políticas para el crecimiento económico tampoco pueden ser concebidas como universalmente homogéneas, deben responder a las especificidades de las economías. La evidencia empírica, histórica y contemporánea, señala que distintas economías han adoptado distintos patrones de crecimiento económico, que con diferentes políticas, muchas veces (o en la mayoría de las veces) no – ortodoxas, incluyendo las políticas industriales, y distintas interacciones entre los mecanismos del mercado y las instituciones en general, han logrado alcanzar significativas tasas de crecimiento, e incluso, las mismas políticas han tenido diferentes resultados en diferentes economías.

El rápido crecimiento económico en los países con mayor éxito (La Gran Bretaña a mediados del Siglo XVIII, Estados Unidos, Alemania y Suecia a finales del Siglo XIX, el este de Asia, Francia, Finlandia, Noruega y Australia a finales del Siglo XX y China en lo que va del Siglo XXI) ha sido producto de fuertes políticas industriales, no solo en la etapa de despegue (*take off*) sino que también en su estado de maduración. El mercado tiene importantes limitaciones, incluso cuando se acerca a un correcto funcionamiento, puede tener ciertos niveles de eficiencia pero no de estabilidad y puede hasta enviar señales erradas que generen, entre otras cosas, sub-óptimos de inversión. La opción se encuentra en un continuum complementario que va desde un mercado imperfecto hasta un gobierno imperfecto.

Cuando hablamos de política industrial hacemos referencia a una particular forma de afectar a la industria, una forma selectiva, que intencionalmente busca favorecer, sobre otras, a una particular industria, incluso, en contra de las señales de mercado. Las políticas industriales exitosas han incluido la creación de ventajas comparativas, protección de la competencia internacional, promoción de exportaciones, coordinación y complemento de mercados financieros, promoción de las economías de escala, regulación a la inversión extranjera directa, subsidios por largo tiempo, incluso, por décadas, y aun más, el Estado actuando como un inversor de capital de riesgo e incubadora de empresas de alta tecnología. (CHANG, 2009; RODRIK, 2012 y 2013)

Como se advertía, el crecimiento económico como instrumento para el desarrollo cobra importancia en la agenda socialdemócrata, pero se presta mayor atención a la dimensión cualitativa del crecimiento, que sea un crecimiento que genere empleo y que sea sustentable, y especialmente, que tenga como objetivo fundamental expandir las libertades, la justicia social y las oportunidades para que los seres humanos puedan vivir una vida larga y saludable, leer, escribir y calcular. Por ello, debemos subordinar nuestros sistemas económicos y políticos para conseguir, al menos, estos objetivos básicos y superar las injusticias manifiestas.

En este empeño, el Estado de bienestar socialdemócrata ha tenido un rol fundamental. El Estado del bienestar asume una función mediadora entre economía, democracia y mundo social.

Entendemos al Estado del bienestar como un fenómeno institucional para corregir las fallas de mercado, fuerzas económicas y políticas que causan

desigualdades en las sociedades. El Estado del bienestar es fundamental para la cohesión social y la democracia. Las políticas del bienestar entienden que más allá del mercado existen otras fuerzas ordenadoras de las relaciones sociales que permiten un horizonte de sentido ético. A través de los mecanismos redistributivos el Estado del bienestar procura superar las divisiones sociales insalvables, tanto en su dimensión económica como también en lo político e ideológico. El Estado no tiene un rol exclusivo, pero sí prioritario, en la arquitectura de los regímenes de bienestar, ya que es el único actor con autoridad y carácter legalmente vinculante para la extracción y distribución de recursos y la regulación de acciones. Su economía política busca un diseño donde la distribución de la riqueza y el riesgo sea éticamente sostenible, donde las familias, comunidades o sociedad civil, empoderadas con derechos, puedan disfrutar de un régimen de bienestar que responda a sus necesidades y alcancen el desarrollo (SASSEN y ESPING-ANDERSEN, 2005; ROSAVALLON, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1996 Y 1990; PICÓ, 1999)

En América Latina en materia de regímenes de bienestar hay una diversidad que posiciona a Costa Rica y Uruguay, los países con mayor tradición socialdemócrata de la región, como los que más invierten en políticas sociales, y al resto de los países de Centroamérica como los que menos invierten, pero en la totalidad de América Latina, no existe un Estado de bienestar propiamente dicho sino un Estado social. La región sigue siendo la más desigual en materia de ingresos a nivel mundial, si bien se han hecho algunos avances en políticas sociales como con los programas de transferencia con corresponsabilidad *PROGRESA (Programa de Educación, Salud, y Alimentación)* en México y *Bolsa Família* en Brasil, la prioridad macroeconómica de la inversión social es muy baja con respecto a estándares mundiales siendo menos del 20 por ciento del PIB, menos de la mitad de la población cuenta con algún tipo de protección social contributiva, las políticas sociales no cuentan con un enfoque de derecho y no existen mecanismos claros de rendición de cuentas, las políticas activas del mercado de trabajo (PAMI) son de carácter residual y no cuentan con independencia ya que muchas veces le imponen como objetivo llenar vacíos en los servicios públicos que ofrecen los gobiernos (CECCHINI y MARTÍNEZ, 2011; FILGUEIRA, 2007; OIT, 2016).

Vale advertir que son los países de mayor tradición socialdemócrata y con las democracias de mayor calidad, Uruguay y Costa Rica, es donde se invierte

más y de mejor forma en temas sociales, y no con los clientelismos de los gobiernos populistas donde la sociedad civil no está empoderada ni es libre de ejercer sus derechos.

Para Sen (2000) y para la socialdemocracia, el desarrollo es un proceso de expansión de las libertades. Este enfoque de la libertad está intrínsecamente ligado con la concepción del agente, donde los individuos no son solo receptores de políticas sino que se busca su empoderamiento, que tengan la capacidad real y efectiva de configurar su destino, de generar cambios que cuyos logros pueden evaluarse según sus propios valores y objetivos. Que los individuos y las sociedades mejoren la vida que llevan y expandan las libertades que tienen razón para valorar, que sean personas más plenas socialmente, y que estén libres de restricciones evitables como la pobreza. El Estado y la sociedad civil tienen un significativo papel en el reforzamiento y salvaguardia de estas libertades. Para que los instrumentos como el crecimiento económico se traduzcan en desarrollo, son necesarias las instituciones sociales y políticas que permitan el aprovechamiento de las oportunidades que estos brindan.

Las libertades o capacidades básicas son fundamentales para una vida realmente humana, una vida biográfica, por lo que debe ser garantizado para todos los seres humanos. El fomento de las capacidades es la mejor forma de que los seres humanos, como agentes, pueden superar barreras económicas, políticas o culturales y vivir las vidas que ellas y ellos deseen. El enfoque de las capacidades, al ser sustantivo, nos puede mostrar de forma más verosímil la vida que realmente viven los seres humano, por ejemplo: el derecho a la libertad de religión y de expresión, presupone capacidades efectivas de educación. El enfoque de las capacidades trata a cada ser humano como un fin en sí mismo. (NUSSBAUM, 1999; 2003 y 2006)

La educación es fundamental para la conciencia y la efectividad de la libertad y la justicia de los sujetos individuales y de los sujetos colectivos. La educación empodera a los Seres Humanos y los hace consciente de su dignidad intrínseca. La libertad de educación es la premisa básica para otras libertades fundamentales como las de expresión e información, y de los principales objetivos de estima social que conforman los valores de la socialdemocracia: libertad y justicia. Las libertades o capacidades básicas son los elementos primarios que necesitan todos los seres humanos para tener una vida larga, saludable, digna y creativa.

Con base en esta perspectiva, la socialdemocracia entiende la injusticia como la privación de las libertades fundamentales, de las capacidades básicas. La igualdad de capacidades nos muestra un estado efectivo de las libertades fundamentales que realmente los seres humanos están disfrutando o están siendo privados. Las políticas socialdemócratas deben estar enfocadas especialmente en eliminar las desigualdades en capacidades básicas. Adicionalmente, la equidad de ingreso, cuando se remunera igual a iguales trabajos, sin distinción de género, raza o cualquier otra posible fuente de discriminación, sigue siendo un objetivo de la socialdemocracia. Se advierte que, a diferencia de lo que afirma la escuela neoclásica, los ingresos no solo dependen de la productividad laboral sino también de las normativas laborales y de los pactos fiscales, por lo que las políticas socialdemócratas también deben desarrollar políticas de ingeniería institucional y de equilibrio de poderes en estas áreas.

Finalmente, la esfera económica debe subordinarse a estos objetivos y, adicionalmente, a las restricciones ecológicas. Existe una significativa relación entre los gases de efectos invernadero y el cambio climático, lo que amenaza el bienestar humano y a los ecosistemas. Las políticas socialdemócratas deben insertarse en un marco de responsabilidad con los ecosistemas.

Conclusiones

Una agenda socialdemócrata debe armonizar y hacer evidente la co-originalidad de sus valores fundamentales: libertad y justicia. Para ello, debe partir de la intrínseca dignidad de cada individuo y sus instrumentos de emancipación y subjetivación. No instrumentalizarlo como ha hecho el comunismo ni reducirlo a un individuo económico como lo ha hecho el neoliberalismo. Una agenda socialdemócrata debe profundizar y entender a la democracia como el sistema político privilegiado para la realización de los principios ético que intersubjetivamente construyan las sociedades, dotando de capacidad efectiva a los sujetos de influir en la esfera pública. No pueden ser los objetivos impuestos por la vanguardia como en el comunismo ni la democracia puede ser solo formal donde los sujetos son solo sancionadores de las decisiones de la esfera pública como en el liberalismo. Finalmente, una agenda socialdemócrata debe ser pragmática en lo material, debe darle importancia al

crecimiento económico, entenderlo como instrumento del desarrollo, y a este, como la expansión de las libertades y capacidades básicas. No se puede subestimar al crecimiento económico porque ha sido el principal motor de cambio de la humanidad, ni se puede esperar que este resuelva los problemas de bienestar, desigualdad e insostenibilidad del ecosistema.

Una agenda socialdemócrata, como la aquí planteada, tiene la potencia para honrar los compromisos éticos contemporáneos de la humanidad, y alcanzar una sociedad justa de sujetos libres.

Referências:

ADELMAN, Irma. Falacias en la teoría del desarrollo y sus implicaciones de política. En; **Fronteras de la economía del desarrollo**. Washington. Banco Mundial, 2002.

ANDERSON, Perry. “Norberto Bobbio y el socialismo liberal”. En: Anderson, Perry, Bobbio, Norberto y Cerroni, Umberto. **Liberalismo, socialismo, socialismo liberal**. Caracas, Venezuela. Nueva Sociedad, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. Fondo de cultura económica. Buenos Aires, Argentina, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **En busca de la política**. Fondo de cultura económica. Buenos Aires, Argentina, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Destra e sinistra**. Roma, Italia. Donzelli Editore, 1995.

BOBBIO, Norberto. **El tiempo de los derechos**. Madrid, España. Editorial Sistema, 1991.

BRENNER, Robert. **La economía de la turbulencia global**. Madrid, España. AKAL, 2009.

CECCHINI, Simone y MARTÍNEZ, Rodrigo. **Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos**. Santiago de Chile. CEPAL, 2011.

CHANG, Ha-Joon. **Industrial Policy: Can We Go Beyond an Unproductive Confrontation?** Seul, Corea del Sur. ABCDE (Annual World Bank Conference on Development Economics), 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del Sur**. Buenos Aires, Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009.

- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Welfare States in Transition**. Londres. SAGE Publications, 1996.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Cambridge. Polity Press, Cambridge, 1990.
- ETZIONI, Amitai. **La tercera vía. Hacia una buena sociedad. Propuestas desde el Comunitarismo**. Madrid, España. Editorial Trotta, 2000.
- ETZIONI, Amitai. **La sociedad activa. Una teoría de los procesos sociales y políticos**. Madrid, España. Aguilar Ediciones, 1980.
- FILGUEIRA, Fernando. **Cohesión, riesgo y arquitectura de protección social en América Latina**. En: serie Políticas sociales CEPAL 35, 2007.
- FRASER, Nancy. **Reframing justice in a globalizing world**. En: *New Left Review* 36, November-December 2005.
- FRASER, Nancy. **Rethinking recognition**. En: *New Left Review* 3, May-June 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel. Torno 1*. México. Biblioteca Era, 1981.
- GIDDENS, Anthony. **La tercera vía. La renovación de la socialdemocracia**. Madrid, España. Grupo Santillana, 1999.
- GOWAN, Peter. **Crisis en el Corazón del Sistema**. *New Left Review*, 55, Mar/Abr 2009.
- GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona. Editorial Crítica, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Tres modelos de democracia. Sobre el concepto de una política deliberativa**. En: *Polis*, vol. 4, núm. 10, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Derechos humanos y soberanía popular: las concepciones liberal y republicana**. En: *derechos y libertades*, Año nº 2, Nº 3, 1994, págs. 215-230.
- HOFF, Karla. Y STIGLITZ, Joseph. "La teoría económica moderna y el desarrollo". En; **Fronteras de la economía del desarrollo**. Washington. Banco Mundial, 2002.
- INTERNACIONAL SOCIALISTA. **Declaración de principios**. Disponible en: <http://www.internacionalsocialista.org/viewArticle.cfm?ArticleID=31>
- KANT, Immanuel. **Fundamentación de la metafísica de las costumbres**. Madrid, España. Editorial Tecnos, 2006.
- LACLAU, Ernesto. Y MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid, España. Ediciones Siglo XXI, 1987.
- Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016

LOCKE, John. **Dos ensayos sobre el gobierno civil**. Barcelona. Espasa Libros, 1997.

MESSNER, Johannes. **Ética social, política y económica**. Madrid, España. Ediciones RIALP, 1967.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona. Ediciones Paidós, 1999.

NUSSBAUM, Martha. "Poverty and Human Functioning: Capabilities as Fundamental Entitlements." En: **Poverty and inequality**. Stanford University Press, 2006.

NUSSBAUM, Martha. "Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice." En: **Feminist Economics** 9(2 – 3), 2003, 33 – 59

NUSSBAUM, Martha. **In Defense of Universal Values**. The fifth annual hesburgh lectures on ethics and public policy. University of Notre Dame, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. **Hacia un Estado de y para la Democracia**. En: Democracia/Estado/Ciudadanía. PNUD. Lima, Perú, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. **La irrenunciabilidad del Estado de Derecho**. En: Revista Instituciones y Desarrollo, No. 8 y 9 2001: 43-82.

O'DONNELL, Guillermo. **Acerca del estado, la democratización y algunos problemas conceptuales**. En: Desarrollo Económico. Vol. XXXIII N° 130. 1993.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Soluciones eficaces. Políticas activas del mercado de trabajo en América Latina y el Caribe**. Ginebra, Suiza. OIT, 2016.

PECES-BARBA, Gregorio. "Los derechos económicos, sociales y culturales: su génesis y su concepto". En: **Derechos y libertad**. 1. 15 – 34, 1998.

PICÓ, Josep. **Teorías sobre el Estado del bienestar**. Madrid, España. Siglo XXI Editores, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. United Kingdom. Cambridge University Press, 1986.

ROSANVALLON, Pierre. **The New Social Question. Rethinking the welfare state**. New Jersey Princeton University Press, 1995.

SASSEN, Saskia. Y ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Towards A New Welfare State**. The Hague Netherlands. Cientific council for government policy, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad el poder, eurocentrismo y América Latina". En: Edgardo Lander (comp.) **Globalización y diversidad cultural**. Buenos Aires, Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”. En: Santiago Castro-Gómez, Oscar Guariola-Rivera y Carmen de Benavides (Edit.) **Pensar (en) los intersticios**. Bogotá, Colombia. Editorial Javeriano, 1999.
- RAWLS, John. **Teoría de la justicia**. Madrid. España. Fondo de Cultura Económica, 1995.
- RODRIK, Dani. **The past, present, and future of economic growth**. Washington. Global Citizen Foundation, 2013.
- RODRIK, Dani. **Structural change, fundamentals, and growth: an overview**. Washington. World Bank, 2012.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **El contrato social**. Caracas, Venezuela. Ediciones el trébol, 2010.
- SACHS, Jeffrey. **El fin de la pobreza**. Bogotá, Colombia. Random House Mondadori, 2007.
- SARTORI, Giovanni. **Teoría de la democracia. Vol 1**. Madrid, España. Alianza Editorial, 1988.
- SEN, Amartya, **La idea de la justicia**. Ciudad de México, Santillana Ediciones, 2010.
- SEN, Amartya. “Human Rights and Capabilities.” En: **Journal of Human Development**. Vol. 6, No. 2, July 2005.
- SEN, Amartya. “Teoría del desarrollo a principios del siglo XXI”. En: **El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI**. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.
- TAYLOR, Charles. “The politics of recognitions.” En: Gutmann, Amy (Ed.) **Multiculturalism**. Princeton University Press. Princeton, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica de la modernidad**. Ciudad de México. Fondo de cultura económica, 2000.
- WADE, Robert. ¿Cambio de régimen financiero? **New Left Review**, 53, Nov/Dic 2008.
- ZIZEK, Slavoj. “Un alegato izquierdista contra el eurocentrismo”. En: Mignolo, Walter (comp.) **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. Buenos Aires, Argentina. Ediciones del signo, 2001.

Resumen:

La socialdemocracia. Propuesta de agenda programática (desde y para América Latina)

Durante largos periodos del siglo XX la socialdemocracia logró detentar una hegemonía ideológica y de política económica, pero el agotamiento del keynesianismo y las tensiones generadas por el liberalismo moral pusieron fin a la edad de oro de la socialdemocracia, que desde este momento ha venido perdiendo espacios en lo electoral y en lo intelectual. Por ello, el objetivo de este artículo es ofrecer, desde un enfoque normativo y explicativo, una agenda programática contemporánea socialdemócrata. Se afirma que una agenda socialdemócrata, como la aquí planteada, tiene la potencia para honrar los compromisos éticos contemporáneos de la humanidad, y alcanzar una sociedad justa de sujetos libres.

Palabras claves: Socialdemocracia; Subjetivación, Democracia; Estado de bienestar; América Latina.

Resumo:

Social-democracia. Proposta de agenda programática (da e para América Latina)

Por longos períodos do século XX a social-democracia não conseguiu alcançar uma hegemonia ideológica e de política econômica, mas o esgotamento do keynesianismo e as tensões geradas pelo liberalismo moral puseram um fim à idade de ouro da social-democracia, que a partir deste momento tem perdido espaços eleitorais e intelectualmente. O objetivo deste artigo é fornecer, a partir de uma abordagem normativa e explicativa, uma agenda programática contemporânea social-democrata. Afirma-se que uma agenda social-democrata, aqui proposta, tem o poder de honrar compromissos éticos contemporâneos da humanidade e de uma sociedade justa de indivíduos livres.

Palavras-chave: Social-democracia; Subjectivação, Democracia; Estado de bem estar; América Latina.

Mônica Chaves Abdala: História de vida, trajetória acadêmica e caminhos trilhados

A entrevista com a Mônica Chaves Abdala é uma iniciativa do grupo PET Sociais. Trata-se de um relato de História de Vida. A partir da leitura de textos, do Memorial elaborado pela professora para a banca de Titular na Universidade Federal de Uberlândia, buscou-se, com esta entrevista, levantar um conjunto de informações sobre a trajetória de vida e acadêmica de Mônica Chaves Abdala.

O intuito foi levantar informações sobre as escolhas e os caminhos que levaram-na ao curso de graduação em Ciências Sociais e a se tornar professora nesta área.

A história de vida consiste em um método de pesquisa que busca, por meio da história oral, analisar e conhecer o processo de constituição do ser social em suas experiências dentro e fora do meio acadêmico e como elas influenciam as escolhas pessoais e profissionais.

O grupo responsável pela entrevista é composto pelos seguintes estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia: Adrielle Souza, Bárbara Stefânie Borges Araújo, Érika de Freitas Arvelos, Fernanda Luzia da Cruz, Gabriel Rangel Saraiva, Gabriela Pinheiro Castro Alves, Larissa Damiana Santos Rodrigues, Larissa Godoi Pereira, Leidiane Lobo Albernaz, Lívia Maria Borges Nogueira, Mônica Junqueira Justino, Natália Cristina Dreossi Costa, Petrus Kairos Ruzene, Thais Ferreira da Silva. Patrícia Vieira Trópia é tutora do PET Sociais.

A entrevista foi coordenada por Luciano Senna Peres Barbosa, então coordenador do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, a quem o grupo PET Sociais agradece especialmente.

Pet Sociais: Você poderia falar um pouco como era a sua vida em Uberlândia, antes de ir para São Paulo cursar Ciências Sociais? Qual era a visão que você tinha de Uberlândia?

Mônica: Olha, eu não gostava, não me sentia bem aqui. Aqui era uma *vidinha* muito de “interiorzão” mesmo. Aquela coisa de final de semana você ir para bar. Eu ia para um bar que chamava Garibaldis, ficava embaixo do Hotel Presidente. Então, o que a gente fazia? Íamos para a porta do bar ficar conversando, era o tal do “footing” que vocês já devem ter lido em algum lugar. Não era mais andar em volta da praça, já tinha passado esse tempo, mas não era muito diferente. As opções culturais não existiam, eram praticamente nulas, pelo menos em 1976. E a Universidade aqui estava começando, ainda nem tinha Universidade Federal, só as faculdades isoladas. Então você tinha uma cidade que era realmente típica do interior, extremamente conservadora. O que você tinha pra fazer? Assistir filmes. Vocês sabem o que eu assistia? O que passava nos cinemas. Por exemplo, “Trinity”, que vocês nem devem ter ouvido falar. Vocês viram agora falar que morreu o Bud Spencer, um ator italiano? Ele era um dos protagonistas do “Trinity”. Era um filme “Western”, feito na Itália, com artistas italianos, mas era como se fosse passado nos Estados Unidos, porque o Western é um estilo americano. Passava muito filme no estilo Kung fu e as grandes bilheterias da época, como tem hoje também. E tinha o Cine It, que era um cinema que foi derrubado agora. O Cine It era um cinema pornográfico. Eu fui algumas vezes porque não tinha outra coisa pra assistir e não gostei. Os dois filmes que eu assisti, eram filmes de assassinato, drama, terror, sei lá... enfim, era isso que tinha pra fazer na cidade.

Quanto às escolas de Uberlândia, eu estudei na época do regime militar. As escolas eram rígidas, extremamente rígidas. Vigiavam as suas redações, vigiavam o seu comportamento. Eu tinha tido preso político na família, então, eu me sentia uma pessoa visada. No Estadual [escola] você não podia por o pé pra fora da sala. E se colocasse era suspenso. Eu tive uma experiência muito difícil, que deveria ter sido boa mas não foi. Eu estudei no Museu [Escola Pública de

Uberlândia], fiz vestibular e passei. Eu fiz 6 meses de cursinho, mas não acho que o cursinho ajudou. A escola pública era muito boa naquela época e o Museu era uma Escola excelente.

Eles fizeram com a gente uma experiência, que foi muito desagradável, uma experiência “nazista” mesmo. Como muita gente estava saindo das escolas públicas e indo para escolas particulares, por causa dos vestibulares, o Museu reagiu com uma experiência de separar as salas, pegando os melhores alunos, colocando-os na sala “A”, os médios na sala “B” e “os mais fraquinhos” na “C”. Eu fui para o 1ºA e era uma experiência muito desagradável. Eles faziam questão de manter o nível e a forma da escola estadual de Uberlândia, que foi uma escola que formou políticos importantes, médicos proeminentes, juristas, enfim. A escola nos via de uma maneira desagradável. Eles chegaram até a fazer nosso horário de recreio diferente. Era como se a gente fosse a elite da escola, a elite intelectual intocável. Foi uma coisa muito horrível. E eu era uma aluna comportadíssima, que só tirava notas excelentes a vida toda. E foi a primeira vez na vida que eu fui para o fim da sala, porque isso me incomodava e eu não conseguia conviver. Eu sentava no último lugar da sala, coisa que nunca tinha acontecido na minha história de vida. As pessoas disputavam muito entre elas quem era o melhor, as vaidades eram muito intensas. Se éramos os melhores, quem era o melhor dos melhores?

Pet Sociais: E como que foi romper isso tudo? Não deve ser algo convencional uma jovem solteira, que decide fazer o curso de Ciências Sociais, morar sozinha, saindo de uma cidade conservadora como era Uberlândia.

Mônica: A minha família era diferente, essa era a verdade. Eu não conseguia me encaixar no padrão. Do ponto de vista das relações sociais, era considerada “cocôzinha”, hoje conhecida como patricinha. Eu era, do ponto de vista das relações sociais, a menina de classe média que convivia com a classe média da cidade, convivia com as meninas que eram mais quietinhas. Eu não era muito de farra, de sair, de viajar, era mais caseira. Tive namorados muito cedo. Eu namorei firme no ginásio, então era uma menina mais caseira. E na época que eu parei de namorar, eu não gostava daquela vidinha de ficar indo pro Garibaldi todo fim de semana. A vida aqui não me satisfazia, eu queria mais.

Pet Sociais: Mônica você mencionou que sua família era diferente. Em que sentido?

Mônica: Porque grande parte das pessoas com as quais eu convivía defendia o regime militar, apoiava, não criticava. Em uma cidade muito conservadora, a tradição da minha família não era essa, dentro de casa eu via muita crítica.

Pet Sociais: A sua família já tinha um pensamento diferente do padrão da cidade?

Mônica: A minha família tinha um pensamento diferenciado. Eu tinha um familiar que foi um preso político. Então tive uma história dentro da minha casa... Essa cidade me incomodava. Eu não era feliz aqui. Eu gostava demais das minhas amigas, dos meus amigos, da minha família em geral. Por morar em Uberlândia, eu sempre aprendi a conviver com as diferenças. Havia pessoas que defendiam veementemente o regime militar.[...] Aprendi a conviver. Eram tempos de terror. E como eu já havia dito, eu era visada, eu era uma menina que nunca tinha feito nada, comportadinha, mas eu tinha um familiar que era considerado “perigoso”.

Minha irmã fez História, ela também não gostava dessa cidade, sempre quis sair, mas meus pais não deixavam. Ela acabou se casando com 19 anos, teve filho e mudou sua história. E eu não queria aquela história pra mim. Casar com 18 anos, ter filhos, ficar morando aqui, frequentando aquelas conversas de salão, o Garibaldi, os filmes horrorosos, sem perspectiva. Na minha casa eu ouvia bossa nova. Algumas colegas e amigas nem sabiam o que era bossa nova, não conheciam. Eu nunca esqueço disso... Teve uma vez que eu tive que pegar os discos e tocar, explicar para elas o que era bossa nova, porque as pessoas não tinham informação. Meu irmão estudou e morou fora muitos anos e ele trazia muitas novidades. Meu pai nunca fez faculdade, mas sempre foi uma pessoa muito informada, um leitor voraz, um crítico. Ele sempre lia os chamados “perigosos”. Eu nunca esqueço, quando eu estava no colegial e fui pegar o livro *O ventre*, do Carlos Heitor Cony, na biblioteca. A mulher da biblioteca olhou pra mim e perguntou: “Como? O que você vai fazer com esse livro?” Ela foi me questionar por que eu estava pegando o livro.

Na cidade, as pessoas te vigiavam, te controlavam, controlavam o que você estava lendo, o que você estava vestindo, o que você fazia, se a menina tinha mais de um namorado. Eu tinha uma vizinha que era muito bonita e se ficasse namorando demais já chamavam-na de “fubá”. Com isso as pessoas iam atrás dela para “se aproveitar”. Porque a boa moça daquele tempo levava meses para pegar na mão do namorado. Imagina pra dar um beijo! Se a garota ousasse fazer diferente, era “fubá”, caía em desgraça, as amigas não chamavam para mais nada, ninguém queria sair com ela. Era isso que se vivia aqui. Era muito pra minha cabeça!

Pet Sociais: Você considera que a escolha do curso de Ciências Sociais, fora os interesses intelectuais, era também uma forma de marcar esse distanciamento?

Mônica: Ainda não. Foi uma ingenuidade, um susto. Porque eu queria fazer Arqueologia e eu queria fazer um curso que não tivesse em Uberlândia. Porque qualquer curso que eu quisesse fazer e tivesse em Uberlândia eu teria que continuar aqui. Então, se eu fosse fazer História meu pai iria dizer: “Faz história aqui, aqui tem”. Meu irmão me incentivava muito a mudar de cidade. Ele já não morava mais no Brasil. Ele tinha ido embora, ele não aguentou ficar no Brasil depois de toda experiência desagradável que o país passou. E ele incentivava muito meu pai a me deixar ir embora, a crescer. Com isso ele me mandou um guia da USP de presente e fiquei procurando Arqueologia e eu errei. Eu vi Arqueologia nas Ciências Sociais, então eu fui fazer Ciências Sociais. Mas meu sonho era ser arqueóloga. Eu queria estudar o passado, eu era apaixonada pelo passado, sempre fui. Lia muito coisas de história, sempre me interessei por história. Mas quando eu entrei na Ciências Sociais eu não tinha noção no que estava entrando. Eu fui pra fazer Ciências Sociais, crente que eu ia mexer com passado. Com índio eu até já sabia... Mas eu não tinha noção do que era Sociologia. No primeiro dia de aula eu estava sentada com cem alunos em um auditório imenso da USP. E lembro-me de um colega de classe chamado José Carlos. Eu nunca vou esquecer o nome daquele menino. Depois ele virou ator de teatro... José Carlos pulou na frente da gente informando: “Gente, gente, temos que fazer greve! Morreu um operário na construção do prédio da Física”. Eu fiquei assustadíssima com aquilo. Mas eu não era medrosa, nunca fui. Andei muito nas ruas de São Paulo fazendo, participando de movimento com cavalaria

em cima da gente. Nunca esqueço, eu e a Eliane¹, professora, um dia, no centro da cidade, participando de uma manifestação. Baixou a cavalaria, a gente abaixou pra se esconder e passou um homem de terno aqui de Uberlândia que disse: “O que vocês duas estão fazendo aqui?”. Foi o maior susto [a cavalaria]. Nós íamos para as manifestações enfrentar. E a gente enfrentava. Nunca tive medo! Mas eu me assustei porque eu pensava assim: “Meu Deus, eu não posso fazer isso com meu pai e com a minha mãe e eu também não posso ser presa”. A primeira coisa que me passou foi ver todo o sofrimento dos meus pais. Foi um choque. E o choque foi a cada dia. Quando o professor Gabriel Cohn entrava na sala de aula para falar sobre Weber, eu nunca tinha ouvido falar de Weber. Então eu pensei: “Meu Deus, quem é Weber?” E Gabriel Cohn falava com uma familiaridade, com uma segurança. E todo mundo anotando. Eu não conseguia nem saber se era com V ou com W. Então, eu nunca havia ouvido falar do Weber. Marx, quem não ouviu falar? E isto nos primeiros dias de aula, no primeiro semestre. Eu me assustava com tudo. Eu tinha que viver correndo atrás para descobrir as coisas. Minha irmã me ajudava muito porque ela já tinha feito um curso, ela já tinha feito História. Mas eu era literalmente isso: uma ingênua, assustada, sem saber onde estava se metendo ... Mas à medida em que eu descobri, eu falei: “Acho que eu vim pro lugar certo. E é aqui mesmo que eu tenho que estar”. Porque eu podia ter saído, ter feito outro curso, eu tive essa oportunidade, na época tinha vários cursos novos. Fisioterapia era um curso novo. Terapia Ocupacional. A USP era cheia de cursos novos e eu conhecendo aquele monte de cursos, eu podia ter feito. Mas eu me encantei desde o primeiro dia de aula de antropologia! Ai eu falei: “É aqui mesmo que eu quero estar”. Mas ainda achando que iria estudar arqueologia indígena. Ou algo relacionado a isso.

Pet Sociais: Mas como é que o seu interesse pela Antropologia foi se revelando?

Mônica: Fui me envolvendo de uma maneira muito intensa. No começo eles davam Antropologia Física para a gente. Veio o pessoal veterano nos convidando pra assistir aulas na PUC com Edgard Carvalho e com a Carmem Junqueira de Antropologia Social e Cultural para percebermos que a USP

¹ Eliane Schmaltz Ferreira é professora aposentada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

“estava superada”. Mas eu estava encantada com a Antropologia Física porque me dava uma conexão com a arqueologia. Mas quando eu conheci a Antropologia Social eu também me encantei, principalmente porque eles falavam de índios, das tribos e para nós era uma coisa forte, muito viva, da cultura. E aquilo foi me atraindo de tal forma... A minha turma, quando entramos na USP, por causa de influências dos veteranos, recusou-se a assistir aula. Dissemos que se eles não mudassem o conteúdo nós não íamos mais assistir aula de antropologia física - o que foi uma burrice, uma pena. Porque acho que teria sido uma das últimas vezes que teria sido dada a [obra da] Gioconda Mussolini².

Nós nos reunimos e quando fomos assistir às aulas da Carmem Junqueira e do Edgard Carvalho achamos que a USP realmente estava superada e recusamos a assistir as aulas. E eles se recusaram a dar outra coisa. Com isso perdemos o semestre. Foi uma queda de braços em que cem alunos ficaram sem aulas. Deste modo no outro semestre duzentos alunos teriam que fazer a matéria. Dessa forma eles dividiram a sala para quatro professores com cinquenta alunos cada. E aí que começou minha grande, grande, imensa paixão pela Antropologia. Porque eu fui aluna, se você conheceu você sabe, até arrepio de lembrar, da Maria Aracy de Pádua Lopes da Silva, que foi uma antropóloga maravilhosa. Emociono-me quando falo dela. Uma professora de verdade porque era uma pessoa muito especial, tanto do ponto de vista teórico como pessoal. E eu me envolvi com a Aracy e grandes nomes da antropologia da USP e fui me apaixonando. A USP tem essa vantagem. Tinha, não sei se ainda tem. Você fazia o básico depois escolhia uma área. Desde o básico me identifiquei com a antropologia. E depois eu segui, fiz algumas disciplinas na sociologia, que eram mais legais e interessantes. E uma na política que era com o Francisco Weffort. Ele era um grande cientista político, maravilhoso e eu quis fazer a disciplina por causa dele. Tinha muito isto. Estava muito irritada na época porque todo mundo queria fazer a disciplina do José de Souza Martins. Era sociologia do cotidiano. Então eu não fiz. Eu fiz a do Weffort. E a Carmute [Maria do Carmo Campelo de Souza] também era uma cientista política... O que é aquilo? Aquela mulher não existe. O Juarez Brandão Lopes foi meu professor de política no primeiro ano. As aulas dele eram muito boas. Então assim nós tínhamos grandes

² Gioconda Mussolini foi professora de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no período de 1944 a 1969.

professores, contato com grandes obras, com coisas que você nunca tinha refletido, ouvido falar, gente muito ativa. Logo eu me meti com o movimento estudantil. Mas eu não era da Libelu [Corrente do movimento estudantil Liberdade e Luta]. A Libelu era mais radical... Eu atuava discretamente, era uma ativista do movimento indígena. Eu fui uma das primeiras dez pessoas a assinar a Ata de Fundação da Comissão Pró-índio de São Paulo. Então desde cedo eu me meti com a antropologia e o movimento indígena. Nós fazíamos grandes eventos, trazendo índios, trazendo gente de tudo o que é canto. A USP era muito ativa na área da antropologia. Então, vinha Eduardo Viveiros de Castro, Ione Leite, Lucia van Velthem. Esse pessoal vivia na USP lá com a Aracy. Eu os acompanhava, estava sempre com eles, íamos a seminários e discussões. Portanto acho que eu cresci muito, nesse sentido, com o povo da antropologia. E fui até meu último dia de aula crente que eu ia ser uma antropóloga na vida. No último dia de aula eu estava descendo a escada, literalmente, e tinha um colega me esperando e me disse: “Tem um trabalho na aldeia indígena você topa? Eu topo!”

Terminei o curso em um dia e no outro dia fui para o Mato Grosso. Foi uma experiência muito rica, foi sinceramente a experiência mais importante, mais rica, e eu acho que até mais feliz. Eu amei morar com os Guarani. Adorei, foi uma experiência muito, muito boa. A minha experiência com os Kaingang não foi tão boa, foi mais difícil.

Pet Sociais: Seu interesse pelas questões indígenas surgiu com o contato com o movimento estudantil ou teve outras influências?

Mônica: Não, foi com o contato com esses professores, com as aulas, com os livros que eu ficava apaixonada. Eu tive ótimos professores, Lux Vidal, Aracy Lopes da Silva, Sylvia Caiuby Novaes, a Renate [Renate Viertler], que dava aula dos [autores] originais. Lemos tudo sobre os Bororo, eu sei mais Bororo do que Guarani com quem eu morei. Eu sei o ritual de imposição do estojo peniano Bororo total, porque nós tínhamos contato com a obra desses grandes cientistas que tiveram aqui no começo do século. Então começamos a ler italiano, para ler sobre os Bororo. A Renate era muito apaixonada e ela passava essa paixão para a gente tal como a Lux Vidal e a Aracy. Estudávamos as teorias antropológicas, mas sempre tínhamos aplicações em discussões, como, por exemplo,

Lévi-Strauss com “Tristes Trópicos”. Mas o que mais me marcou foi a disciplina sobre os Bororo com a Renate.

Então estudávamos monograficamente os índios do Brasil. Logo fui me apaixonando. Foi uma época muito tensa e de muito movimento por causa dos índios, porque tinha aquela discussão toda da autonomia, que queriam dar autonomia para os povos indígenas. Era uma coisa de cima para baixo: “dar autonomia legal a quem não tem preparo para conviver com a sociedade significa uma experiência fadada ao desaparecimento total dessas comunidades”. Então nós, os antropólogos, e os próprios índios, éramos contra. Então fazíamos movimento nas portas dos restaurantes [universitários], passeata, evento. Eu era muito ativa.

Pet Sociais: Você disse que se via como uma futura professora pesquisadora, porém mudou esse rumo ao ser convidada a trabalhar no Mato Grosso e depois no Paraná. Você via esse novo trabalho como uma forma de ativismo?

Mônica: Meu projeto de vida era morar em uma aldeia indígena, me dedicar a ser professora nessa parte de educação [indígena]. Mas quando eu trabalhava no Projeto Kaiová Nhandeva [uma ONG], tínhamos como perspectiva não interferir na educação, isto é, a gente iria trabalhar com os educadores e eles continuariam a programar sua educação como sempre foi, porque eles têm uma educação informal muito bem estruturada e não possuíam a prática de uma educação formal. Então a nossa ONG se recusava em dar aula direto para os índios ou aula com cartilha, como era feito em várias escolas.

Como consequência disso, a FUNAI não me deixou ficar. E foi um momento de guerra, na década de 1980, entre a FUNAI e os antropólogos. Quem não tinha licença era muito difícil conseguir. No meu Projeto estava indo uma psicóloga, uma enfermeira, outras pessoas da área da saúde e eu. Eles deram licença para a [funcionária] da saúde e não deram para mim. Então foi muito ruim porque eles não me deixaram entrar na aldeia e despedir dos índios. Os índios acham que os abandonei, que eu não dei conta e foi isso que foi falado para eles. Eu fui embora porque o Projeto me proibiu [de tentar me despedir], para não criar mais problemas com a FUNAI, porque os índios gostavam demais de mim.

Eu já estava vivendo com eles por três meses, eu já falava Guarani fluentemente, nenhuma das pessoas do Projeto conseguiu isso [tão rápido]. Fluentemente,

dentro do que era necessário. É claro que eu tinha muito a aprender. E eles gostavam de mim porque eu incorporei essa coisa mesmo do antropólogo de respeitar, de agir como eles, de viver como eles. Eu dormia em uma rede, me vestia como as mulheres, mandei fazer roupas, saia de chita de flor igual às delas. Eu não tinha nenhum carro pra me levar e me buscar, eu andava a pé. Era muito longe. Ficava com a minha mochilinha nas costas, dormia em uma rede, e cozinhava em uma fogueira. Me dediquei de corpo e alma, numa casa como a delas, e isso incomodou. Porque eles começaram a me dar presentes que o pessoal, que estava lá há meses, nunca tinha visto e nem sabia que eles tinham. Tinham um bracelete de pena e uma bolsinha que já estava até toda comida de cupim e me deram. Eles começaram a me dar as coisas e me falar coisas que eles não falavam. E eu acho que comecei a incomodar o “chefão” lá da ONG. Hoje eu acho que ele não fez muito empenho para autorizar a minha permanência. Então eu voltei para casa e fiquei um tempo trancada no quarto, em choque com a diferença entre as culturas.

A Aracy Lopes da Silva conseguiu [aprovar] um projeto para o CNPQ de aperfeiçoamento científico, um projeto que você só fica pesquisando, não faz curso. E eu tinha que ficar um ano com os Kaingang e fazer uma pesquisa. A primeira parte foi um levantamento bibliográfico de tudo que foi escrito sobre os Kaingang. Depois eu fiz um relatório da minha vida lá. Era uma coisa mais etnográfica, de descrição, não tinha análise. Era um relato das mudanças, da vivência, da história do povo e um pouco do presente. Então, passei um ano como funcionária da FUNAI. Eu deveria dar aula, mas me recusei a dar “Caminho Suave”³. E comecei a fazer como eu fazia nos Guarani e como quebrei a cadeia que vinha sendo desenvolvida, eu incomodei os dois lados.

Os índios se sentiam incomodados porque eu não dava o que eles precisavam para prestar o exame necessário para eles estudarem no ginásio da cidade. E eles achavam que eu não queria trabalhar porque eu colocava o monitor indígena para dar aula para as crianças. Comecei a fazer com eles o que eu fazia com o outro projeto, como trabalhar matemática a partir do que eles conheciam, geografia, primeiro a aldeia e depois Londrina. Eu fui expandido a ideia de mapa. Mapa para eles era uma coisa muito abstrata. Resultado: em um ano eu tive um

³ Caminho Suave é uma obra didática, uma cartilha de alfabetização, concebida pela educadora brasileira Branca Alves de Lima.

problema. O mesmo chefe da FUNAI que estava nos Guarani foi para lá, e isso é uma coisa que não falei, nem sei se quero que grave ou não...

Pet Sociais: Você quer que desligue?

Mônica: Não, não.

Pet Sociais: Inclusive gostaríamos de saber, já que você falou na apresentação da defesa do memorial, por que você achou que não cabia trazer isto?

Mônica: É porque eu sofri um atentado mesmo... Foi uma coisa muito pesada, muito desagradável. Não gosto nem de falar. Graças a Deus não aconteceu nada efetivamente, mas foi uma tentativa. Mas eu tive que sair da aldeia. Na época fiz um exame de corpo de delito. A FUNAI falou que iria apurar, mas enfim ... O cara que entrou na aldeia era de uma importante família de sertanistas. E o que era o chefe da FUNAI era o tio dele. Com esses funcionários da FUNAI eu tive umas experiências terríveis. Eles não gostavam de antropólogos mesmo, perseguiram estes.

Há uma velha rixa entre os sertanistas e os antropólogos. Aí tive que sair, tive que ir embora. E aí não contei pro meu pai, nem pra minha mãe, nunca contei. Eles não sabiam. Conte pra minha irmã e meu irmão. Meu irmão morava fora do país, ficou desesperado pedindo pelo amor de Deus para não voltar mais para a área indígena. Mas eu ainda não tinha desistido porque era o que eu tinha programado para a minha vida. Só achei que tinha que ir para outro lugar. Aí ficou aquela coisa, voltei pra USP. Algumas pessoas queriam que eu fizesse uma denúncia e eu não me sentia amparada. Eu achei que não cabia a mim fazer isso sozinha. Achei que tinha que ter uma instituição, uma Comissão pró-índio, uma academia junto, mas não teria que ser eu. Tinham algumas antropólogas que estavam com problemas em áreas indígenas. A Dominique Gallois, que ficou muito minha amiga depois, a Claudia Andujar. Estava todo mundo com problema em algum lugar, e cada uma se virando e botando a boca no mundo... Decidi que não, até porque não queria que meus pais soubessem. Então a Aracy estava olhando para eu ir pro Norte, pra outra região que os índios protegiam mais os antropólogos e as tensões com a FUNAI eram menos complicadas e já tinha uma tradição mais longa de presença de antropólogos. No sul não. O Sul

sempre foi difícil. Por que? O que acontecia no sul? Eles tiveram uma colonização mais violenta. Os Kaingang foram exterminados nas construções das estradas de ferro. E a FUNAI do Sul dominava alguns dos Kaingang. Eles diziam o que tinham que fazer ou não. Isto nunca aconteceu com os índios do Mato Grosso e da Amazônia. Vocês conhecem, todo mundo vê, os Xavante, eles se impunham. Eles sempre se impuseram! Então a FUNAI tinha que dialogar com eles. A dominação no Sul ocorreu ao longo dos anos. Quando cheguei, a dominação já estava consolidada. Eles desestruturaram de tal forma a organização social dos grupos do Sul, que alguns grupos praticamente nem resistiam mais... Tanto que, eu não sei se comentei isso, acho que não comentei da aldeia... O formato da aldeia, eles destruíram completamente a forma de estruturar o espaço dos Kaingang. E eles aceitaram. Quando cheguei lá, uma pena que não trouxe as fotos, podia ter trazido as fotos pra vocês verem, eram casas de madeira construídas uma ao lado da outra, daquelas tipo palafita levantadinhas. Kaingang e Guarani moram longe, todos esparramados. Eu falava nas minhas aulas, era uma casa por exemplo no H [prédio da UFU] a outra no posto de gasolina [próximo à entrada da UFU, relativamente distante do bloco H]. Eles não têm essa tradição de morar perto. Mesmo assim, o cara que morava no H com o do posto de gasolina tinham que ser meio aparentados. Então era uma estrutura que não existia essas ruas, essas casas. O que a FUNAI fez? A primeira vez que eles construíram lares para os Kaingang, eles construíram essas casas, e aí eles escolhiam quem iria morar, inclusive quem iria morar ao lado de quem. Então desestrutura todo conjunto de relações sociais. Eu brincava com os alunos: Então você antes pedia sabão emprestado pro seu primo, agora você vai pedir pro vizinho que você jamais pediria numa organização tradicional dessa comunidade. Então isso bagunçou completamente. As pessoas que moravam umas ao lado das outras, as vezes não se davam historicamente, tinham brigas. Aí saíram dali para pior. Vou explicar, fizeram tipo uma vilazinha na parte de cima [da aldeia]. Isso era na parte de baixo da aldeia. Na parte de cima [fizeram] com casas de placas de amianto. No Sul placa de cimento no inverno é geleira, no calor é forno, literalmente. Mas as casas tinham distância, não eram todas coladas, tinham uma distância uma da outra. Mas era uma distância que eles [funcionários da FUNAI] não respeitavam, porque existe uma noção de quintal na casa indígena. Você não pode ir entrando sem chegar na porta e bater. Tem um espaço ali delimitado, que é um espacinho simbólico. Pra quem conhece

sabe, você bate palma, você não passa daquele espaço, aquele já é o quintal dele. Eles passavam tratores para fazer rua nessas partes. Eles fizeram uma cidadezinha, lá também de novo escolheram quem iria morar. Escolheram as funções das casas, fizeram as casinhas que a gente chamava de foça higiênica que era fora da casa. Eles [os Kaingang] botaram enxadas, tampavam, botavam enxadas, saco de arroz. Então assim, na aldeia que eu morei não aconteceu isso. Vou chamar de aldeia, vocês sabem que a gente não chama. Mas no lugar onde eu morei não aconteceu isso. Em partes mais frias do Paraná, muita gente começou a botar fogo no chão e morrer. Porque eram casas fechadas, não tinha uma estrutura como as que eles estavam acostumados a construir. As pessoas se intoxicavam com a fumaça por causa do frio, porque nem tinham cobertor. Eles esquentavam tradicionalmente era com fogo, dormindo próximo ao fogo, e também sem mobiliário... Eram adequadas à realidade deles. Aí deram cama, deram chão de vermelhão, não era nem chão de terra batida. Aí eles tinham que manter esse chão de vermelhão. Resultado, era o caos, entendeu? Eles eram completamente submissos, o chefe da FUNAI ali era o “cacique”. Ele que mandava, ele fazia e acontecia, fazia e desfazia, entendeu? Então era uma realidade diferente da que encontrei nos Guarani, e aí a minha presença causava incômodo pros dois lados, porque eu agia diferente da FUNAI, eu continuei agindo ali como agia com os Guarani, fui morar numa casa deles, me vestia como as mulheres deles, eu não tinha móveis. Eles perguntavam: Mas como você não tem móveis? Eles não tinham móveis, eu também não tinha. Eu tinha o que eles tinham, eu fiz isso o tempo todo. Então eu mandei fazer uns tapetes de retalho e eu “punha” os tapetes para sentar no chão, porque eles sentavam no chão nos sacos de estopa. Eu tinha meus “tapetinhos”, tudo bem, mas sentava no chão que nem eles. Então, assim, eu procurei mostrar para eles que eu estava ali como funcionária da FUNAI. Mas eu era uma pessoa diferente. Eles custaram, eles não queriam nem me ensinar a língua, porque a língua é uma forma de resistência. Eles falavam entre eles, e eu não deveria dominar aquela língua. Lá nos Guarani tudo bem, porque a ONG era confiável. Então, foi isso, foi uma experiência assim difícil, dolorida. Quando eles começaram a confiar em mim, a me receber melhor, a me acatar, veio esse chefe. Quando ele chegou eu já tinha avisado pros índios que eu iria sair. Mas não falei isso pra ele porque eu não ia ficar ali com ele, porque foi ele que impediu minha entrada nos Guarani. Mas não deu tempo, ele... Acho que não quis arriscar, me ameaçou.

Pet Sociais: Mas aí nisso você voltou pra USP, e depois você volta para Uberlândia? Como foi essa volta?

Mônica: Eu voltei pra USP pra fazer o relatório, nessas alturas eu não tinha mais casa, já tinha me desfeito da minha casa. Então eu fiquei morando na casa de amigos, tentando fazer o relatório. E lá nos Guarani, eu tinha conhecido meu marido, meu atual marido, e aí eu tinha decidido quando eu saísse dos Kaingang eu ia morar junto com ele e ele morava no Rio de Janeiro.

Pet Sociais: Ele era antropólogo também ?

Mônica: Não, ele era agrônomo, mas no projeto dos Guarani era uma tentativa de ver o que iria fazer em termos de sustentabilidade pra eles. O que eles poderiam plantar, o que eles poderiam cultivar, o que eles poderiam fazer para ter sustentabilidade. Ele estava lá pra fazer essa análise. Quando não me deixaram entrar, ele ficou muito revoltado, porque a gente já estava envolvido. Mas ele ficou muito revoltado da forma como foi feita [minha saída] e ele saiu. Falou que não ficava, [que] era um absurdo, ficou desencantado e saiu. Pediu demissão do projeto e voltou para o Rio. Ele não tinha terminado a faculdade, voltou pra faculdade. E ele morava na Rural [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].

E aí, eu ia sair dos índios e ia morar com ele. A gente já tinha decidido. E de lá, eu ia ver o que ia fazer, se eu ia para outros índios... eu não queria voltar para Uberlândia. Eu ia morar com ele. Aí, eu engravidei! Aí, pronto! Acabou! Aí eu fiquei. Todo mundo [me dizia]: “Você não pode morar com índio sozinha, grávida!” e eu não estava nem aí, continuei com meus projetos, mas eu tive problema na gravidez. Os três primeiros meses, eu tive ameaça de aborto. Aí eu tinha que ficar quietinha, não podia né? Aí pronto. Voltei! [risadas]. Voltei para Uberlândia para dar a luz e aí quando eu voltei, eu, assim, eu não lembro mais exatamente como, mas ficaram sabendo da minha experiência e me convidaram para dar aulas na ABRACEC, que hoje é a UNITRI, no Serviço Social. Ah! Lembrei como! Lembrei! Tinha uma amiga que dava aula lá no Serviço Social e que ela também trabalhou com índio, que ela também é antropóloga. Hoje a gente não tem mais contato, mas ela trabalha aqui em Uberlândia, ela coordena o

Museu do Índio. É, a gente era muito amiga... E aí ela dava aula lá, no Serviço Social, e ela casou e ia mudar pro Rio, e ela passou as aulas pra mim. E eu falei: “Ah, vou dando aula até eu decidir né?” E aí fui ficando.

Pet Sociais: Como foi voltar e confrontar com essa Uberlândia? Já estava diferente?

Mônica: Sim, mas quando eu voltei pra cá eu queria, procurei outras pessoas para me relacionar. Já não era mais... eu procurava pessoas da universidade, que tinham uma [afinidade]... né? Aí tinha um pouco do estigma, né? [...]. Se eu chegava perto dessas pessoas, eu sentia que tinha um diálogo porque elas também estavam se rebelando contra o *status quo* de alguma maneira. Então, eu me envolvi com outras pessoas que tinham sido amigas de infância, mas que eu não tinha convivido tanto quanto na minha volta, né?

Pet Sociais: E logo em seguida você entrou na UFU então?

Mônica: Então. Aí eu comecei a dar aula de Antropologia no [curso de] Serviço Social, depois fui chamada para dar aula de Sociologia na ABRACEC e também em outros cursos e aí fui convidada⁴. Entrei na UFU como convidada, uma pessoa que ia se afastar para dar a luz. Eu não lembro como, mas ficou sabendo que tinha uma professora na ABRACEC que tinha uma “experiência ótima”, que veio da USP, trabalhou com índios. Sabe essa coisa de... né? O trabalho com índio realmente ele foi uma... abriu portas. E aí me convidaram para dar aula de EPB [Estudos de Problemas Brasileiros], não foi de Sociologia.

Pet Sociais: O que é EPB?

Mônica: Estudos dos Problemas Brasileiros. Era uma disciplina que era obrigatória no regime militar que tinha a função de dominação. A verdade era essa. [A disciplina] foi criada para falar, exaltar o regime militar, falar de ordem e progresso. Tinha uma outra junto que chamava OSPB [Organização Social e Política Brasileira]. As duas tinham essa função de enaltecer o Brasil, o regime, o

⁴ Nota da Editoria: ABRACEC, Associação Brasil Central de Educação e Cultura, mantenedora da Faculdade de Serviço Social de Uberlândia.

nacionalismo, entendeu? E o que acontece? O povo da História me pegou, que já era um pessoal velho de casa, que estava na universidade desde que... antes de ser universidade e também quando fundou, o pessoal que tá aí, muitos desses professores estão aí ainda, pessoal que tinha uma cabeça mais aberta, pessoal de esquerda que organizou a disciplina com o que ela deveria efetivamente ser, na cabeça dessas pessoas, um espaço de crítica dos problemas brasileiros.

Mônica: Então a gente discutia inflação, discutia reforma agrária, discutia multinacionalização da economia. Entendeu?

Pet Sociais: E foi fácil isso?

Mônica: Jamais... Foi uma queda de braço permanente né. Mas eu sou uma professora, né? A gente tinha textos de autores conceituados, cientistas sociais, historiadores da esquerda mesmo e alguns cursos aceitavam bem, outros não... Eu tive uma vez, na engenharia, uma menina que queria me agredir. Eu era novinha gente, eu entrava na sala e os alunos achavam que eu não era professora, eles achavam que era trote. Eu era uma menina quando eu comecei a dar aula, eu tinha... o que?... 25 anos. Baixinha, magrinha, né? Eu não era tão gordinha não, eu era mais magra um pouco.

E a gente dava a disciplina com rigor, os alunos tinham que ler, tinham que fazer e a gente reprovava. E essa menina, uma das melhores alunas da Engenharia, ela foi reprovada comigo, em EPB. Eu acho que ela pensava, “Ah EPB né? Vou fazer nas coxas”. [...] o pessoal dessas outras Engenharias, dessas outras áreas aí, eles não aceitavam serem reprovados pela gente.

Pet Sociais: Nesse período seus interesses profissionais, de pesquisa, foram mudando?

Mônica: Mas o que aconteceu? Quando eu entrei na UFU, quando eu fui chamada para dar EPB, começou a sobrar aula de sociologia e o que acontecia? Tinha um professor de antropologia, depois dois, que davam conta [das disciplinas]. Eram poucas disciplinas que a gente [ministrava] e ainda não tinha um curso [de Ciências Sociais], a gente era dador [sic] de aula. Na antropologia, não tinha 20 aulas. Então, dois professores davam conta. Então, eu acho que eu

pensei pequeno. O que eu pensei? Eu pensei “Aqui eu não vou ter chance de dar aula de antropologia, então...” E eu ficava dando aula só de sociologia que era o que tinha. Então eu comecei na Administração, dei muito tempo na Administração, na Psicologia como eu falei... eram os dois cursos que eu dava mais aulas. Eu comecei a estudar Sociologia do Trabalho que era a temática que eu dava. Então, eu comecei a estudar Sociologia do Trabalho e aqui todo mundo estudava trabalho quando eu entrei. Na História, na Geografia, na Sociologia... todo mundo estudava trabalho. Era uma coisa assim bem polarizada, sabe? E aí eu fiz um projeto para entrar na USP na Sociologia do Trabalho.

Desde quando eu comecei a dar aula na UFU eu não tive outra vida. E é isso que eu falo do meu trabalho é verdade, meus filhos não me viam fim de semana, sabe era só aquele momentinho de folga. Aquela história, aquele discurso, o importante é a qualidade e não a quantidade que você fica com o filho, que é um belo discurso. Então eu embarquei nesse discurso, que era conveniente pra mim. Na época eu não pensava dessa forma, não tinha tanta clareza. E eu só trabalhava, fim de semana, Sábado, Domingo e feriado. Eu não tive férias durante o tempo que eu trabalhei na UFU, mais de trinta anos. Se eu tirei férias duas ou três vezes foi muito, foi muito mesmo, nunca tive férias, eu só trabalhava, né? E aí quando, antes de acontecer tudo isso, eu ainda fiz umas coisas de índio aqui na cidade. Eu não desisti fácil não. Eu fiz um concurso com as escolas. Acho que isso eu não coloquei porque... eu tinha esse material até pouco tempo dentro de uma caixa, com as redações. Eu comprei do meu bolso livros de histórias feitas por índios ou de antropólogos e fizemos um concurso na cidade junto com a Diocese. Premiamos as melhores redações, os melhores desenhos, demos livrinhos de presente, fazíamos palestras nas escolas. O tempo todo. Quando voltei pra Uberlândia continuei engajada, né?

E aí quando eu comecei a dar aula só de sociologia, sociologia... sociologia. E aí apareceu essa oportunidade de fazer o mestrado. O pessoal fazia [mestrado] viajando e eu inclusive, né? Tinha uma vaga na sociologia e na antropologia. Na antropologia quem tinha [vaga] era a Aracy, no PICD [Plano Institucional de Capacitação Docente]. Mas eu não tinha direito a PICD, então prestei na sociologia. Então foi uma coisa meio assim, meio eu vou me especializar no que estou trabalhando. Eu montei o Museu do Índio, né? Na verdade, eu montei, organizei. Mas não tinha gente, não tinha expectativa, a gente não tinha projeto como tem hoje, a gente não tinha verba como tem hoje. E assim é... eu não vi, foi

limitado, eu não vi expectativa de que a antropologia crescesse um dia na UFU. Até um colega meu que hoje é professor da USP, ele é professor lá na administração da USP, ele é sociólogo, muito meu amigo, o Iran. O Iran Rodrigues, ele é da sociologia do trabalho, na época que eu trabalhava sociologia do trabalho, ele falou pra mim um dia: “Você tá abrindo mão do que você ama, do que você gosta, do que você nasceu pra fazer porque você não acredita no futuro. Você tem que acreditar nesse futuro.” Porque eu não estava conseguindo terminar o meu trabalho. Gente! O “trem” da sociologia do trabalho não andava, não ia pra frente. Ele falava: “Mônica, mas não tem nada a ver com você sociologia do trabalho, você está no lugar errado porque você não larga tudo então vai fazer antropologia?”. Só que eu já tinha uma bolsa de dois anos, né? Eu não podia simplesmente abandonar. Resultado: foi aquilo que eu contei... eu contei, né? Eu cheguei para a minha orientadora e ela falou: “Olha eu não entendo, você é uma professora universitária, você é uma menina inteligente, há anos que você está aqui e essa qualificação não sai. Tá faltando paixão.” Ela falou desse jeito pra mim. [...] Aí eu brinquei “se você quer paixão então vamos falar de comida”. [Falei] brincando porque eu já estava acuada, entendeu? Ela fechou tudo, guardou na gaveta e falou: “então vamos falar de comida”. Abriu uns negócios, pegou e começou a passar referências. E eu estava achando que ela estava brincando. E ela não estava, aí eu mudei completamente. Desde pequenininha eu fui envolvida com comida. E aí era uma paixão na minha vida. Mas jamais passou pela minha cabeça que um sociólogo estudaria comida. Eu sabia que nutricionista estudava comida, até historiador eu conhecia, mas sociólogo estudar comida, eu juro que eu não conhecia.

Pet Sociais: Você consegue olhar para trás e perceber que isso foi uma paixão despertada desde infância? Na família?

Mônica : Minha mãe nasceu em 1921 ou 1919. Era a mais nova da família e foi criada ao contrário de todas as irmãs dela. Ela pode estudar. Naquela época não se fazia curso superior, se fazia o Normal [ensino médio] e minha mãe fez. Foi professora e trabalhou fora a vida toda. As outras [irmãs] todas foram criadas para serem donas de casa. A minha irmã ainda fez curso de culinária, curso de bordado, um monte de coisa. Já eu, nada disso, fui levada para outros cursos, fazia curso de francês... outras coisas. Minha trajetória foi outra. Resultado?

Minha mãe não deixava entrar na cozinha, ela proibia as empregadas, não queria que as filhas dela aprendessem a cozinhar e fossem donas de casa. Olha que absurdo! Eu e minha irmã entrávamos escondido, pegávamos fogãozinho de lenha. Eu ficava desesperada para cozinhar, então eu brincava muito de casinha, sempre cozinava lá nem que fosse com terra, pedaços de folha. Minha irmã cozinava muito bem e como ela casou muito nova, ela foi fazer esses cursos. Aí ela me ensinava e eu ficava apaixonada com os cadernos de receita, com as empregadas fazendo coisas e eu ficava junto, bisbilhotando. Quando a minha irmã teve a primeira neném, minha mãe teve que ajudar e tive que ir para a cozinha na marra. Eu não sabia fazer nada, praticamente só esquentava. Mas aí eu criava, fazia vários omeletes, eu era incapaz de repetir omelete... tudo que eu fazia era criativo. Era uma coisa minha, porque sempre fui proibida. Eu não sabia fazer arroz, não sabia fazer feijão, fritar bife, então só fazia coisa chique, só sabia fazer prato fino, doces finos, tortas... Minha mãe era doceira, fazia doces maravilhosos, mas detestava cozinhar, odiava cozinha. Casou sem saber cozinhar. Minha irmã se tornou chef de cozinha e eu me tornei estudiosa de alimentação.

Agora na família do meu pai era o contrário, porque eram libaneses. Eles gostam de reunir todo mundo na cozinha para ajudar, provar e fazer tudo. Minha mãe tinha família na fazenda, eu ia muito e lá deixavam a gente mexer.

Pet Sociais: E essas experiências familiares, de certa forma, influenciaram sua abordagem para pensar a alimentação?

Mônica : Quando ela [minha orientadora] falou para estudar alimentação, eu não sabia o que estudar. Aí comecei os teóricos. Li o Câmara Cascudo, *História da Alimentação no Brasil*, e Brillat Savarin que escreveu *Fisiologia do Gosto no século XIX*. Eu fui ler obras teóricas e literárias e, a partir disso, fui tentar entender o porquê a comida me inquieta tanto. Me coloquei essa pergunta: Por que mineiro é tão associado à comida? O motivo que faz com que a comida seja tão importante na vida do mineiro, o que passou a ser a cozinha, o fogão à lenha, pão de queijo. Foi essa minha pergunta e fui atrás disso.

Pet Sociais: O que a Mônica de hoje, ao analisar sua trajetória de vida, falaria para a Mônica do passado?

Mônica: Uma coisa é certa... que pra mim sempre foi a coisa da paixão, sabe assim, por mais sisuda que nossa profissão seja – e de fato ela é. É uma profissão sisuda, é uma profissão dura, com suas leituras densas e conteúdo pesado. Eu nunca esqueço uma mãe de um aluno que estudava aqui na Universidade. Este estudante hoje é mestre em Ciências Sociais. [...]. Certa vez, a mãe desse estudante me procurou e disse que precisava muito conversar comigo. Seu relato estava diretamente relacionado à preocupação com o filho. Ela relatava:

- “Ele está muito estranho, revoltado, passou a criticar tudo, fala [da relação] do pai dele com os empregados.” “Além disso, [...] diz que não acredita mais em Deus!” É importante ressaltar que a mãe deste aluno é muito fervorosa [...]. Após essa fala, pude notar o quanto ela estava apavorada, na tentativa de solucionar o “problema” ela disse:

- “O que você acha que eu faço? Você acha que eu levo ao psicólogo?” Aí eu falei: - “[risos] não, é normal” E ela: - “Como que é normal?” e eu: “É normal, quando a gente entra, a gente tem um choque, depois a gente se acomoda dentro dos caminhos.”

Comigo também foi parecido, quando ingressei no curso de Ciências Sociais, por conta da minha trajetória ingênua, recordo-me que ao sair de Uberlândia, com a minha turminha de “patricinhas”, que eu não vou repetir a palavra feia. A gente frequentava a missa de Segunda a Domingo. Depois, com o passar do tempo em contato com esse novo universo, eu tive vários conflitos. De fato, ao entrar no curso temos realmente um choque. Acho importante a gente ficar atento a esses estranhamentos e saber lidar com eles.

Em vista disso, acho que é natural na nossa área, porque é uma profissão extremamente crítica, são pessoas que questionaram, que foram à frente do seu tempo e eles acabam nos influenciando. Eventualmente, depois de todos os estranhamentos, creio que a maturidade vai trazendo uma acomodação, porque a gente não joga fora toda uma trajetória de dezoito, vinte anos de vida quando a gente descobre coisas novas. Pois, existe um diálogo, assim como tem diálogo entre tradição e modernidade.

Acredito que seja uma questão de tempo. Cada um tem o tempo certo... [risos] Engraçado eu falar isso, porque eu sou mãe. A gente tem que ter paciência com

os nossos pais. Porque eles não vão entender essa mudança tão radical, nesse sentido, irão culpar o curso, vão ficar irritados. Essa preocupação e todas as indagações que sempre escutamos, como por exemplo: “o que é que você vai ser?” “O que você vai ser? Que trabalho você vai arrumar?”, são comuns. Essas são preocupações com a nossa área, sendo assim, podemos concluir que é um campo de estudo que a gente tem que ter firmeza do que quer, e paixão. Eu acho que sem paixão a gente não faz nada.

Creio que hoje devido ao contato de vocês com a disciplina de sociologia desde o Ensino Médio, vocês têm uma escolha, mesmo que muita gente entre no curso relatando que: “ai, queria entrar nisso, mas não, deu só aqui”. Ouvi isso várias vezes: “Queria direito, mas não deu estou aqui”. A questão é, hoje vocês têm mais esclarecimento, que eu talvez não tivesse tanto quanto as pessoas têm hoje. Precisamos ter sensibilidade com nós mesmos e com as pessoas que nos cercam. Digo isso, porque, aprendi em Uberlândia, não sei de onde vocês são, mas, estou vendo tomar proporções preocupantes com essa polarização, entre, “golpistas e não golpistas”, enfim⁵. Precisamos respeitar as pessoas que pensam diferente da gente, isso é fundamental.

Como Sociólogos não devemos desqualificar o outro por ele pensar diferente. E isso está me incomodando muito na situação que estamos vivendo, porque eu tenho muitos conhecidos, eu sou de Uberlândia e moro nessa cidade, tenho amigos que apoiam a Dilma, como também tenho aqueles que são a favor do impeachment. Eu não sou a favor, mas, eu não vou romper com essas pessoas, porque elas pensam diferente de mim. Eu não acho que é esse o caminho.

Dentro dessa lógica, o contrário deveria acontecer, fica mais nítido, que elas deveriam romper comigo, porque eu não sou capaz de ouvi-las. As pessoas podem não ser capazes de me ouvir, mas eu tenho formação para ouvi-las. É preciso ter paciência com elas, respeitá-las e tentar dialogar. A gente causa estranheza, incômodo, porque temos um instrumental teórico que nos possibilita uma visão diferente do mundo, o qual, vai nos afetar. Eu tinha uma colega que falava assim:

- “Eu sou pelega mesmo, eu sou socióloga pelega, pode me chamar, eu gosto de trabalhar na empresa e na área de recursos humanos, gosto de vestir a camisa da empresa, eu não sou revolucionária que nem vocês” ela falava. É a opção dela,

⁵ Golpe fora utilizado para definir o processo de Impeachment que foi realizado contra a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

ela teve o instrumental na mão e optou pelo positivismo [vamos dizer assim]. Enfim, acho que nossa profissão exige isso de nós.

Gostei da sua pergunta, embora eu nunca tinha me visto dessa forma, sabe, em minha mudança de tema. Pensando na sua pergunta, desde o ovo, eu recusei a fazer uma omelete simples, desde o ovo. Então eu nunca fui de repetir a mesma omelete, isso está até em mim. Eu acho importante, pois, é assim que a gente avança e constrói conhecimento, não repetindo a receita. Nesse caso, o Luciano [Senna Peres Barbosa]⁶ pode falar melhor que eu de cultura, tradição e inovação. Cultura não congela, cultura não é uma coisa que colocamos em uma redoma, acho que a nossa vida também não. Creio que a vida é dinâmica e precisa estar aberta a todas as possibilidades e essa coisa de repetir é muito triste. Porque tem gente que repete cartilha, que você não consegue conversar, pois, não é ela que está falando, e isso é inadmissível para um sociólogo, mas, temos, muitos, que não dá para conversar porque se você pegar uma cartilha qualquer, está lá. Então, eu me pergunto o que aquela pessoa está trazendo para a vida? O que ela traz de novo? No que está contribuindo? Acho que o que eu tenho a dizer é um pouco isso, nem que seja uma salsinha, mas, bota no ovo, não coma o mesmo todo dia. Eu não sei se tenho mais coisas a dizer... O que sei é que fui muito feliz na minha escolha. Não me arrependi.

⁶ Luciano Senna Peres Barbosa, então coordenador do Curso de Ciências Sociais da UFU e responsável pela entrevista. Correio eletrônico: lsenna@hotmail.com.